



FONPLATA

Banco de Desenvolvimento

Relatório Anual 2020



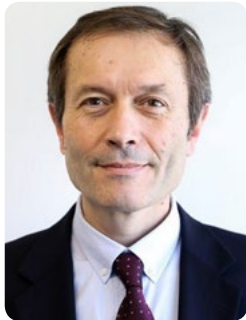
4	AUTORIDADES
6	I. MENSAGEM DO PRESIDENTE
10	II. CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL
18	III. OPERAÇÕES POR PAÍS
20	1. Argentina
21	1.1. Cooperações Técnicas
22	2. Bolívia
23	2.1. Cooperações Técnicas
24	3. Brasil
25	3.1. Empréstimos de Risco Não Soberano
25	3.2. Cooperações Técnicas
28	4. Paraguai
28	4.1. Empréstimos de Risco Não Soberano
29	4.2. Cooperações Técnicas
30	5. Uruguai
30	5.1. Cooperações Técnicas
32	6. Cooperações Técnicas Regionais
34	IV. RESULTADOS DA GESTÃO NO EXERCÍCIO DE 2020
36	1. Modelo de negócios
37	2. Desempenho da gestão
37	2.1. Fontes dos recursos de financiamento
37	2.1.1. Estrutura do Capital e Capacidade de Empréstimo
38	2.1.2. Composição patrimonial
38	2.2. COVID-19 e seu efeito na receita e na rentabilidade
41	2.2.1. Utilização de capital e capacidade de empréstimo
44	2.2.2. Evolução dos empréstimos
46	2.2.3. Carteira de empréstimos por país
46	2.2.4. Desempenho dos saldos de empréstimos a receber e dos empréstimos aprovados
49	2.3. Coerência com os objetivos estratégicos estabelecidos
49	2.3.1. Cumprimento das metas estratégicas da Visão
51	2.3.2. Consistência com a Missão
52	2.4. Eficiência operacional
54	2.5. Solidez do perfil financeiro e patrimonial
54	2.6. Financiamento dos empréstimos – Liquidez e endividamento
54	2.6.1. Endividamento e alavancagem
56	2.6.2. Liquidez
57	2.7. Eficácia institucional
58	2.8. Contribuição para o crescimento da sub-região
60	ANEXO I. INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS
76	ANEXO II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2020 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
140	ANEXO III. APOIO A INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

ASSEMBLEIA DE GOVERNADORES

ARGENTINA

Gustavo Beliz
GOVERNADOR TITULAR

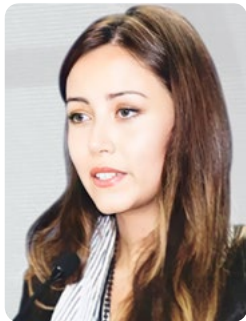
Marcos Vago
GOVERNADOR ALTERNO



BOLÍVIA

Gabriela Mendoza
GOVERNADORA TITULAR

Marcelo Montenegro
GOVERNADOR ALTERNO



BRASIL

Roberto Fendt Junior
GOVERNADOR TITULAR

Erivaldo Gomes
GOVERNADOR ALTERNO



PARAGUAI

Óscar Llamosas
GOVERNADOR TITULAR

Carmen Marín
GOVERNADORA ALTERNA



URUGUAI

Azucena Arbeleche
GOVERNADORA TITULAR

Alejandro Irastorza
GOVERNADOR ALTERNO



DIRETORIA EXECUTIVA

ARGENTINA

Christian Asinelli
DIRETOR TITULAR

María Laura Pellegrini
DIRETORA ALTERNA



BOLÍVIA

Harley Rodríguez
DIRETOR TITULAR



BRASIL

Marcos Guimarães
DIRETOR TITULAR

Eduardo Rolim
DIRETOR ALTERNO



PARAGUAI

Oscar Pérez
DIRETOR TITULAR

Francisco Ogura
DIRETOR ALTERNO



URUGUAI

Fernando Scelza
DIRETOR TITULAR

Mariella Maglia
DIRETORA ALTERNA



I. Mensagem do Presidente

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Normalmente, o início de uma nova década nos enche de esperança por um futuro melhor. Esse sentimento se dissipou repentinamente e o ano de 2020 ficará marcado na história da humanidade pela pandemia de COVID-19, que causou queda sem precedentes nos níveis de produção, emprego e renda, e cuja duração será maior do que se pensava no início.

Nossos países membros chegaram a esta crise com baixos níveis de crescimento e já enfrentando dificuldades para manter os níveis de emprego e grande parte dos avanços alcançados nos últimos anos na redução da pobreza e em vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse novo cenário, poder atender rapidamente às demandas de financiamento dos governos foi fundamental para que estes pudessem responder aos efeitos socioeconômicos da queda da atividade econômica, do fechamento de fronteiras e do confinamento social imposto pela pandemia.

A programação operacional do FONPLATA – Banco de Desenvolvimento viu-se desafiada pela gravidade e simultaneidade dos efeitos da pandemia, contexto que exigiu reforçar o diálogo, flexibilizar a execução das operações e adaptar os instrumentos financeiros. Ao mesmo tempo, foi necessário responder na modalidade de teletrabalho, sem contato físico para proteger a saúde dos funcionários e contrapartes dos países, apoiando virtualmente a cadeia de negócios.

Felizmente, a capacidade de resposta institucional e o compromisso da Diretoria Executiva e de todos os funcionários foram excepcionais. Assim, entre março e maio de 2020, mobilizamos novos recursos de financiamento no âmbito de uma Linha Especial de Emergência e redirecionamos mais de USD 120 milhões de outros projetos. Esses recursos foram usados para apoiar diretamente as ações para aliviar a crise sanitária com medicamentos, equipamentos e fortalecimento da infraestrutura hospitalar, bem como para mitigar o impacto da pandemia no mercado de trabalho, abordando principalmente a sustentabilidade das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e o emprego, com destaque para as mulheres que são as mais afetadas pela perda de empregos.

Em setembro de 2020, com o consentimento de nossa Diretoria Executiva, também aprovamos uma Linha de Apoio à Reativação Econômica, que fornece financiamento em condições preferenciais, de USD 1 bilhão com igualdade de condições de acesso para os cinco países.

Em suma, para o FONPLATA, o desafio colocado no início da crise de saúde, de aumentar e dinamizar sua resposta às maiores necessidades de financiamento e cooperação técnica em decorrência dos graves impactos socioeconômicos da pandemia, foi amplamente superado.

Em 2020, atingimos mais uma vez novo máximo de aprovações em operações soberanas, próximo a USD 500 milhões, foram realizados 50% a mais de desembolsos que em 2019 e a cooperação técnica triplicou em relação ao ano anterior. A carteira de empréstimos aprovada¹ teve forte expansão de 18%, ultrapassando os USD 2,589 bilhões no final do ano.

Das aprovações e dos desembolsos, 66% e 55%, respectivamente, destinaram-se a fazer face a problemas de liquidez e saúde e a sustentar o tecido empresarial e o emprego, refletindo uma correlação direta com as emergências decorrentes da pandemia. A infraestrutura física responde por 34% restantes das aprovações e 45% dos desembolsos.

Da mesma forma, aventurou-se em financiamentos não soberanos pela primeira vez, com duas operações (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento – Paraguai) de mais de USD 70 milhões.

¹ Representado pela soma da carteira a receber, carteira a desembolsar e carteira de aprovações pendentes de assinatura.

Ao mesmo tempo, confirmou-se em 2020 a crescente importância relativa dos atores sub-nacionais (estados, províncias e municípios) como os mais importantes destinatários institucionais das aprovações do FONPLATA (mais de 53% do total), em linha com o objetivo estratégico de concentrar as operações no interior, em pequenas e médias cidades e, em particular, nas zonas fronteiriças (59% do total aprovado).

Sem dúvida, os resultados alcançados neste ano reforçam a relevância do FONPLATA como Banco de Desenvolvimento em nossa sub-região.

No entanto, olhando para o futuro, ainda há muito a fazer para superar os desafios que 2020 nos deixa. As consequências da pandemia, a recuperação econômica e o avanço da vacinação serão as principais prioridades de nossos países nos próximos meses.

Neste novo cenário, o Banco continuará a melhorar e a inovar em mecanismos financeiros e de gestão que aumentem a disponibilidade e a eficiência dos recursos de financiamento e, conseqüentemente, a adicionalidade do FONPLATA, bem como a desenvolver papel mais proativo para envolver o setor público e o investimento privado no financiamento da reativação econômica e do emprego.

Também consideramos importante realizar uma avaliação da qualidade e segurança do funcionamento institucional no último ano para identificar se existem práticas utilizadas que, por sua conveniência, possam ser transformadas em mudanças permanentes de forma a garantir maior eficiência na utilização de recursos humanos e tecnológicos.

Por outro lado, continuaremos com o fortalecimento dos escritórios operacionais localizados nos países membros, incluindo a abertura nos próximos meses do escritório em Brasília, o que consolidará nossa presença nas cinco nações.

Além disso, iniciaremos a atualização do Plano Estratégico Institucional para o período 2023-2028 com o objetivo de continuar a fortalecer o papel do FONPLATA e sua capacidade de colaborar com o financiamento para o desenvolvimento nas regiões e para as populações mais vulneráveis e com menos oportunidades.

Outro de nossos objetivos será continuar explorando a incorporação de novos países membros com a expectativa de reativação das agendas de integração, cenário em que o FONPLATA oferece muitas vantagens para a adesão de novos membros regionais e extrarregionais.

Os bancos de desenvolvimento devem ser solidários e, no FONPLATA, estamos empenhados em coordenar esforços para continuar a apoiar nossos países na recuperação pós-COVID. Se antes da pandemia a saúde, o emprego, o acesso à água potável e o saneamento eram um problema, hoje são um chamado urgente de atenção.

No FONPLATA vamos redobrar nossos esforços para sermos ainda mais eficazes no novo normal. Com o apoio permanente de nossos Governadores e Diretores Executivos e o firme compromisso de nossa equipe de profissionais, além de continuarmos a levar o desenvolvimento para mais perto das pessoas, em 2021, trabalharemos arduamente para recuperar o crescimento, o emprego e o otimismo em nossa região.



II. Contexto econômico e social



Situação da sub-região em 2020

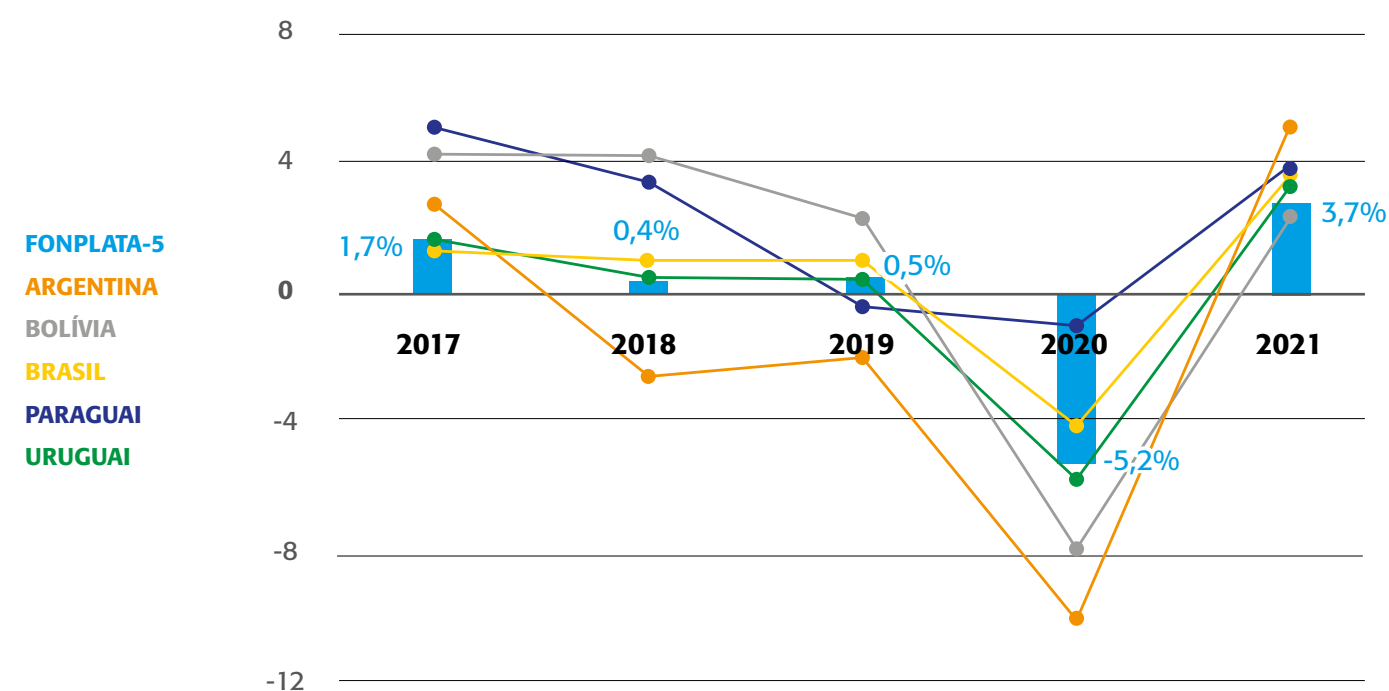
O ano de 2020 ficará marcado pelo surgimento e pela rápida disseminação do coronavírus em todos os países do planeta. A crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 impactou gravemente o funcionamento normal das economias dos países membros do FONPLATA – Banco de Desenvolvimento, levando a sub-região a uma das mais profundas recessões já registradas, que afetou todos os indicadores macroeconômicos e sociais.

Esta crise superou largamente o que aconteceu durante a crise financeira internacional de 2008, quando nem todas as economias da sub-região sofreram impactos negativos nos níveis de atividade e emprego.

A propagação da pandemia, com as restrições à mobilidade interna e às medidas sanitárias adotadas pelos governos, se materializou em quedas abruptas do nível de atividade no mundo, com exceção da China (2,3%).

Em média, estima-se que as economias da sub-região como um todo registrem taxa de crescimento anual negativa de -5,2%, superior à média mundial estimada pelo World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (WEO – FMI) (-3,5%), abaixo da queda esperada para toda a América Latina e Caribe em seu conjunto (-7,4%) e um pouco acima da média da recessão nas economias avançadas (- 4,9%).

VARIAÇÃO ANUAL DO CRESCIMENTO DA SUB-REGIÃO DOS PAÍSES MEMBROS DO FONPLATA (% PIB)



Fonte: Estimativas próprias com base em informações dos países e WEO.

A saída não será rápida, não podendo ser evitados alguns danos causados pela profundidade e persistência das medidas de confinamento e distanciamento social que tiveram de ser adotadas. Registraram-se fechamento de empresas e perdas significativas de postos de trabalho, produzindo assim um colapso em curto espaço de tempo da demanda agregada. Espera-se que a queda na renda e no emprego gere aumento nas taxas de pobreza e desigualdade.

As contas fiscais foram seriamente afetadas pela recessão. As medidas tomadas para enfrentar a emergência sanitária têm provocado aumento dos déficits públicos em todos os países da sub-região, embora diferenciados em cada caso.

IMPACTOS DA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 EM VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS SELECIONADAS E POLÍTICAS DOS PAÍSES DA SUB-REGIÃO

País	Ano	Crescimento PIB (%)	PIB per capita (USD)	Desemprego urbano (% PEA)	Pobreza (% s/Total)	Inflação (% últ. 12 meses)	Taxa juros política monet. (% dez.)	Resultado global SPNF (% PIB)	Dívida Pública Externa (% PIB)	Deuda Bruta Pública (% PIB)	Balança Conta Corrente (% PIB)	Investimento total (% PIB)
Argentina	2018	-2,5%	11.689	9,2%	32,0%	47,1%	38,0%	-5,0% (1)	41,9%	85,6%	-5,2%	14,4%
	2019	-2,0%	9.999	9,8%	35,5%	52,9%	55,0%	-3,8% (1)	43,5%	89,5%	-0,9%	13,4%
	Últ.	-9,9%	7.886	11,7%	40,9%	36,1%	58,8%	-6,8% (1)	47,9%	99,9%	1,3%	12,3%
	2020 *											
Bolívia	2018	4,2%	3.537	4,9%	42,2%	1,5%	5,0% (2)	-8,1%	25,4%	38,6%	-4,9%	20,2%
	2019	2,2%	3.548	5,0%	39,9%	1,5%	8,2% (2)	-7,2%	27,8%	42,7%	-3,4%	19,0%
	Últ.	-7,9%	3.225	10,8%	n.d.	0,7%	12,1% (2)	n.d.	30,1%	53,3%	-0,9%	14,9%
	2020 *											
Brasil	2018	1,0%	9.041	11,6%	25,3%	4,5%	6,5%	-6,2%	9,2%	62,1%	-2,2%	15,2%
	2019	1,1%	8.753	11,9%	24,7%	4,3%	4,5%	-5,5%	9,6%	66,2%	-2,8%	15,4%
	Últ.	-4,1%	7.214	16,6%	Jun. 21,7%	4,5%	2,0%	-13,7%	10,9%	77,8%	-0,6%	15,7%
	2020 *				(3)							
Paraguai	2018	3,4%	5.769	7,2%	24,2%	3,2%	5,3%	-1,3%	15,7%	19,8%	-0,2%	19,9%
	2019	-0,4%	5.416	7,1%	23,5%	2,8%	4,0%	-2,8%	18,7%	22,9%	-0,6%	18,7%
	Últ.	-1,0%	4.801	10,1%	n.d.	2,2%	0,8%	-6,2%	27,8%	Nov. 32,3%	2,0%	19,8%
	2020 *											
Uruguai	2018	0,5%	18.435	8,6%	8,1%	8,0%	n.d.	-3,2%	30,0%	51,9%	-0,1%	15,0%
	2019	0,4%	17.494	9,2%	8,8%	8,8%	n.d.	-3,9%	33,7%	55,1%	1,3%	14,7%
	Últ.	-5,8%	15.141	11,2%	n.d.	9,4%	4,5%	-5,8%	42,5%	67,3%	0,2%	14,4%
	2020 *											

* Cifras preliminares em dezembro de 2020, salvo se indicado outro período.
Notas: (1) Governo Central; (2) Interbancária; (3) Estimado em junho pela Fundação Getúlio Vargas. Em Set.20, segundo Bloomberg, 30% da população recebia subsídio de BRL 600 aprovado durante a pandemia.
Fonte: Elaborado com base em informações dos países.

O aumento do déficit fiscal deve-se inteiramente à deterioração do resultado primário, que se explica pela atuação conjunta do aumento excepcional do gasto público e da queda da arrecadação de impostos que vem sendo registrada, em maior ou menor grau, em todos os países, em consequência do notável enfraquecimento da demanda interna.

O aumento do endividamento externo foi crucial para financiar os gastos públicos excepcionais que foram necessários para enfrentar a emergência sanitária e mitigar seus impactos nas economias.

As respostas rápidas dos países ajudaram a mitigar os efeitos da crise sanitária nas atividades econômicas mais expostas e a conter a deterioração da renda da população mais vulnerável. Mas a gravidade da crise foi de tal magnitude, que a perda permanente de empregos e renda, o agravamento da pobreza e o aumento das desigualdades não puderam ser evitados, com intensidades variáveis dependendo do país. Essas disparidades nas economias dependeram, obviamente, de uma série de fatores que configuram as divergências entre os países da sub-região. Entre os fatores mais notáveis estão: i. as políticas com as quais os governos têm administrado a pandemia e a velocidade com que o processo de reabertura gradual das atividades pôde começar; ii. o impacto que os setores mais vulneráveis à crise sanitária têm no crescimento de cada país; iii. a capacidade fiscal e monetária para fornecer a liquidez necessária para fazer frente à redução da demanda agregada que se seguiu à redução da oferta; iv. os pontos fortes dos sistemas nacionais de saúde e proteção social; e v. a situação de cada uma das economias no início da pandemia.

PERSPECTIVAS DE RECUPERAÇÃO DIVERGENTES DAS ECONOMIAS REGIONAIS E DOS PAÍSES (Variação % do PIB - Período 2018-2021)

REGIÃO/SUB-REGIÃO	2018	2019	2020*	2021*
Economia Mundial	3,5%	2,8%	-3,5%	5,5%
Economias avançadas	2,2%	1,6%	-4,9%	4,3%
EUA	2,3%	3,0%	-3,4%	5,1%
Área Euro	3,0%	2,3%	-7,2%	4,2%
EMDE	4,5%	3,7%	-2,4%	6,3%
China	6,8%	6,1%	2,3%	8,1%
Ásia Emergente	6,3%	5,5%	-1,1%	8,3%
Europa Emergente	3,3%	2,1%	-2,8%	4,0%
ALC	1,1%	0,0%	-7,4%	4,1%
FONPLATA-5	0,3%	0,6%	-5,2%	3,7%

Fonte: Elaborado com base em informações do WEO, países membros e estimativas próprias.

A partir do segundo semestre do ano, começou a observar-se expressiva elevação do nível de atividade dos países, prejudicada pela segunda onda de contágio no final do ano, que agregou maiores incertezas e reduziu as perspectivas de crescimento de curto prazo dos países membros.

O lançamento de várias vacinas para imunização contra o vírus está ajudando a melhorar as expectativas de acelerar a recuperação econômica e reduzir as incertezas e projetar um novo normal.

No entanto, até que as vacinas se tornem universais e o processo de imunização seja concluído, a recuperação econômica e a contenção do declínio social continuarão a exigir o apoio de estímulos fiscais e monetários.

O risco emergente de acesso desigual às vacinas está relacionado às barreiras que afetam tanto os países de renda média que não têm acordos prioritários de acesso às vacinas, quanto os países de baixa renda que dependem quase exclusivamente do programa COVAX da Organização Mundial da Saúde (OMS). Diversos organismos e agências internacionais alertam sobre este risco que afeta muitos países no mundo e, nesse sentido, espera-se que a cooperação internacional desempenhe papel importante no enfrentamento desses riscos e facilite o acesso mais inclusivo e oportuno.

Perspectivas para 2021

Após um início lento, devido à segunda onda de contágios da COVID-19 e ao enfraquecimento das atividades econômicas no final de 2020, espera-se uma aceleração geral do ritmo de recuperação econômica em 2021, mas as respostas irão variar de acordo com o país e as regiões. O acesso universal às vacinas será o fator-chave na consolidação da recuperação global.

As perspectivas para as economias regionais não diferem substancialmente, em tendência, do que indicam as projeções mais recentes para a economia global e para as economias regionais como um todo na última atualização do WEO, em janeiro de 2021, pelo FMI. A economia mundial passará por um processo de crescimento generalizado de países e regiões do mundo, mas as perspectivas para essa recuperação **seriam divergentes**.

Estima-se que a economia global apresentará uma taxa de crescimento em 2021 de 5,5%, o que permitiria mais do que recuperar os níveis de atividade da economia mundial antes da pandemia.

Em **economias avançadas**, as infecções por COVID-19 e as restrições à mobilidade seriam reduzidas a partir do início de 2021, visto que esses países foram os primeiros a acessar a imunização em massa de grupos populacionais prioritários (pessoal médico, população idosa e população com condições de saúde subjacentes), com previsão de término entre o final de março e junho, dependendo do país. Para o restante da população, estima-se que o processo de vacinação deve prolongar-se até 2022. As perspectivas econômicas desses países e o seu impacto no crescimento global irão melhorar, a partir de meados do

ano, com aceleração nos terceiro e quarto trimestres do ano, atingindo um nível de recuperação estimado pelo WEO de 4,3% ao ano. O reaparecimento de surtos de COVID-19, que poderiam continuar a forçar novas restrições focalizadas, é tido como provável.

Os Estados Unidos (EUA) foram em 2020 um dos países mais afetados pela pandemia, atingindo nível de desemprego sem precedentes, em torno de 15%, e recorde de pedidos de seguro-desemprego. Neste contexto, a resposta foi muito importante, implementando um gigantesco e variado sistema de estímulos fiscais e monetários, entre os quais se destaca a decisão do Federal Reserve System (FED) de levar a taxa de juro de referência para níveis mínimos, a implementação do programa de compra de ativos mais importante do que o adotado durante a crise financeira de 2008 e a mobilização de pacotes fiscais de grande porte, superiores a 10% de sua economia.

O conjunto de decisões adotadas permite-nos esperar perspectivas de crescimento expressivas para o ano. Essa evolução, no entanto, não impedirá que o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos diminua 3,1% em 2020 nem que retome uma taxa de crescimento em 2021 que o WEO, em sua última estimativa, coloca em 5,1% ao ano.

A **Zona do Euro** também foi fortemente afetada pela pandemia em 2020, refletida em quedas nos indicadores de produção de bens e serviços e desemprego. Esta situação continuaria no primeiro trimestre de 2021, devido ao aumento do número de doentes, o que obriga a extensão das restrições à mobilidade. O WEO espera um crescimento de 4,2% para esta sub-região em 2021, após queda acentuada do PIB estimada em -7,2% em 2020.

Estima-se que as políticas monetárias das economias avançadas continuarão acomodativas nos próximos anos, as taxas de juros permanecerão baixas e os programas fiscais de estímulo à demanda também terão continuidade. Vários analistas e instituições financeiras alertam para as crescentes vulnerabilidades e riscos que poderiam ocorrer devido a uma correção dos elevados valores alcançados pelos ativos de risco, apesar das fragilidades das economias, alimentadas pelo recente crescimento das taxas de juro de longo prazo dos títulos dos EUA. No entanto, os investidores continuam apostando que a pressão de alta sobre as taxas de juros seria contida pela necessidade de as autoridades monetárias e as finanças públicas continuarem estimulando suas economias.

Os riscos de solvência têm sido limitados até agora e o sistema financeiro não tem sido parte do problema que a pandemia desencadeou. Mas os riscos de pressões de solvência em setores de negócios não financeiros, particularmente os mais atingidos, ainda persistem.

A recuperação nos valores da carteira de investimentos de risco tem proporcionado melhores opções de financiamento para **economias emergentes**, que enfrentariam aumentos significativos em suas necessidades de refinanciamento em 2021, como consequência dos déficits fiscais maiores e persistentes na grande maioria desses países, embora se estime evolução a uma velocidade mais lenta do que em 2020. A maior atratividade dos ativos de investimento no mundo emergente seria complementada pela alta dos preços das commodities, pela recuperação antecipada da China e pelo fortalecimento das perspectivas de depreciação do dólar.

O maior controle da pandemia na **China** permitiu que sua economia tivesse recuperação antecipada em 2020, estimada em 2,3%, e espera-se que atinja forte crescimento em 2021 (8,1%). A mudança de governo nos EUA não faz supor redução significativa nos fatores que têm caracterizado as tensões comerciais com a China até agora (aumentos de tarifas, sanções etc.), embora o tom do conflito possa ser moderado.

Dentre os países emergentes e em desenvolvimento, a **América Latina e Caribe (ALC)** foi uma das regiões mais afetadas pela pandemia, registrando contração sem precedentes em sua atividade econômica em 2020 (-7,4%), após dois anos de estagnação.

Para o conjunto da **sub-região dos países membros do FONPLATA**, a perspectiva é de crescimento médio do PIB em 2021 (3,7%), o que seria insuficiente para atingir os níveis de atividade alcançados em 2019 (exceto Paraguai). Isso deixaria uma perda de mais de dois anos de crescimento para a sub-região, ao que se deve somar a diferença em relação ao nível potencial em que se estimava o crescimento antes da pandemia de COVID-19.

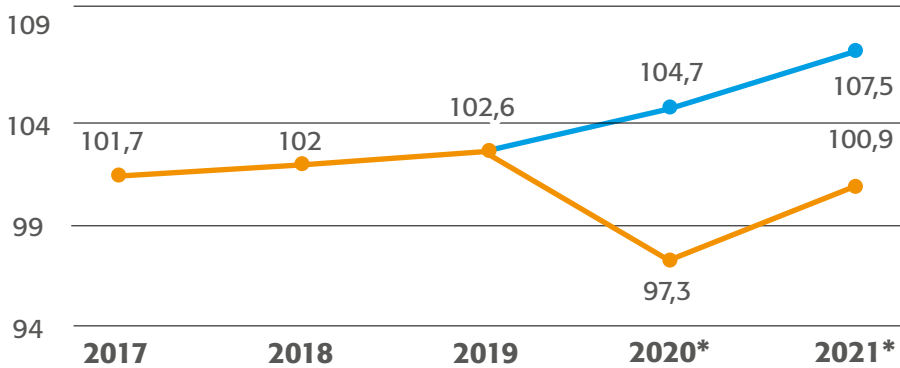
O risco mais relevante do ritmo de recuperação continuaria sendo não conseguir conter a pandemia. A vacinação é um grande desafio para a sub-região, que ainda enfrenta incertezas de poder ter disponibilidade suficiente de vacinas em curto espaço de tempo. A isto se somam as disparidades em infraestruturas físicas, humanas e de recursos adequadas para a vacinação em massa, bem como a convicção de grande parte da população de fazer uso de vacinas para conseguir imunização em massa.

IMPACTO DA COVID-19 NO CRESCIMENTO: PAÍSES MEMBROS FONPLATA

Índice ano 2016 = 100

Crescimento
estimado pré-
COVID-19 (Dez.19)
Crescimento
esperado (Dez.20)

Fonte: Estimado com base em
informações próprias e dos países.



As políticas fiscais na sub-região serão menos pressionadas pela crise sanitária, mas *enfrentarão o desafio de equilibrar as finanças públicas, sem descurar os custos²* da imunização e o apoio que devem oferecer para que a incipiente recuperação seja sustentável e inclusiva no médio prazo. A forma que assumir o processo de saída do cenário recessivo e a rapidez com que se recuperem os níveis de atividade anteriores à pandemia terão papel fundamental na correção do desequilíbrio fiscal com que todos os países estão chegando a 2021.

As possibilidades de contribuição adicional por meio da realocação dos gastos públicos primários para as novas prioridades públicas enfrentarão um espaço fiscal restrito, uma emergência sanitária não totalmente encerrada e uma recuperação econômica ainda fraca, fatores que afetarão a rapidez com que os governos irão retirando os estímulos fiscais que têm sido aplicados para lidar com a pandemia e a reativação de suas economias. A redução, ou eventualmente a eliminação antecipada de medidas temporárias de apoio, poderá ter impacto negativo no processo de recuperação econômica e de receitas, na medida em que ainda existem setores de atividade que continuarão a enfrentar fortes restrições, e cuja transição ao novo normal em condições de solvência ainda é incerto.

O impacto significativo que a recessão causada pelo coronavírus teve no agravamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade serão fatores latentes de tensão social e um grande desafio que os responsáveis pelas políticas públicas enfrentarão para que não se tornem danos permanentes que diminuam os níveis de confiança da população nas instituições.

Neste contexto, *manter o acesso ao financiamento em boas condições é vital* e é particularmente relevante nesta conjuntura.

Os fluxos de comércio exterior dos países da sub-região foram significativamente reduzidos em 2020. A contração das importações de bens tem sido mais severa do que a das exportações, de modo que o saldo da balança de bens tem sido superavitário em todos os países. Previsivelmente, a recuperação do comércio mundial de mercadorias e a incipiente, embora volátil, melhoria que se tem registado nos preços internacionais dos alimentos e de algumas matérias-primas, que constituem o principal núcleo da oferta exportável das economias da sub-região, contribuirá para *consolidar os superávits comerciais durante 2021*.

No que diz respeito ao comércio de serviços, os efeitos distorcivos da pandemia estão afetando de forma desigual as economias da sub-região. A importância relativa das exportações de serviços nos diferentes países significa que o impacto é muito diferente de um país para outro. Como está acontecendo em escala global, nas economias dos países membros, as receitas em divisas provenientes dos serviços turísticos sofreram quedas significativas.

As perspectivas de comércio de bens e serviços para os diferentes países da sub-região indicam, portanto, que o saldo da conta corrente do balanço de pagamentos em relação ao PIB melhoraria em 2021, ainda mais do que melhorou ao longo de 2020. A maioria dos países manteria resultados superavitários, ou posições deficitárias moderadas, que começariam a diminuir à medida que os níveis de atividade pré-pandêmica se recuperassem.

² Os custos associados à vacinação são elevados, vão além do preço da vacina, incluindo, além disso, os custos adicionais de transporte, distribuição e logística, do pessoal envolvido na execução da vacinação, do investimento em equipamentos especiais para sua conservação e os materiais para administrar as doses, bem como a força dos sistemas de saúde para responder a este desafio. Isso continuará pressionando os recursos fiscais no curto prazo. Parte dessas obrigações não desaparecerá nos anos subsequentes devido à necessidade de repetição regular das campanhas de imunização (alterações de cepas, vida útil das vacinas etc.)

III. Operações por país



A gestão de 2020 foi marcada pelo surto do vírus Sars-Cov-2, que gerou mudanças abruptas em todos os países, principalmente no modo de desenvolvimento das atividades para conter sua disseminação. O FONPLATA – Banco de Desenvolvimento não ficou alheio à situação e teve que se adaptar para poder responder às potenciais novas demandas de seus países e, ainda, dar continuidade ao plano de trabalho estabelecido para a gestão. Esse novo cenário estimulou o desenvolvimento de novas competências e habilidades nos quadros operacionais do Banco.

A partir de 2014, foi possível aumentar o montante e o número de projetos em gestão como resultado do crescimento da capacidade de financiamento, da expansão do capital, da incorporação de novos instrumentos e linhas de financiamento, bem como da aproximação aos países membros, com a abertura de escritórios de ligação no Paraguai, Argentina, Uruguai e, em breve, no Brasil. Soma-se a isso a redução dos tempos de identificação, preparação e aprovação das operações e a gestão prudencial com foco no alcance de resultados.

Alinhado com o lema estar mais perto das pessoas, o banco decidiu lançar as seguintes ações para apoiar os países membros nestes tempos de crise:

- Implementação de “Linha de Emergência COVID-19”³, no valor de USD 60 milhões, que visa oferecer resposta ágil e eficaz para antecipar as necessidades de seus países membros, a fim de atender à demanda conjuntural de recursos que os governos necessitam para atender a emergência e prevenir a propagação da COVID-19.
- Aprovação da Linha de Reativação Econômica, de USD 1 bilhão.
- Alocação de USD 1,5 milhão não reembolsável para o Fundo de Emergência para Ajuda Humanitária.

O enfoque estratégico-operacional é definido pela atenção a programas e projetos em cidades de pequeno e médio porte, fronteiras ou áreas rurais, para atingir:

- A **transferência de valor** para seus países membros;
- a **Integração** nacional e regional e a participação áreas de fronteira;
- a promoção da **competitividade do setor produtivo**;
- a **complementaridade** com financiamento de outras instituições de desenvolvimento;
- a **promoção da infraestrutura econômica e social**; e
- o **compromisso** com a mudança **climática**.

Bajo ese marco, la cartera de financiamientos al cierre del 2020 está compuesta por 84 operaciones por un monto global de USD 2.589 millones, desagregada de la siguiente manera: 55 operaciones en ejecución; 11 operaciones pendientes de su ratificación y firma en los países, y 18 operaciones en etapa de amortización de principal.

Durante la gestión 2020 se alcanzó un récord en el monto global de aprobaciones, el cual fue de USD 537 millones distribuido en 15 proyectos.

³ Resolução da Diretoria nº 1453, março de 2020.

1. Argentina

Na gestão 2020, as operações foram orientadas para as áreas de saúde, educação e resposta à pandemia de COVID-19. Por outro lado, continuou-se a apoiar o desenvolvimento nas zonas de fronteira, o acesso aos portos, bem como a conectividade e a segurança rodoviária e ferroviária.

A carteira de projetos é de cerca de USD 713 milhões, composta por 34 operações, das quais sete foram aprovadas no ano em curso, totalizando USD 147 milhões. Desse total, quatro estão pendentes de assinatura do contrato de empréstimo (USD 85 milhões), 21 estão em execução (USD 509 milhões), cinco operações estão em fase de amortização do principal (USD 53 milhões) e quatro estão em processo de assinatura do termo de encerramento de desembolsos (USD 66 milhões).

Entre os financiamentos aprovados durante 2020, destaca-se uma operação de Emergência no valor de USD 12 milhões, que visa fortalecer os governos locais na implementação de políticas de proteção e assistência à emergência sanitária provocada pela pandemia de COVID-19. Além disso, foram aprovadas duas operações no setor da saúde, no valor consolidado de USD 40 milhões e USD 20 milhões para as províncias de Chaco e Salta, respectivamente. Adicionalmente, foram redirecionados recursos da ordem de USD 15 milhões para a construção de 11 hospitais modulares de emergência.

Por outro lado, na gestão anterior, foi ativada a segunda etapa de financiamento de USD 25 milhões para continuar apoiando a política nutricional nas escolas de educação infantil e ensino fundamental da Província de Buenos Aires, incorporando as medidas de biossegurança necessárias. Para a Província do Chaco, foi aprovada operação de USD 15 milhões com o objetivo de melhorar a qualidade do sistema educacional, científico e tecnológico com a construção de pelo menos 20 novos estabelecimentos de ensino (creches, escolas primárias, escolas secundárias, bibliotecas, escolas técnicas e escolas de educação especial) e a manutenção, ampliação e/ou reforma de pelo menos 20 instalações existentes.

Além disso, a segunda etapa de USD 25 milhões foi ativada para continuar apoiando a melhoria da qualidade do tráfego de veículos nos corredores das regiões centro e sul da Argentina.

Por fim, foi aprovado empréstimo de USD 30 milhões para permitir o acesso aos serviços de água potável e saneamento básico, beneficiando mais de 380 mil habitantes de 24 municípios da Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA).



1.1. Cooperações Técnicas

OCT/NR-ARG-32/19 (extensão) Fortalecimento Institucional da Secretaria de Assuntos Estratégicos – USD 100 mil:

A Cooperação Técnica (CT) concedida à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) foi ampliada em montante e prazo com o objetivo de fortalecer suas capacidades institucionais no processo de diagnóstico, desenho, implementação e avaliação de estratégia que conduza à reativação econômica e social da Argentina pós-pandemia, de forma participativa e consensual. Algumas das principais atividades: (i) Desenhar e criar o Conselho Econômico e Social Argentino para ajudar a promover as três dimensões do desenvolvimento sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) nos campos público e privado. (ii) Elaborar diagnóstico de situação dos impactos sanitários, econômicos e sociais da COVID-19 na Argentina. (iii) Propor Plano Estratégico de Governo Pós-Pandemia atualizado para reorientar as políticas estratégicas do governo. (iv) Apoiar a Agência Argentina de Avaliação de Impacto na padronização dos processos de avaliação de programas com financiamento externo. (v) Fortalecer a análise e o processamento da Cooperação Técnica Não Reembolsável (CTNR) na SAE, definindo diretrizes estratégicas para a cooperação internacional pós-COVID-19, entre outras.

OCT/NR-ARG-37/20 Ajuda Humanitária – USD 200 mil:

Prover respostas imediatas à emergência através do fortalecimento da assistência médica em hospitais e centros médicos de emergência, aquisição de insumos e equipamentos médicos, implementação de um centro de gestão de emergências com monitoramento contínuo.

2. Bolívia

No final da gestão de 2020, a carteira em execução é de USD 470 milhões, distribuída em 16 projetos. Desta carteira, três projetos estão em fase de pagamento do principal (USD 81 milhões), quatro já desembolsaram todos os recursos e estão em processo de assinatura do termo de encerramento (USD 136 milhões) e oito estão em execução, no valor de USD 253 milhões.

A atenção aos projetos de construção e manutenção de rodovias foi mantida na gestão de 2020, que está alinhada para facilitar o transporte interno e o comércio regional, reduzindo custos e tempos de deslocamento, além de melhorar a segurança e aumentar a competitividade do país.

Em 2020, foi acionada a segunda fase do projeto de Infraestruturas Urbanas, no valor de USD 35 milhões, que tem como objetivo a geração de emprego e a promoção do desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas. Este projeto beneficia nove capitais departamentais e 14 municípios intermediários, com um total de 314 intervenções em todo o país. Até o momento, mais de 2,3 milhões de m² de ruas foram melhorados (aproximadamente 287 km lineares), 45 áreas de recreação para crianças, jovens e idosos, 18 campos esportivos e oito casas comunitárias para o cuidado de crianças pequenas, educação comunitária e atenção à mulher. Tudo isso resulta em impactos diretos para 215 mil famílias em todo o território nacional e na geração de mais de 25 mil empregos.

Em relação aos serviços básicos, foram realizadas obras de melhoria do abastecimento de água potável e energia elétrica. Por outro lado, mais de 1.200 caixas d'água de fibrocimento ou plástico foram entregues para armazenar água da chuva em três municípios rurais isolados no Departamento de Potosí, a mais de 3.500 metros de altitude. Por outro lado, foram iniciadas as ações de fornecimento de painéis fotovoltaicos a três mil famílias rurais nos três municípios acima mencionados no Departamento de Potosí e em sete municípios do Departamento de Beni. Neste último, a geração é a diesel, o que produzirá impacto significativo na redução da geração dióxido de carbono (CO₂). A muitos destes 10 municípios só se pode chegar de mula pelo Altiplano e de canoa pelo rio Beni.

Finalmente, durante o primeiro trimestre de 2021, será entregue a última das 24 pontes planejadas para as áreas rurais do departamento de Cochabamba. As obras permitirão que 24 mil famílias de 15 municípios rurais, muitas delas isoladas de centros urbanos, se beneficiem da redução do tempo de deslocamento entre as cidades e os centros de ensino e saúde. Seu impacto se traduzirá em melhores preços para seus produtos nos mercados e melhor acesso a serviços educacionais e de saúde.



2.1. Cooperações Técnicas

OCT/NR-BOL-36/20 Ajuda Humanitária – USD 200 mil:

Esta CT tem o objetivo de auxiliar na aquisição de equipamentos e insumos médicos emergenciais, presentes no Plano Nacional de Contingência, que visa conter ao mínimo o risco de disseminação da COVID-19 e reduzir os efeitos negativos na população.

3. Brasil

A programação operacional está focada na formação de clusters de projetos por estado. No Estado de Santa Catarina há intervenções em cinco municípios (Joinville, Itajaí, Criciúma, Tubarão e Palhoça), no Mato Grosso do Sul, em dois municípios (Corumbá e Ponta Porã), em São Paulo, em cinco municípios (Indaiatuba, Limeira, Presidente Prudente, Poá, Sorocaba) e no Paraná, em dois municípios (Cascavel e Umuarama). No Espírito Santo (Vila Velha) e no Rio Grande do Norte (São Gonçalo do Amarante), em um município, por enquanto. Todos esses projetos buscam melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, por meio de projetos de desenvolvimento urbano que incorporem critérios de resiliência aos efeitos das mudanças climáticas.

A carteira brasileira é composta por 16 operações de Risco Soberano, no valor de USD 382 milhões. Em 2020, foram aprovados três projetos, no valor total de USD 113 milhões. Esse total compreende seis operações na fase de pagamento do principal, no valor de USD 40 milhões, três operações aprovadas pendentes de assinatura, no valor de USD 95 milhões e sete operações em execução, no valor de USD 247 milhões.

Em 2020, três operações foram aprovadas: São Gonçalo do Amarante, Cascavel e Presidente Prudente. O programa de ação estrutural de São Gonçalo do Amarante, no valor de USD 34 milhões, visa melhorar a qualidade de vida dos habitantes através de investimentos em saneamento, mobilidade urbana e implantação de áreas públicas de lazer e descanso. É o primeiro financiamento que utiliza recursos da Linha de Financiamento Verde do FONPLATA, que, com taxa de juros favorável, busca estimular a demanda por projetos verdes.

Para o Município de Cascavel, foram aprovados USD 32 milhões para contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de investimentos em saneamento urbano, macrodrenagem, implantação de parques ambientais e construção de ciclovias. Essa operação também se beneficia da linha verde, no valor de USD 13 milhões.

A cidade de Presidente Prudente, localizada no Estado de São Paulo, recebeu financiamento de USD 47 milhões, que serão utilizados na realização de obras de macrodrenagem com construção de canais abertos e construção e manutenção de estradas. Da mesma forma, está previsto o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Políticas Públicas – SGEPP, que permitirá identificar as demandas dos diversos segmentos da população, tais como: educação, saúde, infraestrutura urbana, transporte, segurança. À semelhança das operações aprovadas anteriormente, na gestão 2020, este projeto prevê também o financiamento de várias obras por meio da linha verde até o valor de USD 23 milhões.



3.1. Empréstimos de Risco Não Soberano

Na gestão 2020, foram aprovados e desembolsados USD 36 milhões para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com o objetivo de fornecer financiamento para atender a demanda de recursos financeiros do BDMG pelos municípios do Estado de Minas Gerais. Os recursos serão aplicados principalmente em investimentos em obras, bens e serviços, gerando desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável.

3.2. Cooperações Técnicas

OCT/NR-BRA-40/20 Ajuda Humanitária ao Município de Itajaí – USD 100 mil:

Apoio às medidas emergenciais que são desenvolvidas no Município de Itajaí para mitigar o impacto da disseminação da COVID-19, por meio da aquisição dos equipamentos necessários para a adaptação das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) do Hospital Marieta Konder Bornhausen.

OCT/NR-BRA-40/20 Ajuda Humanitária ao Município de Corumbá – USD 50 mil:

As atividades financiadas por meio desse CT fazem parte das medidas sanitárias desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, como a readequação de quartos em hospitais municipais para utilizá-los como UTI.

OCT/NR-BRA-40/20 Ajuda Humanitária ao Município de Ponta Porã – USD 50 mil:

Cooperação no combate aos efeitos adversos da pandemia, por meio da aquisição e entrega de cestas básicas às famílias mais carentes do Município de Ponta Porã, bem como aquisição de reagentes para COVID-19, para melhor controle da disseminação.

OCT/NR-BRA-40/20 Ajuda Humanitária ao Município de Criciúma – USD 100 mil:

Apoio para evitar o colapso do sistema de saúde do Município de Criciúma, por meio da adaptação da Casa de Saúde Rio Maina para funcionar como centro de tratamento para pessoas com COVID-19, atendendo às normas técnicas nacionais.

OCT/NR-BRA-40/20 Ajuda Humanitária ao Município de Vila Velha – USD 50 mil:

Auxílio para mitigar o impacto da disseminação da COVID-19, por meio das ações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde com a instalação de hospital de campanha para triagem e atendimento de pacientes suspeitos e confirmados de COVID-19.

OCT/NR-BRA-45/20 para a Prefeitura de Joinville – USD 100 mil:

Ajuda na implementação de medidas emergenciais pelo Município de Joinville para mitigar o impacto da disseminação da COVID-19, por meio da aquisição de testes rápidos para a confirmação ou não de pacientes com suspeita de COVID-19.



4. Paraguai

Na gestão 2020 foram aprofundadas as ações para promover a integração regional e internacional do país, por meio da aprovação do “*Projeto de Melhoria e Pavimentação da Via PY-15 Trecho Mariscal Estigarribia - Pozo Hondo e Acesso a Mariscal Estigarribia no Departamento de Boquerón da República do Paraguai*”. O financiamento inclui a construção de nova rodovia pavimentada de 227,6 km e sua manutenção por período de oito anos. Este trecho da estrada permitirá ampliar a movimentação de bens e produtos ao conectar o país ao Brasil, via Porto Murtinho no Estado do Mato Grosso do Sul, e a partir dali ao oceano Atlântico, bem como à Argentina, via Misión La Paz na Província de Salta, e finalmente ao Chile, alcançando os portos no oceano Pacífico. Trata-se de investimento estratégico em infraestrutura de transporte e logística, pois consolida o corredor bioceânico que liga Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

O investimento total do projeto ultrapassa os USD 354 milhões que corresponderão inteiramente a recursos próprios do FONPLATA, concedidos em três etapas, transformando-se na maior operação da história do Banco de Desenvolvimento. A primeira etapa, no valor de USD 134 milhões, foi aprovada em 2020. A execução das obras será responsabilidade do Ministério de Obras Públicas e das Comunicações (MOPC) da República do Paraguai.

No final de 2020, a carteira ativa no Paraguai totaliza USD 707 milhões, distribuídos em 11 operações: uma operação concluída em fase de fechamento, no valor de USD 78 milhões, três operações pendentes de ratificação pelo Congresso, com valor agregado de USD 276 milhões, e sete em execução, no valor de USD 353 milhões.

4.1. Empréstimos de Risco Não Soberano

Em 2020, foi concedido ao Banco Nacional de Fomento (BNF) empréstimo de USD 36 milhões, o qual foi integralmente desembolsado para fazer face à procura de recursos financeiros do BNF para a concessão de empréstimos a empresas integrantes das cadeias de valor de produção, indústria e serviços relacionadas à exportação. Os recursos serão aplicados principalmente em investimentos em obras, bens e serviços, gerando desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável.



4.2. Cooperações Técnicas

OCT/NR-PAR-38/20 – USD 200 mil:

Fornecimento de equipamentos de proteção individual a médicos, enfermeiras, laboratoristas, auxiliares e pessoal de apoio que exerçam funções de atendimento em estabelecimentos e laboratórios de saúde do Ministério da Saúde e Bem-Estar Social.

OCT/NR-PAR-34/20 Apoio à Elaboração de Respostas de Política Econômica para Promover a Reativação da Economia – USD 160 mil:

O objetivo geral da CT é contribuir para a elaboração de respostas de política econômica para a reativação da economia e o restabelecimento das condições de crescimento econômico sustentado, que configurem plano estratégico voltado à maior formalização da economia e redução da evasão, à promoção e atração de investimentos produtivos e ao desenvolvimento competitivo de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), no contexto de pós-emergência sanitária devido à pandemia de COVID-19. Componentes: (i) Formalização da economia e redução da evasão fiscal; (ii) Promoção e atração de investimentos; (iii) Desenvolvimento Competitivo de MPMEs.

5. Uruguai

Durante a gestão de 2020, foram aprovados dois novos financiamentos, com valor agregado de USD 36 milhões. A carteira de empréstimos ativa é de USD 319 milhões, composta por oito operações distribuídas da seguinte forma: quatro operações em execução, no valor de USD 156 milhões, três operações, no valor de USD 142 milhões, em período de amortização e uma operação, no valor de USD 21 milhões, que se encontra com assinatura pendente.

Na gestão 2020, o programa operacional teve como objetivo acompanhar os esforços do Governo para mitigar os impactos da Emergência de Saúde por COVID-19 nas micro e pequenas empresas. Nesse cenário, foram aprovadas duas operações, no valor total de USD 60 milhões, das quais o primeiro projeto foi executado, com valor de USD 15 milhões, correspondentes a recursos da Linha de Emergência COVID-19, que serviu para dar liquidez ao setor para sustentar uma renda básica para as Médias e Pequenas Empresas (MPEs) do país.

Além disso, foi dada continuidade à execução de projetos de infraestrutura de transporte e acesso logístico à área portuária de Montevideu, de construção e melhoria de sistemas de saneamento em localidades da bacia do rio Santa Lucía (San Ramón, Fray Marcos, Casupá e Florida) e de apoio à manutenção de estradas em diferentes partes do país.

5.1. Cooperações Técnicas

OCT/NR-URU-39/20 – USD 200 mil:

Ajuda para ampliar a oferta de leitos de CTI, equipamentos para leitos, respiradores, oxigênio, entre outros insumos de grande importância para poder atender e abastecer a população, além de fortalecer o monitoramento da disseminação do vírus e os respectivos laboratórios.

OCT/NR-URU-47/20 Fortalecimento e Modernização da Secretaria de Inteligência Estratégica do Estado – USD 120 mil:

Contribuição para o fortalecimento e modernização das áreas da Secretaria de Inteligência Estratégica do Estado, por meio da formulação de Programa Específico, a fim de salvaguardar o posicionamento estratégico do Uruguai no mundo. Pretende-se contribuir para a melhoria dos instrumentos funcionais básicos da SIEE, por meio da utilização de uma plataforma de cibersegurança e Big Data, bem como auxiliar no planejamento de desenvolvimento e intervenções de executores nacionais em áreas urbanas fragilizadas, fortalecendo a capacidade de análise estratégica em Segurança Humana.



6. Cooperações Técnicas Regionais

**OCT/NR-ILAT-48/20 Formulação e Lançamento da Aliança ILAT (Gestão 2020)
– USD 65 mil:**

Colaboração com o financiamento do Plano de Trabalho para a gestão 2020, que visa consolidar e posicionar a Aliança para a Integração e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ILAT) como espaço de trabalho para o desenvolvimento de infraestrutura de integração de qualidade e inovadora, com transparência e colaboração.

OCT/NR-ILAT-49/20 Plano de Trabalho de Gestão da Aliança ILAT 2021 – USD 200 mil:

Por meio da Aliança, pretende-se identificar, planejar e priorizar, junto com os países, projetos e iniciativas de integração, gerando conhecimento e tecnologia aplicada aos projetos, para desenvolver espaços de integração binacionais e/ou multinacionais para viabilizar a execução de obras de infraestrutura regional, com altos padrões de qualidade técnica e transparência.

IV. Resultados da gestão no exercício de 2020

(Todos os valores estão em dólares estadunidenses)



A seguir, são analisadas as realizações alcançadas pelo FONPLATA – Banco de Desenvolvimento, para todos os efeitos, denominado “Banco”, durante a gestão encerrada em 31 de dezembro de 2020.

Como instituição de financiamento do desenvolvimento, é importante equilibrar aspectos específicos para promover o desenvolvimento social inclusivo com a gestão prudential de ativos e passivos financeiros, a fim de atender às expectativas do mercado de capitais, gerando, desse modo, retorno que permita manter e aumentar seu patrimônio.

Nesse sentido, e seguindo o mandato recebido na reunião de Governadores de novembro de 2020 a partir de análise aprofundada do desempenho da instituição e sua projeção futura, durante o primeiro semestre de 2021, a Administração realizará um processo de consulta aos seus países membros, para conhecer as expectativas em relação ao Banco e, a partir delas, desenvolver nova estratégia institucional para o período 2023-2028.

Este novo Plano Estratégico Institucional (PEI), que incluirá planos para o crescimento da capacidade de empréstimo, com base em aumentos de capital, respondendo ao modelo de negócio dos bancos multilaterais de desenvolvimento, será apresentado à consideração da Diretoria Executiva e posteriormente da Assembleia de Governadores, no final de 2021. O aumento de capital e, conseqüentemente, do patrimônio líquido do Banco, incluindo a potencial expansão de seu quadro de membros, em decorrência das modificações em seu Convênio Constitutivo, que foram aprovadas pela Assembleia de Governadores no final de 2018, permitirá solidificar a relevância do Banco como parceiro ativo do desenvolvimento e da integração regional, ao mesmo tempo em que melhora a classificação de risco de crédito para beneficiar o custo de financiamento de seus países membros.

Diante da crise sanitária que começou a se manifestar a partir do final de março de 2020, e que foi antecipada pelo Banco no início do ano por meio da carta do Presidente Executivo incluída no relatório anual de 2019, o Banco tomou uma série de ações para ajudar, na medida de suas possibilidades, a atenuar os efeitos imediatos sobre a saúde e a economia dos habitantes de seus cinco países membros.

Graças aos investimentos realizados desde 2013, o Banco conta com sólida infraestrutura de sistemas de informação que lhe permitem adaptar-se a contingências, como a que teve que enfrentar por causa da pandemia. Com isso, foi possível passar sem interrupções à modalidade de trabalho virtual, protegendo a saúde de seus funcionários sem afetar em nada a eficiência de seus processos institucionais.

Neste sentido, deve-se destacar que 2020 foi um ano recorde em termos de aprovações de novas operações, totalizando USD 537 milhões, e de desembolsos, de USD 392 milhões, o que representa um aumento de 17% e 83% em relação ao montante de empréstimos aprovados e desembolsos realizados em 2019.

Da mesma forma, em cumprimento da política de liquidez, em resposta ao aumento dos desembolsos de empréstimos, foram captados USD 293 milhões, por meio de uma combinação de linhas de crédito aprovadas com outros organismos financeiros multilaterais de desenvolvimento e da emissão de notas promissórias a bancos centrais dos países membros.

Com a firma do convênio assinado para administração de parte dos recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em dezembro de 2019, a partir de 24 de julho de 2020, o Banco assumiu a função de agente fiduciário deste fundo. A assinatura deste acordo para a administração fiduciária dos recursos do FOCEM constitui clara demonstração da credibilidade e prestígio que o Banco desfruta em nível regional e abre as portas para a obtenção de sinergias com os projetos financiados pelo FOCEM.

1. MODELO DE NEGÓCIOS

A arquitetura do modelo de negócios é desenhada com o objetivo de ajudar nossos países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, por meio do financiamento de projetos voltados à melhoria da integração e do desenvolvimento socioeconômico. O Banco financia seu programa de empréstimos por meio da alavancagem de seu patrimônio, que é composto por subscrições de caixa e capital exigível e, também, por reservas provenientes de lucros acumulados.

A capacidade de empréstimo do banco atualmente é de USD 3,329 bilhões, o que equivale a três vezes o valor do patrimônio líquido. Por outro lado, a capacidade de endividamento do Banco também é determinada com base no multiplicador de duas vezes o valor do patrimônio líquido mais os ativos líquidos, o que equivale a USD 2,658 bilhões.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos concedidos aos seus países membros. Todos os ativos e passivos financeiros são contratados e expressos em dólares estadunidenses e rendem juros com base na taxa Libor de 6 meses, mais uma margem operacional.

O Banco mantém liquidez para assegurar sua capacidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para custear despesas operacionais e investimentos de capital planejados, que devem ocorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento de suas operações. A liquidez é investida com o único objetivo de reduzir custos e otimizar a utilização dos recursos necessários à manutenção do nível de liquidez exigido pelas políticas do Banco.

As seções e subseções a seguir contêm explicação detalhada do desempenho financeiro durante os exercícios fiscais compreendidos entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2020.

Da mesma forma, como o crescimento do patrimônio líquido é função direta do aumento de ativos sobre passivos, é incluída explicação detalhada da evolução de ativos e passivos financeiros, o que ajuda a ilustrar o crescimento e a força financeira alcançados até o momento.

2. DESEMPENHO DA GESTÃO

2.1. Fontes dos recursos de financiamento

2.1.1. Estrutura do Capital e Capacidade de Empréstimo

O processo de subscrição e comprometimento de todo o capital exigível correspondente ao 1o e 2o aumentos de capital aprovados em 2013 e 2016, respectivamente, foi concluído em 2018. Nesse ano, foram recebidas as contribuições em dinheiro correspondentes ao primeiro aumento e iniciou-se o cronograma de pagamento do segundo aumento. O total de capital recebido em 2020 foi de USD 51 milhões (2019: USD 48 milhões), para um total de capital de caixa, em 31 de dezembro de 2020, de USD 917 milhões (2019: USD 866 milhões).

A tabela 1 mostra a evolução da estrutura de capital para cada um dos últimos três exercícios.

TABELA 1
ESTRUTURA DE CAPITAL
Em milhões de dólares estadunidenses.

CAPITAL	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2020
AUTORIZADO	3.014,2	3.014,2	3.014,2
A integralizar em dinheiro	1.349,2	1.349,2	1.349,2
Exigível a comprometer	1.665,0	1.665,0	1.665,0
SUBSCRITO	3.014,2	3.014,2	3.014,2
A integralizar em dinheiro	1.349,2	1.349,2	1.349,2
Exigível a comprometer	1.665,0	1.665,0	1.665,0
DISPONÍVEL	2.482,5	2.530,5	2.581,9
Integralizado em dinheiro	817,5	865,5	916,9
Exigível comprometido	1.665,0	1.665,0	1.665,0

2.1.2. Composição patrimonial

O patrimônio do Banco cresce por meio de dois canais: (i) a integralização de capital em dinheiro por seus países membros; e (ii) o excedente de receita sobre despesas financeiras e administrativas. A receita é gerada por meio dos juros auferidos sobre ativos financeiros (líquidos das provisões para perdas esperadas em empréstimos e investimentos), enquanto as despesas estão relacionadas ao custo da dívida contraída e à despesa necessária para o funcionamento da instituição. As seções 2.2 e 2.6 contêm análise mais detalhada da evolução dos ativos e passivos financeiros durante o exercício de 2020.

Conforme mostrado na Tabela 2, em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido totalizava USD 1,109 bilhão, representando aumento de 8% em relação ao volume alcançado em 2019, de USD 1,028 bilhão. Este aumento é composto por USD 51 milhões de integralizações de capital em dinheiro mais USD 36 milhões de lucro líquido do exercício, que inclui a destinação ao Fundo Especial de Compensação de Taxas de Juros (FECTO), no valor de USD 3,5 milhões, e ao Fundo Especial para Programa de Cooperação Técnica (PCT), no valor de USD 1,5 milhão.

TABELA 2
PATRIMÔNIO
Em milhões de dólares estadunidenses.

ITEM	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2020
Capital em dinheiro	817,5	865,5	916,9
Reservas	108,8	134,3	156,8
Resultados Acumulados	26,6	28,3	35,9
Total do patrimônio	952,9	1.028,1	1.109,6

2.2. COVID-19 e seu efeito na receita e na rentabilidade

O efeito imediato da pandemia de COVID-19, para o Banco, é a redução da taxa Libor de 6 meses, que é a taxa de referência utilizada para os empréstimos e a maior parte da dívida captada. Essa redução foi de 164 pontos base, entre o valor de 31 de dezembro de 2019 e o valor de 31 de dezembro de 2020. Esta alteração reduz a rentabilidade e o valor nominal a ser gerado por receitas de empréstimos, que não é compensado pela redução dos custos financeiros por endividamento.

Dois fatores relevantes contribuíram para mitigar a redução do valor da taxa Libor de 6 meses no ano. Como efeito da crise, os países membros aumentaram a demanda por desembolsos em empréstimos já aprovados, bem como no redirecionamento para operações voltadas à mitigação dos efeitos da pandemia sobre a saúde da população. Como resultado, o Banco desembolsou USD 392 milhões, que em comparação com os USD 214 milhões desembolsados em 2019, representa um aumento de 83%, que se traduziu em aumento de 34% no saldo de empréstimos a receber, que é de USD 1,251 bilhão, em comparação com USD 936 milhões, em 2019.

O segundo fator que contribuiu para mitigar o efeito da queda no valor da taxa Libor de 6 meses foi a redução do serviço da dívida contratada, que apesar de ter tido aumento de 94% no nível de endividamento, equivalente a USD 293 milhões, o aumento das despesas financeiras foi de apenas 2% (de USD 8,4 milhões para USD 8,6 milhões).

Por fim, o resultado líquido do exercício aumentou em consequência da melhora da classificação de risco de crédito de um país membro, que se traduziu numa recuperação líquida, a 31 de dezembro de 2020, de USD 2,5 milhões, bem como pela recuperação do valor da provisão para perdas em títulos da República Argentina, que foram classificados como investimentos mantidos até o vencimento, ao valor de USD 3,8 milhões, em decorrência da troca de dívida realizada por aquele país membro no âmbito do acordo firmado com o Tribunal do Estado de Nova York em 15 de agosto de 2020. Uma explicação detalhada da permuta deste investimento encontra-se nas demonstrações financeiras do Banco, nas notas 8.3 (ii) e 8.7.

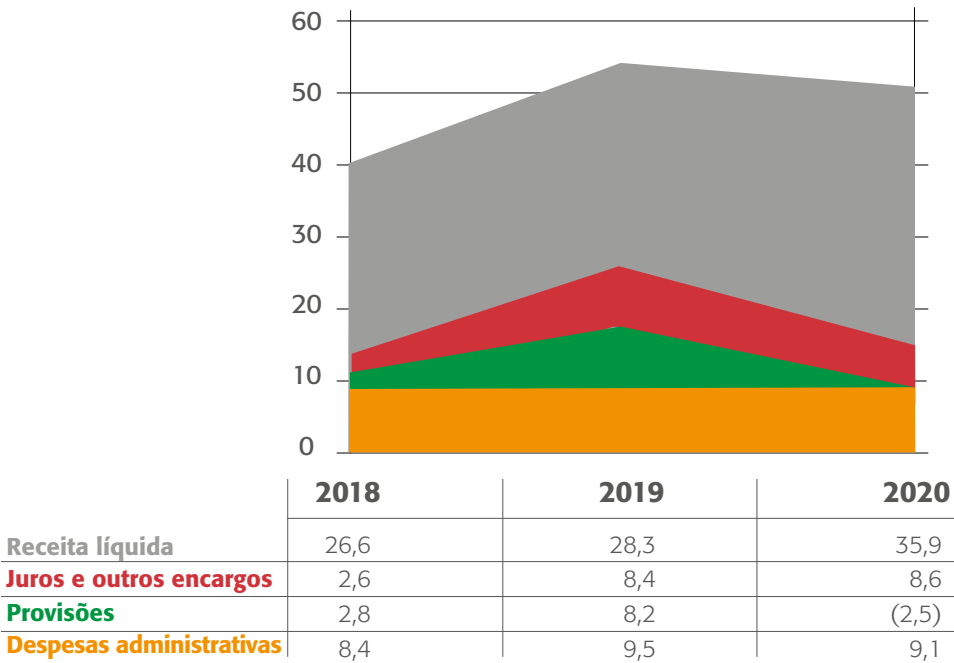
O Gráfico 1 mostra a evolução das receitas com ativos financeiros, observando redução na tendência de crescimento exibida até 2019, devido à queda da taxa de juros Libor de 6 meses.

A receita sobre ativos financeiros foi de USD 51,1 milhões, comparados a USD 54,4 milhões em 2019, o que representa uma redução equivalente a 6%. Essa redução se compara de forma muito favorável à redução de 164 pontos base na taxa de juros Libor de 6 meses durante o mesmo período, que equivale a 87%. Isso ilustra o apoio e a crescente demanda de seus países membros por recursos de financiamento, fortalecendo o perfil de negócios do Banco.

A receita financeira obtida durante o ano fiscal de 2020 consiste em juros e comissões por empréstimos, no valor de USD 43 milhões, e USD 8 milhões provenientes de receitas de investimentos e outras receitas (2019 - USD 47 milhões e USD 8 milhões, respectivamente).

GRÁFICO 1
RECEITAS E DESPESAS

Em milhões de dólares estadunidenses.



As receitas geradas em 2020, no valor de USD 51 milhões (2019 - USD 54 milhões), fornecem índice de cobertura de 5,9 vezes (2019 - 6,4 vezes) em relação ao serviço da dívida, de USD 8,6 milhões, e de 3,4 vezes (2019 - USD 2,1 vezes) em relação ao montante de provisões, de USD 2,5 milhões recuperados (2019 - aumento de USD 8 milhões), e despesas administrativas de USD 9 milhões (2019 - USD 9 milhões), respectivamente. Da mesma forma, o resultado líquido do exercício, USD 36 milhões, se compara muito favoravelmente com os USD 28 milhões obtidos em 2019.

Tanto o resultado líquido do exercício corrente, como o coeficiente de cobertura dos custos financeiros e despesas administrativas refletem claramente o grau de eficiência e eficácia alcançados pelo Banco em 2020, o que permitiu aumentar a cobertura ou rentabilidade final, refletindo a solidez financeira alcançada, apesar da queda abrupta da taxa de juros de referência adotada para os ativos e passivos financeiros do Banco.

Por fim, conforme mostra a Tabela 3, as despesas administrativas totalizaram USD 9 milhões, gerando economia de cerca de USD 3 milhões em relação ao valor aprovado para 2020, de USD 11,7 milhões. Essa redução representa economia de USD 0,5⁴ milhão, em relação à despesa administrativa incorrida em 2019, o que equivale a 5% e é ilustrativa do alto compromisso da gestão do Banco em garantir um baixo custo de transação, mantendo seu nível de resposta, agilidade e eficácia.

A Tabela 3 contém detalhe numérico da evolução dos ativos e passivos financeiros, ativos líquidos e patrimônio líquido, bem como suas respectivas taxas de retorno durante os anos de 2018 a 2020, e é ilustrativo do crescimento e da força alcançada pelo Banco.

4 A despesa administrativa efetivamente incorrida, exclui diferenças cambiais, depreciação e provisões, e totalizou USD 8,868 em 2020 (2019 – USD 9.331)

TABELA 3
RETORNO SOBRE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em milhões de dólares estadunidenses.

Item	31 de dezembro de								
	2018			2019			2020		
	Saldo médio	Receitas	Retorno %	Saldo médio	Receitas	Retorno %	Saldo médio	Receitas	Retorno %
Empréstimos a receber	730,7	36,2	4,95%	867,9	46,7	5,38%	1.093,9	43,1	3,94%
Investimentos e outros	209,0	4,1	1,98%	302,0	7,8	2,59%	403,9	8,1	2,00%
Ativos financeiros	939,7	40,3	4,29%	1.169,9	54,5	4,66%	1.497,8	51,2	3,42%
Dívidas	(52,4)	(2,6)	5,05%	(171,7)	(8,4)	4,92%	(416,5)	(8,6)	-2,07%
Ativos financeiros líquidos	887,3	37,7	4,24%	998,2	46,1	4,62%	1.081,3	42,6	3,93%
Provisões e outros encargos	-	(2,9)	-0,33%	-	(8,4)	-0,84%	-	2,2	0,21%
Despesas administrativas	-	(8,2)	-0,92%	-	(9,3)	-0,94%	-	(8,9)	-0,82%
Ativos líquidos	888,9	26,6	2,99%	1.000,2	28,3	2,84%	1.081,3	35,9	3,32%
Patrimônio	884,4	26,6	3,00%	990,5	28,3	2,86%	1.068,9	35,9	3,36%

Os principais indicadores financeiros são consistentes com os de uma instituição em crescimento. Conforme mostra a Tabela 3, a média dos ativos financeiros em 2020 atinge o montante de USD 1,498 bilhão, o que representa um crescimento de USD 328 milhões, em relação ao total alcançado em 2019, de USD 1,170 bilhão, equivalente a 28% de aumento.

O aumento na média dos ativos financeiros é o resultado de: (i) aumento líquido de USD 315 milhões (aumento médio de USD 226 milhões) no saldo de empréstimos a receber, como resultado de desembolsos excedentes sobre amortizações do principal, e (ii) aumento de ativos líquidos de investimento de USD 70 milhões (aumento médio de USD 101 milhões), provenientes principalmente de recursos captados durante o exercício.

Já as despesas administrativas tiveram redução de 5% em relação a 2019. O retorno sobre o patrimônio líquido⁵ mostra aumento equivalente a 17% em relação a 2019, para um retorno de 3,36%.

2.2.1. Utilização de capital e capacidade de empréstimo

O Banco determina sua capacidade de empréstimo e endividamento com base em multiplicador sobre o valor de seu patrimônio líquido. Assim, a capacidade máxima de empréstimo é equivalente a três vezes o patrimônio líquido. A exposição máxima da carteira de empréstimos por país não pode exceder 25% da capacidade de empréstimo e a carteira de créditos a receber não pode exceder 30% dos ativos.

5 Retorno sobre o patrimônio líquido: razão entre a receita líquida do exercício e o patrimônio médio.

Por seu turno, a capacidade de empréstimo utilizada é expressa como a soma do saldo dos empréstimos a pagar e a receber e o saldo dos empréstimos ainda não vigentes. A capacidade restante de empréstimo decorre da diferença entre a capacidade máxima de empréstimo e a utilizada (ver Tabela 4).

Pelo exposto, o crescimento do patrimônio é determinante da capacidade de empréstimo e de endividamento. Conforme explicado em mais detalhes nas seções 2.1 – Fonte dos Recursos de Financiamento e 2.2 – Receitas e Rentabilidade, cresce como resultado de integralizações de capital em dinheiro recebidas dos países membros e por receita líquida ou reservas acumuladas. Esta última, medida como o excedente da receita total de ativos financeiros, líquida do serviço da dívida sobre passivos financeiros, provisões para perdas esperadas em empréstimos e investimentos e despesas administrativas.

A Tabela 4, abaixo, mostra detalhe da capacidade máxima de empréstimo utilizada e restante em 31 de dezembro de 2020 e sua evolução durante o período 2018-2019. Como se pode observar, a capacidade de empréstimo restante é de USD 708 milhões, o que permitirá que as aprovações de empréstimos sejam mantidas até 2024, depois de considerar o resultado líquido projetado, as amortizações de principal esperadas, bem como a integralização de cotas de capital em dinheiro.

TABELA 4
CAPACIDADE DE EMPRÉSTIMO E SUFICIÊNCIA DE CAPITAL
Em milhões de dólares estadunidenses e percentagens.

ITEM	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2020
Ativos líquidos	952,9	1.028,1	1.109,6
Capacidade de empréstimo máxima	2.858,7	3.084,4	3.328,8
Variação anual carteira de empréstimos a receber	20,76%	17,15%	33,64%
Carteira de empréstimos a pagar	700,8	974,7	892,5
Carteira de empréstimos a receber	799,4	936,5	1.251,5
Contratos de empréstimo não vigentes	407,5	290,2	477,1
Capacidade de empréstimo utilizada	1.907,7	2.201,4	2.621,1
<i>Capacidade de empréstimo remanescente</i>	951,0	883,1	707,7
<i>Percentagem de capacidade de empréstimo utilizada</i>	66,7%	71,4%	78,7%
Cobertura patrimonial s/carteira de empréstimos bruta	119,2%	109,8%	88,7%
Exposição do patrimônio (%) ¹	92,1%	78,8%	65,6%
Exposição da carteira ajustada pelo risco (em %) ²	119,0%	110,5%	80,2%
Limite mínimo de Suficiência de Capital	35,0%	35,0%	35,0%

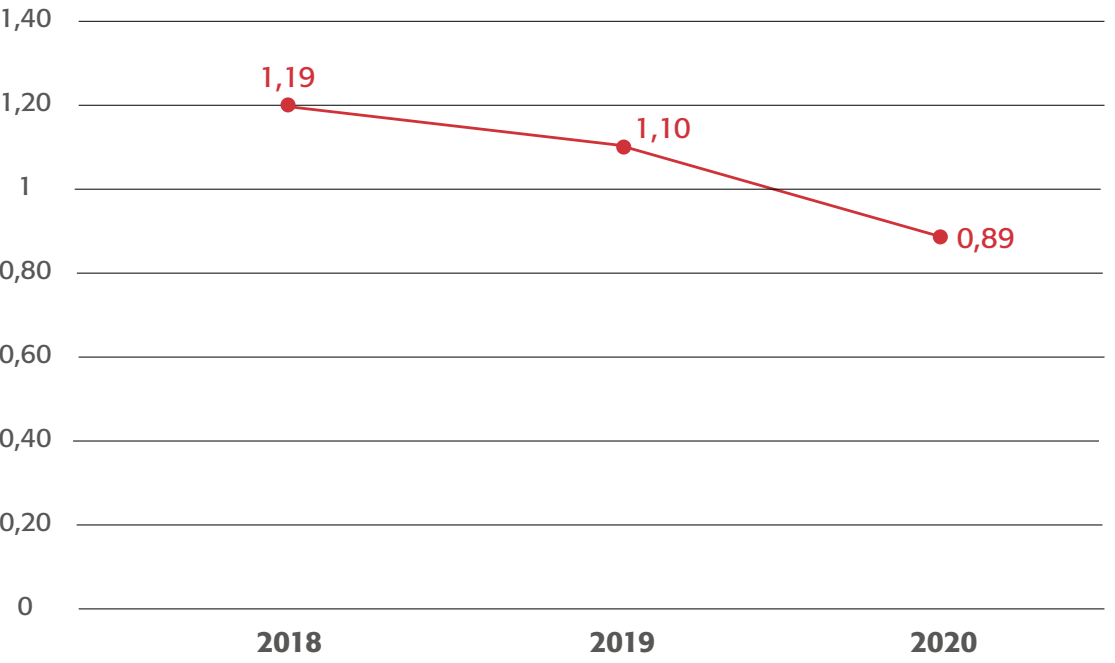
¹ (Patrimônio + provisão para perdas com empréstimos - Imobilizado) / Ativos financeiros.
² (Patrimônio + Provisão para perdas com empréstimos - Ativo Imobilizado) / Ativos financeiros ajustados ao risco.

Conforme explicado em 2.2 – *Receitas e Rentabilidade*, e consistente com a estrutura de capital do Banco, o crescimento da carteira de créditos deve ser alavancado por meio do aumento da captação de dívida de terceiros. Neste sentido, desde 2016 a instituição tem captado recursos para financiar desembolsos em empréstimos, o que, naturalmente, resulta na redução gradativa da percentagem de cobertura patrimonial. Essa redução foi considerada no planejamento financeiro e responde à filosofia de gestão prudencial, focada nos resultados e baseada em robusto modelo de controle e gestão integral de riscos.

O índice de cobertura dos empréstimos indica o número de vezes que o patrimônio líquido contém o saldo dos empréstimos a receber ou da carteira de empréstimos. Conforme ilustrado no gráfico 2, esse coeficiente tem tendência gradualmente decrescente, pois parte do crescimento da carteira de empréstimos deve ser financiada com recursos de terceiros. Esse coeficiente passou de 1,19 vezes, em 2018, para 1,10, em 2019, e para 0,89, ao final de 2020.

O Gráfico 2 mostra o espaço de alavancagem disponível do Banco. Os indicadores financeiros alcançados e apresentados neste Relatório Anual reafirmam a solidez patrimonial e financeira do Banco, a qualidade e maturidade de sua governança e gestão prudencial, bem como a validade de suas políticas operacionais e financeiras.

GRÁFICO 2
ÍNDICE DE COBERTURA DE EMPRÉSTIMOS

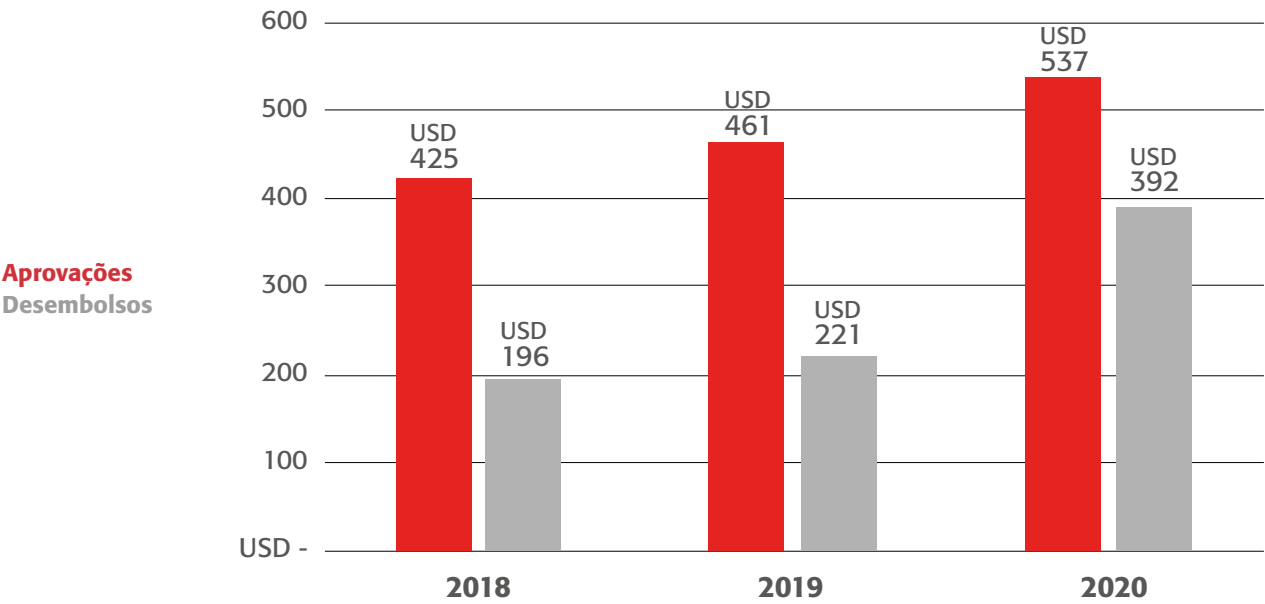


2.2.2. Evolução dos empréstimos

O Gráfico 3 – *Montante de aprovações e desembolsos de empréstimos* mostra aumento tanto em termos de aprovações, que totalizaram USD 537 milhões, quanto em desembolsos, que alcançaram USD 392 milhões. Esses números representam aumento no volume de aprovações e desembolsos de empréstimos de 17% e 83%, respectivamente, em comparação com 2019, e confirmam a tendência crescente da demanda. Esses valores superam em 19% e 56%, respectivamente, as metas de aprovações e desembolsos de empréstimos que estavam previstas em relação à programação de 2020, contidas no Documento de Programa e Orçamento (DPP), aprovado no final de 2019.

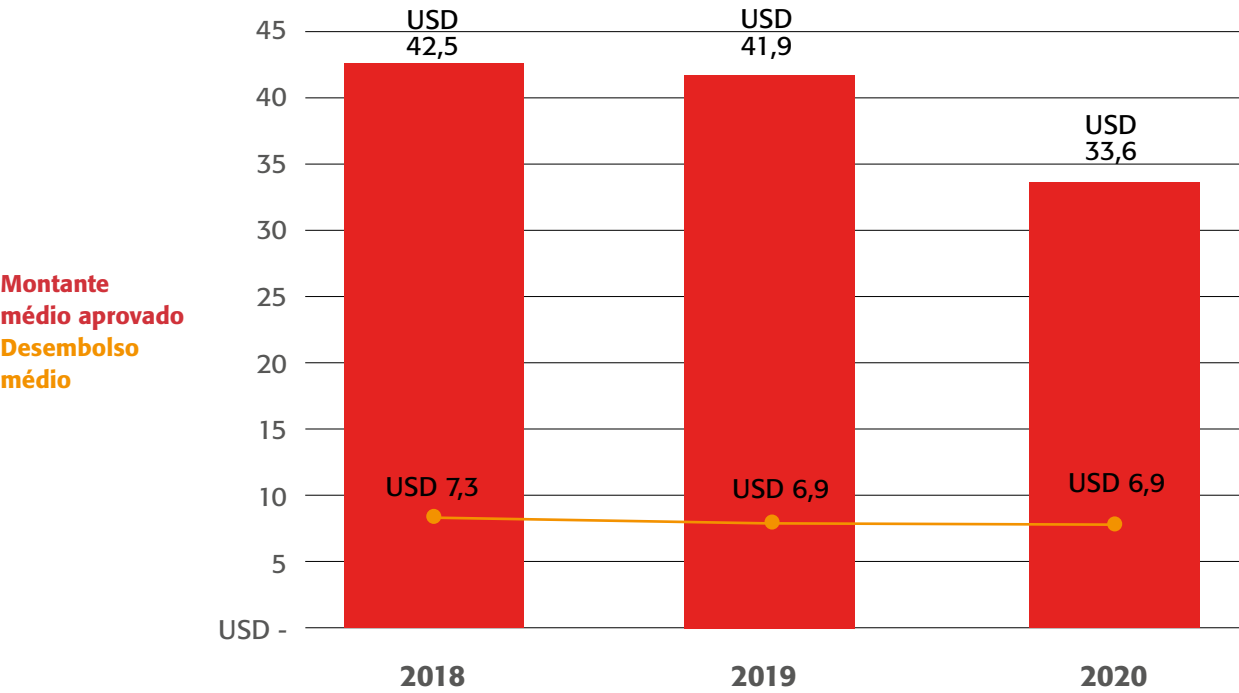
O crescimento constante da carteira de empréstimos está diretamente alinhado com o mandato recebido da Assembleia de Governadores no momento do 2º aumento de capital, de aumentar de forma progressiva a capacidade de empréstimo e estreitar o diálogo com os países membros para antecipar suas necessidades de financiamento em matéria de integração e desenvolvimento.

GRÁFICO 3
MONTANTE DAS APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS DE EMPRÉSTIMOS¹
Em milhões de dólares estadunidenses.



¹ Desembolsos antes dos retornos de USD 6,7 milhões em 2019.

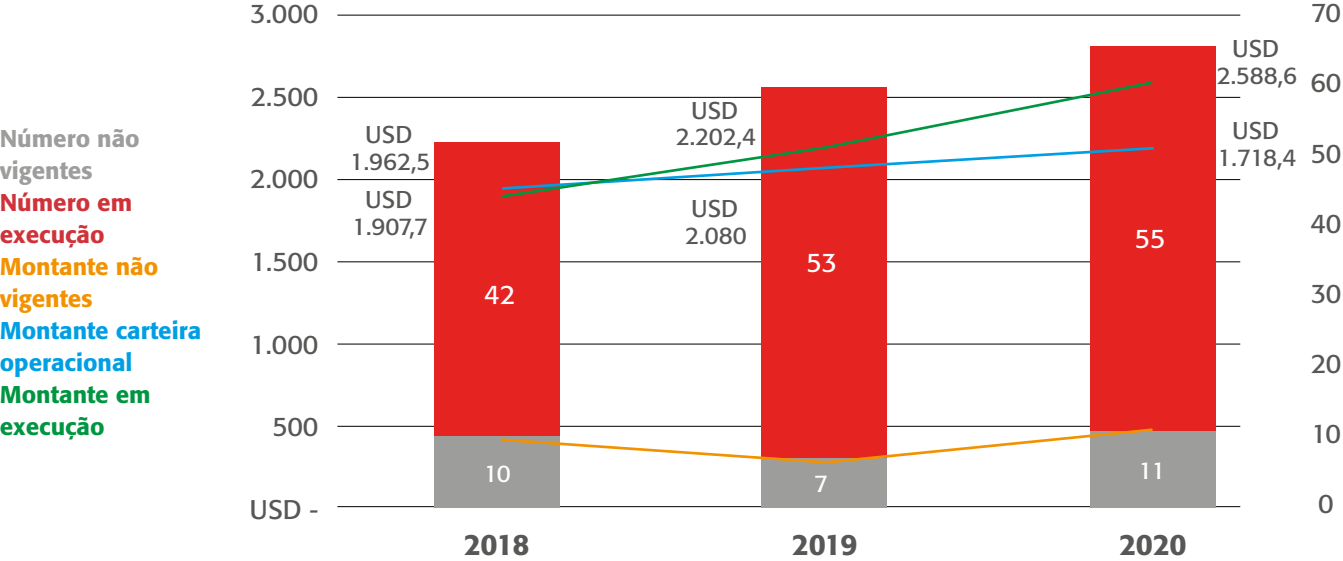
GRÁFICO 4
MONTANTE MÉDIO DOS EMPRÉSTIMOS APROVADOS E DOS DESEMBOLSOS
En millones de dólares estadounidenses.



O valor médio dos empréstimos individuais é de USD 34 milhões, o que representa uma redução de USD 8 milhões em relação a 2019.

Por sua vez, o número total de projetos em carteira, que consiste em financiamento na fase de pagamento, financiamento na fase de desembolso e financiamento aprovado que não entrou na fase de desembolso, passou de 60 operações, em 2019, para 66, em 2020. Incluindo 11 operações não vigentes, antes de considerar 18 operações em fase de amortização (2019 – 12 operações) que resulta num aumento de 12 operações, equivalente a 17% (ver Gráfico 5).

GRÁFICO 5
EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DA CARTEIRA
Em número de projetos.



2.2.3. Carteira de empréstimos por país

O Banco busca alcançar uma distribuição equilibrada ao longo do tempo entre seus países membros, tanto no nível de aprovações quanto no valor acumulado dos empréstimos a receber.

A Tabela 5 mostra a participação relativa de cada país no saldo da carteira de empréstimos a receber no final de cada período entre 2018 e 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição por país da carteira está dentro dos limites prudenciais estabelecidos na política.

TABELA 5
SALDO DE EMPRÉSTIMOS A RECEBER POR PAÍS

País	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2020
Argentina	21%	25%	26%
Bolívia	29%	30%	26%
Brasil	8%	8%	11%
Paraguai	17%	16%	17%
Uruguai	25%	21%	19%
TOTAL	100%	100%	100%

Nota: Apurado com base nos saldos a receber em empréstimos no final do exercício.

2.2.4. Desempenho dos saldos de empréstimos a receber e dos empréstimos aprovados

Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de empréstimos aprovados e na fase de execução, incluindo as operações aprovadas em 2020 e ainda pendentes de assinatura de contrato ou ratificação parlamentar, totaliza USD 2,589 bilhões, representando aumento de USD 386 milhões, equivalente a 18% (ver Tabela 4).

O crescimento observado de forma sustentada na carteira de empréstimos aprovados desde 2013 é reflexo do trabalho árduo realizado e do compromisso de aproximar o desenvolvimento das pessoas, realçando assim a relevância e o impacto do Banco como importante parceiro para apoiar seus países membros na promoção e aprofundamento do desenvolvimento e da integração regional.

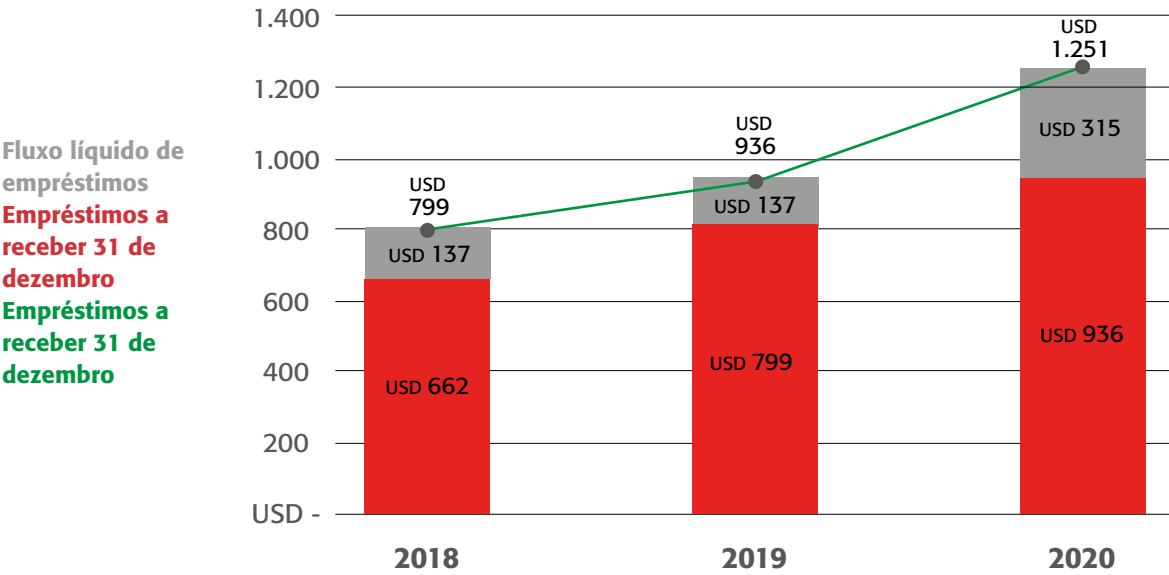
Conforme indicado na seção 2.2 – Receitas e Rentabilidade, a carteira de empréstimos a receber apresentou crescimento líquido de USD 315 milhões em 2020, com saldo a receber antes das taxas de administração a liquidar e provisão para perdas potenciais em empréstimos de USD 1,251 bilhão (ver gráfico 6).

O crescimento obtido na carteira de empréstimos a receber, principal ativo financeiro do Banco, é 2,3 vezes superior ao obtido em 2019. Este crescimento é produto do desembolso, líquido de devoluções, de USD 392 milhões e do recebimento de amortizações de principal de USD 77 milhões, gerando um crescimento da carteira 33% superior ao alcançado em 2019.

O saldo dos empréstimos a desembolsar em 2020 é de USD 708 milhões, o que representa uma redução equivalente a 28%, em relação ao saldo a desembolsar de USD 975 milhões, em 2019. Essa redução reflete positivamente o esforço do Banco, em conjunto com as entidades executoras dos projetos financiados, para acelerar o processo de desembolso.

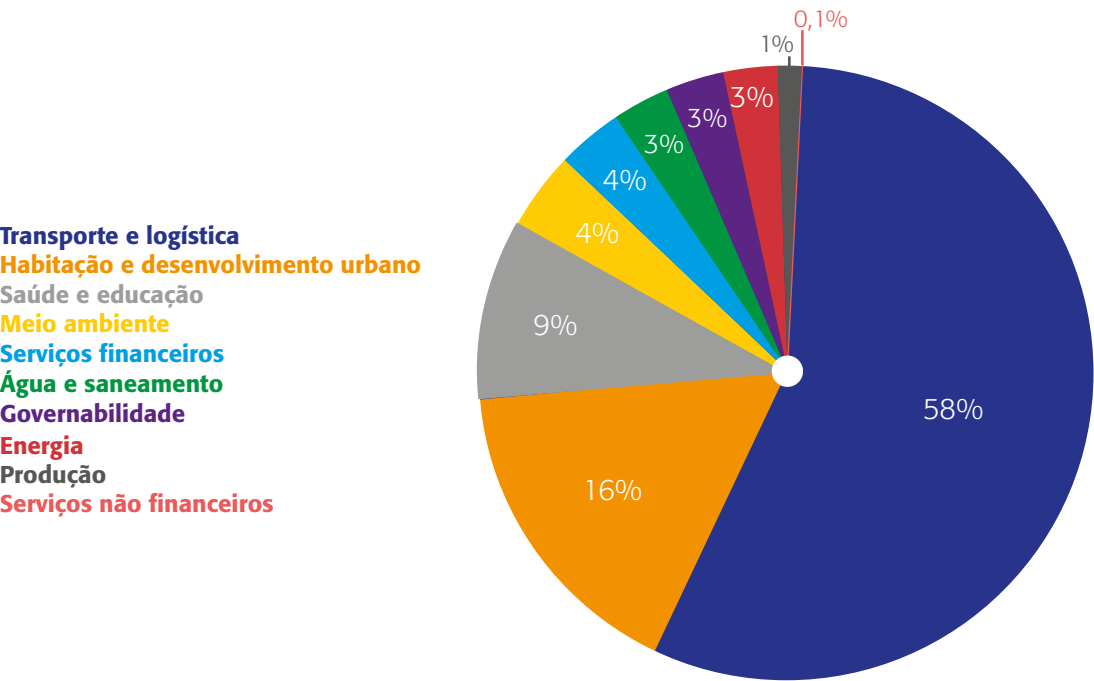
Por sua vez, o saldo dos empréstimos aprovados pendentes de assinatura ou ratificação parlamentar foi de USD 477 milhões, o que representa um acréscimo de 64%, em relação aos USD 290 milhões no final de 2019.

GRÁFICO 6
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
Em milhões de dólares estadunidenses.



No que diz respeito à classificação setorial dos empréstimos (ver Gráfico 7), o setor de infraestrutura constitui o destino predominante dos financiamentos concedidos até o momento, principalmente no subsetor de transporte e logística, que representa 58% do total de financiamento concedido. Esse percentual mostra ligeira redução de 7,1% a favor de financiamento de outros subsetores, como resultado do foco em alcançar maior grau de diversificação no tipo de projetos a serem financiados.

GRÁFICO 7
DESTINO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR SUBSETOR – ANO 2020
Em percentagens.



Se deslocarmos o foco para o financiamento de projetos com impacto em mais de um país e com ênfase no desenvolvimento em regiões fronteiriças, eles representam um terço do total de aprovações.

O exercício de programação de operações conjuntas, iniciado em estreita coordenação com os países membros, determina o foco do financiamento concedido. (ver Tabela 6).

TABELA 6
DESTINO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR SETOR
Em percentagens.

SECTOR	2018	2019	2020
Infraestrutura	72%	82%	76%
Desenvolvimento socioambiental	17%	11%	16%
Desenvolvimento econômico-produtivo	11%	7%	7%
TOTAL	100%	100%	100%

2.3. Coerência com os objetivos estratégicos estabelecidos
2.3.1. Cumprimento das metas estratégicas da Visão

A tabela abaixo detalha os três objetivos estratégicos e as dez linhas de ação estabelecidas no Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período 2018-2022, que enquadram a gestão da instituição com forte foco em aproximar o desenvolvimento das pessoas e na obtenção de resultados concretos sob gestão financeira prudencial.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	LINHA DE AÇÃO
Garantir a relevância do FONPLATA como entidade de de financiamento para a integração e o desenvolvimento regional.	Aumentar continuamente a capacidade de empréstimo com condições financeiras convenientes.
	A Diretoria Executiva aprovou nova linha de financiamento de USD 1 bilhão para a retomada econômica, juntamente com USD 1,5 milhão para o Fundo de Emergência para Ajuda Humanitária.
	Aumentar o valor para os países, garantindo o fluxo positivo de recursos e otimizando o valor patrimonial.
	Foram gerados fluxos líquidos de empréstimos para países de USD 270 milhões após os desembolsos, principal, juros e cobranças de comissões. Esse valor é quase três vezes o fluxo líquido de fundos de empréstimos gerados em 2019.
	Sustentar e fortalecer a classificação de risco de crédito.
	Em 2020, Standard & Poor’s e Moody’s reconfirmaram a classificação de risco de crédito de A- com perspectiva positiva de médio prazo e A2, respectivamente, que haviam atribuído em 2016.
	Propiciar a expansão da capacidade de empréstimo com a possível participação de outros países e órgãos de integração regional.
	Em julho de 2020, em virtude do acordo de administração fiduciária firmado com as autoridades do MERCOSUL, o Banco passou a ser depositário dos recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Considerando as sinergias e a complementaridade no enfoque de desenvolvimento do FOCEM e do Banco, espera-se que esta relação, que reafirma a confiança na gestão do Banco e sua relevância, contribua para avançar ainda mais no alcance dos objetivos estratégicos e nas oportunidades de complementaridade entre as duas instituições para o benefício da região.
	Início com sucesso do financiamento de operações de Risco Não Soberano para Bancos Públicos de Desenvolvimento.

Aumentar o diálogo com os países membros para antecipar suas necessidades de financiamento em matéria de integração e desenvolvimento.	Implementar novos produtos financeiros.
	Em 2020, após a aprovação da linha de empréstimos para bancos públicos sem garantia soberana, o Banco aprovou e desembolsou integralmente os dois primeiros financiamentos para bancos oficiais de desenvolvimento em Minas Gerais, Brasil, e em Assunção, Paraguai, no valor de USD 36 milhões cada.
	Expandir a oferta adequada de serviços não financeiros.
	Foram aprovadas 16 operações de cooperação técnica não reembolsáveis no valor de USD 1,9 milhão, incluindo 11 operações para atender à emergência causada pela pandemia de COVID-19 nos cinco países membros, no valor de USD 1,4 milhão, como parte do USD 1,5 milhão aprovado pela Diretoria Executiva, e cinco operações de fortalecimento institucional e apoio à integração regional.
Adaptar a estrutura organizacional, mantendo a agilidade e o baixo custo das transações.	Propiciar a descentralização eficiente de operações na sub-região.
	Assumir compromisso firme com a adaptação à mudança do clima e com o uso sustentável dos recursos naturais.
	Em 31 de dezembro, três operações foram aprovadas sob a nova Linha de Financiamento Verde, beneficiando cidades no Brasil, com valor agregado de USD 113 milhões. Desse montante, USD 41 milhões, têm o benefício de tarifa preferencial concedida por meio da FECTO.
	Adequar a estrutura organizacional em vigor ao aumento das operações.
	No Documento de Programa e Orçamento (DPP) para o período 2018-2020, foi aprovado o crescimento gradual de 62 para 85 posições. No âmbito da revisão efetuada para o período 2020-2022, foi acordado o adiamento da contratação dos cargos vagos até a retomada da modalidade de trabalho presencial, em função da evolução da economia global e regional. Da mesma forma, e para proteger a saúde do pessoal, as missões foram canceladas e substituídas, com sucesso, por videoconferências.
	Destacar o fortalecimento dos escritórios de ligação nos países durante a pandemia e a inauguração em Brasília, em breve.
	Ser reconhecido como entidade financeira moderna, inovadora, ágil, eficaz e eficiente.
	- Em 2020, como resultado das medidas de contenção de despesas adotadas, obteve-se economia orçamentária de 25%, enquanto o valor das aprovações de empréstimos aumentou 17% e o valor dos desembolsos de empréstimos, 83%, o que evidencia a agilidade e eficácia alcançadas pelo Banco. - Os investimentos realizados em tecnologia da informação possibilitaram a mudança para o trabalho remoto no início da pandemia, sem afetar de forma alguma as operações. Do mesmo modo, em 2020 avançou-se na implementação do sistema integrado de informação financeira – K2B, que permitiu realizar sem dificuldades ou atrasos as tarefas de tesouraria, planejamento financeiro, administração de pessoal e de informação contábil.

2.3.2. Consistência com a Missão

Consistente com seus objetivos estratégicos, desde 2013, o Banco tem focado suas ações na promoção de projetos que fomentam a integração geográfica entre dois ou mais países membros.

Nestes financiamentos, a ênfase institucional é colocada na contribuição para diminuir as assimetrias originadas em fraquezas que têm impacto negativo na coordenação, logística, inclusão ou acesso às economias regional e global.

A Tabela 7, abaixo, mostra o número de operações de financiamento e o valor, os empréstimos com impacto em mais de um país membro, bem como aqueles focados em áreas de fronteira.

TABELA 7
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INTEGRAÇÃO GEOGRÁFICA EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS¹

INDICADOR		2015 - 2020²
Impacto esperado em mais de um país (%)³	N.º de empréstimos aprovados	54
	Em milhares de dólares	58
Foco em áreas geográficas de regiões fronteiriças (%)⁴	N.º de empréstimos aprovados	55
	Em milhares de dólares	61

¹ Com base nas informações do desenho das operações.
² Média ponderada.
³ Empréstimos aprovados com impacto em mais de um país membro / Total de empréstimos aprovados.
⁴ Empréstimos aprovados com impacto no desenvolvimento de regiões fronteiriças / Total de empréstimos aprovados.

Com base no número de projetos aprovados, destaca-se que 54% beneficiam mais de um país membro (58% em valor) e 55% beneficiam áreas geográficas fronteiriças da região (61% em valor).

O nicho estratégico focado pelo Banco corresponde a projetos de pequeno a médio porte que são complementares ao financiamento de outras instituições multilaterais ou regionais de desenvolvimento, priorizando projetos em áreas fronteiriças e com impacto em mais de um país membro, para promover desenvolvimento regional e melhorar a inserção das economias regionais na economia global.

Com esse foco, o Banco procura complementar o financiamento dos países e de outras agências para o desenvolvimento, agregando valor por meio de suas intervenções (ver Tabela 8).

TABELA 8
COMPLEMENTARIDADE ESTRATÉGICA

INDICADOR		2015 - 2020 ¹
Participação junto com outros OMD	N.º de empréstimos aprovados	38%
	Em milhares de dólares	46%
Complementaridade com planos nacionais de investimento	N.º de empréstimos aprovados	84%
	Em milhares de dólares	90%
Ajuda para adiantar a decisão de investimento dos países	N.º de empréstimos aprovados	42%
	Em milhares de dólares	47%
Total de empréstimos aprovados		69
N.º de empréstimos aprovados		
Em bilhões de dólares		USD 2.277,4

1 Média ponderada.

Em valores acumulados de aprovação de projetos de 2015 até hoje, a participação dos financiamentos outorgados pelo Banco em áreas beneficiadas pelo financiamento de outros órgãos multilaterais de desenvolvimento atingiu 38%. Durante este período, quase todas as operações das quais o Banco participou eram consideradas prioritárias nos planos nacionais de investimento público dos países membros. Além disso, 42% do montante dos recursos aprovados nesse período corresponde a iniciativas que possibilitaram adiantar no tempo a decisão de investimento dos tomadores de recursos, acelerando a oportunidade da materialização dos benefícios a serem atingidos.

2.4. Eficiência operacional

Antecipando mudanças na economia global, indicativas de redução nas taxas de crescimento das principais economias mundiais e indicações do efeito sobre as economias de nossos países membros, em meados de 2019, a Administração revisou as premissas levadas em consideração na oportunidade de formular suas projeções financeiras, ajustando assim o orçamento para o período 2020-2022, para assegurar seu nível de competitividade e capacidade de resposta em 2020, adaptando-se às mudanças da economia global que afetam a taxa de crescimento das economias da região.

Conforme indicado no início desta seção, embora ao formular o Documento de Programas e Orçamento (DPP) para o período 2020-2022 a Administração tenha previsto redução gradual do nível da taxa de juros Libor de 6 meses, que é a taxa de referência para empréstimos e endividamento, evidentemente, não se poderia antecipar que essa tendência se aceleraria abruptamente como resultado da pandemia de COVID-19.

No início de janeiro de 2020, quando começou a ficar evidente que a COVID-19 tinha as características para se tornar uma pandemia global, a Administração adotou medidas de contenção de gastos, além de gerar planos imediatos para garantir a continuidade de suas operações com base em um modelo que permitia operar na modalidade de trabalho remoto.

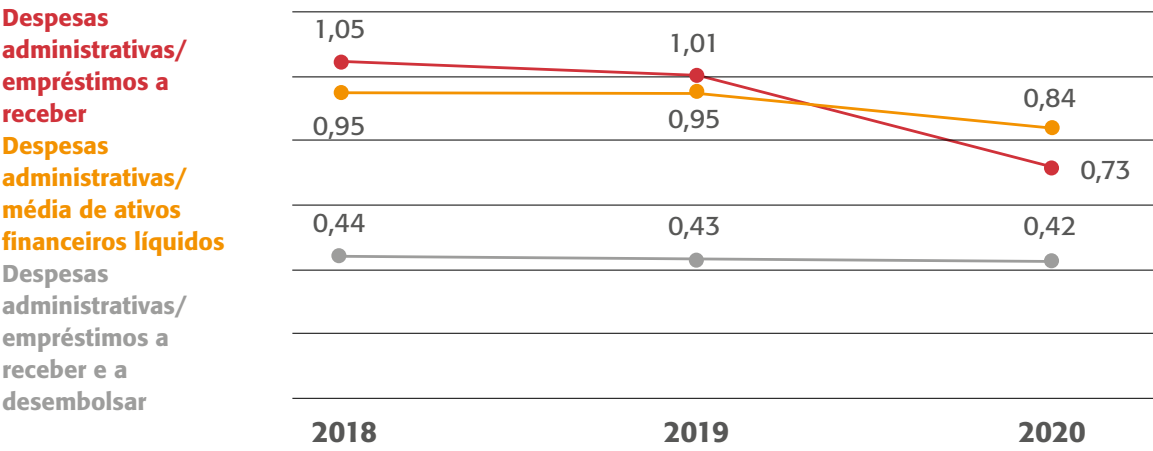
Nesse sentido, as medidas adotadas pela Administração, além de alcançar economia de 5% no custo de transação em 2020, reafirmando seu compromisso de operar com o menor custo transacional possível, permitiram passar imediatamente para a modalidade de trabalho remoto sem afetar de forma alguma sua agilidade e capacidade de resposta. Conforme destacado nos parágrafos anteriores, em 2020, apesar das dificuldades enfrentadas, foi atingido nível recorde de aprovações de novos financiamentos, bem como de desembolsos e captação de recursos de terceiros para o seu financiamento.

Como pode ser visualizado no Gráfico 8, abaixo, a eficiência operacional é medida relacionando as despesas administrativas incorridas no ano com:

- 1. Empréstimos a receber.
- 2. Empréstimos a receber e ativos líquidos de endividamento.
- 3. Empréstimos a receber e saldos a desembolsar.

Dessa forma, a Administração calcula o custo relativo da transação para medir o grau de eficiência na gestão. Como pode ser visto no gráfico, as despesas administrativas, em comparação com a média dos ativos financeiros, melhoraram substancialmente.

GRÁFICO 8
EFICIÊNCIA OPERACIONAL



Outro indicador relevante é o coeficiente que relaciona as receitas financeiras com as despesas de endividamento e despesas não financeiras. Nesta perspectiva, o Banco encontra-se confortavelmente situado numa relação de 3 para 1, o que lhe confere posição de conforto financeiro que lhe permite fazer face a contingências, mantendo a tranquilidade no mercado de capitais.

2.5. Solidez do perfil financeiro e patrimonial

Os resultados alcançados de 2013 até o momento, e principalmente nos últimos três anos, confirmam um perfil financeiro e de negócios muito bom que sustenta a classificação de risco de crédito como emissor, concedida pelas agências Standard & Poor’s e Moody’s, em 2016, e reafirmada em 2020, com perspectivas favoráveis a médio prazo.

O Banco tem governança robusta, que tem demonstrado seu apoio à gestão de forma contínua desde o final de 2012. O Banco redesenhou seus processos de controle, modernizando e tornando suas operações internas mais eficientes para garantir qualidade, validade, integridade e pontualidade em todos os seus processos e informações financeiras. Da mesma forma como na gestão do novo modelo de negócios implementado a partir de 2013, o Banco obteve parecer sem ressalvas em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de seus auditores independentes, PricewaterhouseCoopers, que emitiram seu parecer em 25 de fevereiro de 2021.

2.6. Financiamento dos empréstimos – Liquidez e endividamento

Esta subseção inclui informações relevantes a respeito da administração do endividamento de longo prazo, bem como da liquidez e dos riscos que atingem sua gestão. Conforme explicado na seção 2.1 – Fontes dos recursos de financiamento, com base na estrutura de capital que, ao término da integralização do capital em dinheiro, em 2026, será composta de 45% de caixa e 55% de capital exigível; parte do financiamento dos desembolsos de empréstimos deve de ser alavancado com recursos de terceiros.

Da mesma forma que a capacidade de empréstimo, a capacidade máxima de endividamento é determinada multiplicando por 2 o total do patrimônio líquido mais os ativos líquidos de investimento. O gráfico 9, abaixo, mostra a evolução da capacidade máxima de endividamento, utilizada e disponível para o período 2018-2020. Vale ressaltar que, em novembro de 2019, a Diretoria Executiva aumentou o limite de dívida em USD 700 milhões que, somados aos USD 500 milhões que foram autorizados para o período 2016-2020, geram dívida máxima de USD 1,2 bilhão, para o período 2020-2024.

2.6.1. Endividamento e alavancagem

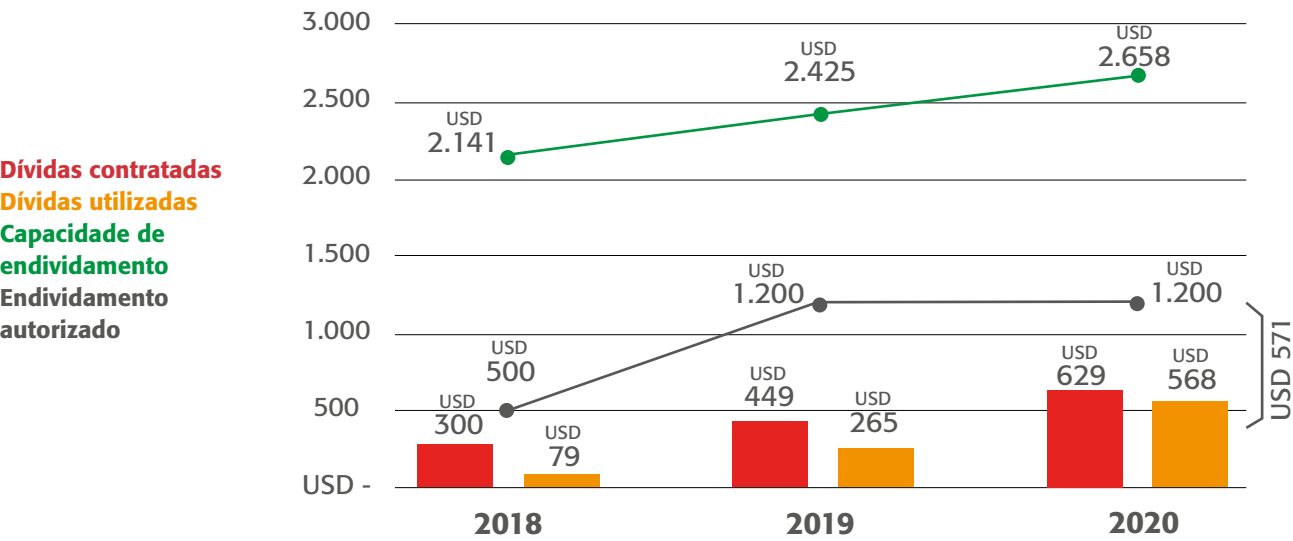
Desde 2015, o FONPLATA estabelece alianças estratégicas com outros órgãos de cooperação internacional multilaterais e bilaterais para abrir várias linhas de crédito e, em março de 2019, conseguiu acessar diretamente o mercado de capitais, com base em sua excelente classificação de risco de crédito, alcançada em 2016.

Conforme indicado na nota 18 – Eventos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício de 2020, em 3 de fevereiro de 2021, o Banco formalizou, com sucesso, os termos e condições com o Crédit Suisse para a emissão pública no mercado de capitais de títulos suíços denominados em Francos Suíços no valor de CHF 200 milhões, com vencimento em 5 anos e meio e cupom de juros anual à taxa fixa de 0,556%. Em conformidade com suas políticas de gestão de riscos e de forma simultânea, o Banco contratou derivativo de moeda e taxa de juros com o Crédit Suisse, com o qual assinou contrato ISDA (*International Swaps and Derivatives Association*), transformando a obrigação em passivo denominado em dólares estadunidenses, no valor de USD 222,7 milhões, com cupom semestral de juros com base na taxa Libor de 6 meses, mais spread fixo.

Em 2020 foram angariados USD 292,9 milhões, o que representa um aumento na captação de USD 106,8 milhões, em comparação com os USD 186 milhões captados em 2019, o que equivale a 57%.

O valor total do endividamento contratado em 31 de dezembro de 2020 é de USD 628,8 milhões. Desse montante, USD 547,8 milhões foram desembolsados e vencem entre 2020 e 2042, o que deixa uma capacidade de dívida disponível de USD 571,2 milhões (Ver Gráfico 9).

GRÁFICO 9
FINANCIAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS, LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO
Em milhões de dólares estadunidenses.



2.6.2. Liquidez

O principal objetivo dos investimentos é garantir nível suficiente de liquidez para atender os desembolsos de empréstimos em vigor, o serviço e a amortização da dívida contratada e seus custos operacionais estimados por período de 12 meses a partir do encerramento do exercício.

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1 ano, em 31 de dezembro de 2020, e a 1,8 anos, em 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, a liquidez era de USD 438,8 milhões, dos quais USD 32 milhões correspondiam a caixa e equivalentes de caixa, USD 321 milhões, a carteiras de investimentos disponíveis para a venda, e USD 85,7 milhões, a investimentos a serem mantidos até o vencimento.

O total de ativos líquidos em 31 de dezembro de 2020 equivale a 39% dos ativos financeiros líquidos e a 40% do patrimônio líquido (2019 – 35% e 36%, respectivamente). Este valor é ligeiramente superior à relação mantida em 2019, que era equivalente a 35% e 36%, respetivamente. Este ligeiro aumento é compatível com a política de liquidez do Banco e responde à maior demanda de desembolsos em empréstimos contraídos por seus países membros.

Com relação à gestão de investimentos e com base em sua política prudencial de gerenciamento de ativos e passivos financeiros, são estabelecidos limites de risco rigorosamente observados, garantindo que o risco médio da carteira de investimentos não seja menor que AA. A Tabela 9, abaixo, apresenta detalhe dos limites em vigor para a gestão de investimentos.



TABELA 9
GESTÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

LIMITES	POLÍTICA	SITUAÇÃO
Por tipo de ativo		
Soberano, inclui agências quase e sub-soberanas	100%	54%
Organismos Multilaterais de Desenvolvimento	50%	36,5%
Setor financeiro privado	20%	9,5%
Por emissor		
Soberano, inclui agências quase e sub-soberanas	10%	7,5%
Organismos Multilaterais de Desenvolvimento	10%	8,9%
Setor financeiro privado	5%	1,2%
Por Classificação		
Média de classificação da carteira	Mínimo AA--	AA
Classificação mínima de investimento	BBB-	BBB
Máximo de investimentos com BBB	20%	5%
Por prazo		
Liquidez mínima	USD 391,7 milhões	USD 438,8 milhões
Investimentos com vencimento máximo	5 anos	5 anos
Duração máxima modificada	2 anos	0,85 anos

2.7. Eficácia institucional

Desde 2013, e por meio de sua gestão, o Banco tem mantido nível de cumprimento me-recedor do mais alto grau de confiança, tanto de sua Governança quanto de outros organis-mos multilaterais e de cooperação internacional que firmaram acordos de financiamento e de cofinanciamento de operações. Vale destacar também a assinatura com o MERCOSUL para a administração financeira dos recursos do FOCEM.

O Documento de Programas e Orçamento (DPP), aprovado pelos Governadores por reco-mendação da Diretoria Executiva, inclui a análise detalhada do grau de obtenção dos resul-tados esperados para o exercício imediatamente anterior, bem como os resultados a serem atingidos no exercício seguinte e, de forma resumida, nos dois exercícios subsequentes, junto com as despesas a serem incorridas com as atividades consideradas necessárias para sua realização.

Entre 2013 e 2016, o crescimento e grau de maturidade do perfil de negócios, em conjunto com a eficácia da gestão, permitiram receber as classificações de grau de investimento A- e A2, da Standard & Poor’s e da Moody’s, respectivamente, duas agências de classificação de risco de crédito internacionalmente reconhecidas. Essas classificações foram recentemente reafirmadas em 2020, com perspectiva de melhora baseada no crescimento esperado no nível de aprovação e no fortalecimento de seu patrimônio.

2.8. Contribuição para o crescimento da sub-região

O crescimento do volume de empréstimos aprovados é um dos indicadores relevantes utilizados pelo Banco para medir sua contribuição ao desenvolvimento e integração regional e global de seus países membros. Em 2020, o montante de empréstimos aprovados cresceu 17% em relação ao ano anterior, equivalente a mais de 7,5 vezes o volume acumulado até 2012.

A razão de alavancagem dos recursos mobilizados continuou a aumentar progressivamente, atingindo USD 2,1 por dólar de financiamento aprovado em 2020 (ver Tabela 10) e os fluxos líquidos e as transferências líquidas para os países foram positivos.

TABELA 10
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
Em milhões de dólares estadunidenses.

INDICADOR	2018	2019	2020
<i>Variação anual carteira de empréstimos</i>	20,10%	17,20%	33,60%
<i>Coeficiente de mobilização direta de recursos¹</i>	1,9	2,1	2,1
<i>Fluxo líquido de capital para os países²</i>	\$137,4	\$137,1	\$315,0
<i>Transferências líquidas para os países³</i>	\$103,8	\$91,4	\$270,5
<i>Financiamento para países de menor desenvolvimento relativo/Total de aprovações</i>	60,60%	53%	44%
<i>Financiamento preferencial para países de menor desenvolvimento relativo⁴</i>	31%	33%	33%

¹ Recursos totais mobilizados sobre recursos fornecidos pelo Banco.
² Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal.
³ Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal e cobranças de juros e comissões.
⁴ Montante de empréstimos financiados pelo FECTO / Montante total de empréstimos aprovados.



ANEXO I.

Informações históricas das operações aprovadas



Argentina



INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Em dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2020.

CÓDIGO	APROVADO	CANCELADO	DESEMBOLSADO	A DESEMBOLSAR
ARG-02/83	7.100.000,00	0,00	7.100.000,00	0,00
ARG-03/83	9.200.000,00	61.130,72	9.138.869,28	0,00
ARG-04/93	1.462.438,00	25.303,72	1.437.134,28	0,00
ARG-05/94	2.244.211,00	2.244.211,00	0,00	0,00
ARG-06/94	34.836.132,00	529.003,26	34.307.128,74	0,00
ARG-07/94	22.477.306,00	516.898,00	21.960.408,00	0,00
ARG-08/94	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00	0,00
ARG-09/96	3.238.200,00	2.881.119,73	357.080,27	0,00
ARG-10/96	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00
ARG-11/99	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00
ARG-12/02	900.000,00	121.638,71	778.361,29	0,00
ARG-12/2002	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	0,00
ARG-13/03	51.000.000,00	0,00	51.000.000,00	0,00
ARG-14/04	22.485.000,00	35,63	22.484.964,37	0,00
ARG-15/2004	27.650.000,00	27.650.000,00	0,00	0,00
ARG-16/2006	450.000,00	44.407,38	405.592,62	0,00
ARG-17/2006	47.200.000,00	0,00	47.200.000,00	0,00
ARG-18/2006	4.500.000,00	580.457,88	3.919.542,12	0,00
ARG-19/2013	25.000.000,00	1.410.347,90	23.589.652,10	0,00
ARG-20/2014	9.953.383,00	7.767.380,47	2.186.002,53	0,00
ARG-21/2014	28.170.000,00	5.845.004,25	22.324.995,75	0,00
ARG-22/2014	18.400.000,00	0,00	16.745.103,77	1.654.896,23
ARG-23/2015	35.000.000,00	0,00	460.219,00	34.539.781,00
ARG-24/2015	35.000.000,00	19.800.000,00	8.800.007,47	6.399.992,53
ARG-25/2016	12.000.000,00	0,00	2.800.812,53	9.199.187,47
ARG-26/2016	7.500.000,00	358.329,53	7.141.670,47	0,00
ARG-27/2016	20.000.000,00	0,00	19.027.746,10	972.253,90
ARG-28/2016I	20.000.000,00	0,00	2.140.444,44	17.859.555,56
ARG-29/2016I	20.000.000,00	0,00	1.145.111,11	18.854.888,89
ARG-30/2016	10.000.000,00	9.917.789,67	82.210,33	0,00
ARG-31/2016I	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00
ARG-31/2016II	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00
ARG-32/2016	33.000.000,00	33.000.000,00	0,00	0,00
ARG-33/2017	5.000.000,00	1.778.589,63	3.221.410,37	0,00
ARG-34/2017	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
ARG-35/2017	22.200.000,00	0,00	2.383.672,00	19.816.328,00
ARG-36/2017	40.000.000,00	0,00	15.344.347,17	24.655.652,83
ARG-37/2018	7.000.000,00	0,00	742.000,00	6.258.000,00
ARG-38/2018	50.000.000,00	0,00	49.860.666,86	139.333,14
ARG-39/2018	37.214.064,00	0,00	7.533.814,93	29.680.249,07
ARG-40/2018	10.849.706,00	0,00	1.171.768,60	9.677.937,40
ARG-41/2019	30.000.000,00	0,00	6.146.678,49	23.853.321,51
ARG-42/2019 I	50.000.000,00	0,00	3.300.000,00	46.700.000,00
ARG-43/2019 I	25.000.000,00	0,00	24.900.000,00	100.000,00
ARG-43/2019 II	25.000.000,00	0,00	24.900.000,00	100.000,00
ARG-44/2019 I	25.000.000,00	0,00	24.650.000,00	350.000,00
ARG-44/2019 II	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
ARG-45/2019	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	0,00
ARG-46/2020	12.000.000,00	0,00	5.272.000,00	6.728.000,00
ARG-47/2020	30.000.000,00	0,00	0,00	0,00
ARG-48/2020I	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00
ARG-49/2020	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00
ARG-50/2020	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00
	1.061.530.440,00	161.031.647,48	527.959.414,99	287.539.377,53

Bolívia



INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Em dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2020.

CÓDIGO	APROVADO	CANCELADO	DESEMBOLSADO	A DESEMBOLSAR
BOL-01/79	585.000,00	0,00	585.000,00	0,00
BOL-02/80	423.000,00	0,00	423.000,00	0,00
BOL-03/81	234.000,00	0,00	234.000,00	0,00
BOL-04/81	7.000.000,00	64.739,20	6.935.260,80	0,00
BOL-05/82	7.500.000,00	405.324,45	7.094.675,55	0,00
BOL-06/83	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00
BOL-07/86	720.000,00	9.252,00	710.748,00	0,00
BOL-08/85	19.500.000,00	156.243,15	19.343.756,85	0,00
BOL-09/89	8.280.000,00	0,00	8.280.000,00	0,00
BOL-10/89	13.877.500,00	73.632,67	13.803.867,33	0,00
BOL-11/89	8.800.000,00	506.660,00	8.293.340,00	0,00
BOL-12/90	13.700.000,00	2.255,74	13.697.744,26	0,00
BOL-13/90	4.500.000,00	0,11	4.499.999,89	0,00
BOL-14/92	2.087.000,00	165.140,86	1.921.859,14	0,00
BOL-15/92	10.000.000,00	3.529,97	9.996.470,03	0,00
BOL-16/94	728.209,00	104.436,03	623.772,97	0,00
BOL-17/94	18.220.499,00	307.060,69	17.913.438,31	0,00
BOL-18/2004	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00	0,00
BOL-19/2011	63.450.000,00	0,00	63.450.000,00	0,00
BOL-20/2013	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00	0,00
BOL-21/2014	34.753.571,00	0,00	31.656.112,75	3.097.458,25
BOL-22/2014	20.531.123,00	0,00	16.825.153,18	3.705.969,82
BOL-23/2014	26.000.000,00	0,00	26.000.000,00	0,00
BOL-24/2014	13.400.000,00	29.566,77	13.370.433,23	0,00
BOL-25/2015	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00
BOL-26/2015	50.000.000,00	0,00	30.575.322,18	19.424.677,82
BOL-27/2016	50.000.000,00	0,00	18.033.083,58	31.966.916,42
BOL-28/2016	10.000.000,00	0,00	7.381.728,67	2.618.271,33
BOL-29/2017	10.000.000,00	0,00	9.170.000,00	830.000,00
BOL-30/2017	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00	0,00
BOL-32/2018 I	65.000.000,00	0,00	65.000.000,00	0,00
BOL-32/2018 II	35.000.000,00	0,00	10.510.000,00	24.490.000,00
BOL-33/2019	41.942.761,00	0,00	11.360.111,72	30.582.649,28
	657.232.663,00	1.827.841,64	538.688.878,44	116.715.942,92

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Em dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2020.

CÓDIGO	APROVADO	CANCELADO	DESEMBOLSADO	A DESEMBOLSAR
BR-01/94	20.000.000,00	594.089,21	19.405.910,79	0,00
BR-02/95	1.143.000,00	97.816,48	1.045.183,52	0,00
BR-03/95	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00	0,00
BR-04/97	13.400.000,00	9.989,63	13.390.010,37	0,00
BR-05/2001	24.000.000,00	0,00	24.000.000,00	0,00
BR-06/2002	6.148.348,00	0,00	6.148.348,00	0,00
BR-07/2003	27.500.000,00	0,00	27.500.000,00	0,00
BR-08/2004	22.400.000,00	88.736,00	22.311.264,00	0,00
BR-09/2005	28.000.000,00	0,00	28.000.000,00	0,00
BR-10/2006	11.800.000,00	65.644,16	11.734.355,84	0,00
BR-11/2006	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	0,00
BR-12/2007	17.061.000,00	0,00	17.061.000,00	0,00
BR-13/2007	14.750.000,00	3.321,79	14.746.678,23	-0,02
BR-14/2008	19.250.000,00	19.250.000,00	0,00	0,00
BR-15/2008	8.910.000,00	0,00	8.910.000,00	0,00
BRA-16/2014	40.000.000,00	0,00	26.123.531,83	13.876.468,17
BRA-17/2017	17.250.000,00	0,00	6.253.635,71	10.996.364,29
BRA-18/2017	40.000.000,00	0,00	4.311.125,23	35.688.874,77
BRA-19/2017	34.700.000,00	34.700.000,00	0,00	0,00
BRA-20/2017	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00	0,00
BRA-21/2018	62.500.000,00	0,00	17.105.144,31	45.394.855,69
BRA-22/2019	27.600.000,00	0,00	2.165.600,00	25.434.400,00
BRA-23/2019	25.000.000,00	0,00	2.650.000,00	22.350.000,00
BRA-24/2019	15.997.360,00	0,00	0,00	0,00
BRA-25/2020	34.000.000,00	0,00	7.004.000,00	26.996.000,00
BRA-26/2020	32.000.000,00	0,00	0,00	0,00
BRA-27/2020	46.880.000,00	0,00	0,00	0,00
	652.889.708,00	104.809.597,27	272.465.787,83	180.736.962,90



Paraguai

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Em dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2020.

CÓDIGO	APROVADO	CANCELADO	DESEMBOLSADO	A DESEMBOLSAR
PAR-02/79	3.000.000,00	2.182.148,05	817.851,95	0,00
PAR-03/78	675.000,00	33,78	674.966,22	0,00
PAR-04/81	4.000.000,00	1.203.595,80	2.796.404,20	0,00
PAR-05/84	8.400.000,00	1.750.378,05	6.649.621,95	0,00
PAR-06/84	15.000.000,00	2.491.069,43	12.508.930,57	0,00
PAR-07/85	2.300.000,00	2.300.000,00	0,00	0,00
PAR-08/86	20.300.000,00	28.557,79	20.271.442,21	0,00
PAR-09/90	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00
PAR-10/92	7.000.000,00	6.167.856,81	832.143,19	0,00
PAR-11/93	3.800.000,00	3.128,71	3.796.871,29	0,00
PAR-12/93	20.000.000,00	2.287.264,51	17.712.735,49	0,00
PAR-13/93	34.580.300,00	261.126,86	34.319.173,14	0,00
PAR-14/94	1.547.573,00	10.143,43	1.537.429,57	0,00
PAR-15/94	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	0,00
PAR-16/200 I	500.000,00	220.000,00	280.000,00	0,00
PAR-16/2001 II	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00	0,00
PAR-17/2002	20.251.900,00	39.119,39	20.212.780,61	0,00
PAR-18/2004	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00
PAR-19/2011	97.928.094,00	0,00	97.928.094,00	0,00
PAR-20/2015 I	70.000.000,00	0,00	60.658.654,03	9.341.345,97
PAR-20/2015 II	70.000.000,00	0,00	0,00	70.000.000,00
PAR-21/2015	15.000.000,00	123.767,44	14.876.232,56	0,00
PAR-22/2016	42.750.000,00	0,00	10.570.446,00	32.179.554,00
PAR-23/2016	42.911.000,00	0,00	9.707.085,66	33.203.914,34
PAR-24/2017	42.857.143,00	0,00	7.168.478,64	35.688.664,36
PAR-25/2018	12.000.000,00	0,00	0,00	0,00
PAR-26/2018	70.000.000,00	0,00	0,00	70.000.000,00
PAR-27/2019 I	130.000.000,00	0,00	0,00	0,00
PAR-28/2020 I	134.245.764,00	0,00	0,00	0,00
	897.776.774,00	29.298.190,05	341.819.341,28	250.413.478,67

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Em dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2020.

CÓDIGO	APROVADO	CANCELADO	DESEMBOLSADO	A DESEMBOLSAR
UR-02/82	2.000.000,00	1.285.844,26	714.155,74	0,00
UR-03/84	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
UR-04/88	3.534.170,00	5.300,44	3.528.869,56	0,00
UR-05/92	19.726.500,00	906.415,18	18.820.084,82	0,00
UR-06/92	441.327,00	165.506,00	275.821,00	0,00
UR-07/93	953.953,00	4.395,08	949.557,92	0,00
UR-08/93	1.830.000,00	0,00	1.830.000,00	0,00
UR-09/93	336.642,00	336.642,00	0,00	0,00
UR-10/94	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00	0,00
UR-11/94	515.560,00	43.877,33	471.682,67	0,00
UR-12/2003	30.000.000,00	18.354.612,03	11.645.387,97	0,00
UR-13/2012	112.000.000,00	0,00	111.999.999,94	0,06
URU-14/2014	30.500.000,00	0,00	14.769.922,99	15.730.077,01
URU-15/2014	40.000.000,00	40.000.000,00	0,00	0,00
URU-16/2015	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00	0,00
URU-17/2015	30.500.000,00	0,00	30.500.000,00	0,00
URU-18/2016	27.500.000,00	0,00	27.500.000,00	0,00
URU-19/2018	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00	0,00
URU-20/2018	60.535.000,00	0,00	19.198.485,00	41.336.515,00
URU-21/2020	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00	0,00
URU-22/2020 I	21.000.000,00	0,00	0,00	0,00
	508.373.152,00	61.102.592,32	369.203.967,61	57.066.592,07

COOPERAÇÃO TÉCNICA

OPERAÇÕES DE RECUPERAÇÃO CONTINGENTE

Em milhares de dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2020.

CÓDIGO	ITEM	STATUS	TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OCT/RC-ARG-1/95	Estudos Complement. Fase I dos Estudos de Viabilidade para o aproveitamento dos recursos Hídricos da Alta Bacia do Rio Bermejo e do Rio Grande de Tarija.	(*)	437,3	-
OCT/RC-BINACIONAL-ARG-01/2008	Cooperação Técnica de Recuperação Contingente destinada à Execução do Programa de Otimização da Conectividade Territorial entre a Argentina e o Paraguai. Nó: Ñeembucu – Rio Bermejo e Nó: Clorinda – Área Metropolitana de Assunção.	(*)	603,2	-
OCT/RC-BOL-1/91	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Projeto de Eletrificação da Província Modesto Omiste do Departamento de Potosi.	(*)	102,0	-
OCT/RC-BOL-2/92	Atualização do Estudo de Viabilidade e Otimização do Desenho Final do Trecho Rodoviário Padcaya - La Mamora no Departamento de Tarija.	1/	203,7	-
OCT/RC-BOL-3/92	Execução do Estudo de Viabilidade Fase I para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Alta Bacia dos Rios Bermejo e Grande de Tarija.	(*)	481,5	-
OCT/RC-BOL-4/95	Estudos para a elaboração do Projeto para o “Plano Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa na República da Bolívia”.	(*)	344,3	-
OCT/RC-PAR-1/91	Estudo de Desenho Final de Engenharia do Trecho Rodoviário San Ignacio - Pilar.	2/	355,0	-
OCT/RC-PAR-2/91	Revisão e Atualização do Estudo de Desenho Final de Engenharia do Trecho Rodoviário Concepción - Pozo Colorado.	3/	54,0	-
OCT/RC-PAR-3/92	Execução dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e de Desenho final do Projeto “Acessos ao Porto de Assunção”.	(*)	545,4	-
OCT/RC-PAR-4/96	Execução dos Estudos de Zonificação de Áreas Inundáveis do Rio Paraguai.	(*)	254,1	-
OCT/RC-BINACIONAL-PAR-01/2008	Cooperação Técnica de Recuperação Contingente Destinada à Execução do Programa de Otimização da Conectividade Territorial entre a Argentina e o Paraguai. Nó: Ñeembucu – Rio Bermejo e Nó: Clorinda – Área Metropolitana de Assunção.	(*)	603,2	-
OCT/RC-UR-1/91	Estudo de Viabilidade para o Ramal Ferroviário para o Porto de Nueva Palmira. Doenças Crônicas e Sistemas Subclínicos no Gado.	(*)	84,0	-
OCT/RC-UR-2/92	Execução do Estudo de Viabilidade do Projeto de Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina, e Implementação do Sistema de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Avaliação do Impacto de doenças crônicas e sistemas subclínicos no gado uruguaio.	(*)	97,0	-
OCT/RC-UR-3/93	Execução do Programa de Investimento Social Fase I.	(*)	307,6	-
TOTAL			4.472,3	-

(*) Concluídas
(**) Em execução
/1 Em julho/2000, o beneficiário devolveu a importância antes desembolsada de USD 201,9 mil.
/2 Com o 1º desembolso do Empréstimo PAR-13/93 foram recuperados BRL 320 mil e PGY 35 mil pela OCT.
/3 Em 17 de junho/98, o beneficiário devolveu a importância antes desembolsada de USD 53,1 mil.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS

Em milhares de dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2020.

CÓDIGO	ITEM	STATUS	TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OCT/N.R.-CIH-1/91	Cooperação Técnica não Reembolsável para a Hidrovia Paraguai-Paraná (Puerto Cáceres – Puerto Nueva Palmira).	(*)	150,0	-
OCT/N.R.-CIH-2/95	Cooperação Técnica Não Reembolsável para a realização de Estudos sobre: “O Desenvolvimento das Zonas Produtivas nas Áreas de Influência Portuárias”.	(*)	485,0	-
OCT/N.R.-CIH-3/98	Cooperação Técnica não Reembolsável destinada a realizar Estudos sobre “Sistema de Informações do Programa Hidrovia Paraguai-Paraná”.	(*)	50,0	-
OCT-NR C I C - 5/2003	Cooperação Técnica Não Reembolsável para colaborar no financiamento da Preparação do Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata.	(*)	155,0	-
OCT-NR ATN/SF-9229-RG	Participação do BID e do FONPLATA na IIRSA. Apoio à Implementação da Estratégia de Divulgação e de Participação da Iniciativa IIRSA.	(*)	20,0	-
OCT-NR -PAR-7/2015	Fortalecimento das Capacidades do Fundo Pecuário do Paraguai.	(*)	28,2	-
OCT-NR-ARG-11/2016	Plano de Reformulação e Lançamento da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2016. República Argentina.	(*)	66,4	-
OCT-NR -PAR-10/2016	Fortalecimento Institucional e Técnico do Fundo Pecuário do Paraguai	(*)	97,0	-
OCT/NR-UCAR/2016	Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Agropecuário.	(*)	300,0	-
OCT/NR-UCAR/SUL-1/2016	Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Ovina Paraguai.	(*)	52,8	-
OCT-NR -BOL-12/2016	Reunião de Alto Nível sobre Transporte Sustentável em Países sem Litoral.	(*)	9,0	-
OCT/NR-RED-SUR-13/2017	Acordo de Cooperação entre a REDSUR e o FONPLATA.	(*)	70,0	-
OCT/NR-BOL-14/2017	Convênio de Cooperação Técnica Não Reembolsável para o Fortalecimento Institucional da Unidade de Políticas Sociais e Econômicas (UDAPE).	(*)	124,6	-
OCT/NR-PAR-16/18	Fortalecimento Institucional das Capacidades Técnicas e de Gestão do Vice Ministério de Pecuária do Paraguai – Plano Nacional Ovino.	(*)	60,0	-
OCT/NR-CEPAL-17/18	Programa de Trabalho Específico Número 1 “Desafios e Oportunidades para o Comércio Exterior na Hidrovia Paraguai-Paraná”.	(*)	160,0	-
OCT/NR-PAR-18/18	Fortalecimento Institucional das Áreas Prioritárias da Administração Pública Nacional.	(*)	141,0	-
OCT/INS-ALADI-19/18	Estudo de Infraestrutura, Logística e Custos de Acesso a Mercados para Melhor Aproveitamento da Hidrovia Paraguai-Paraná.	(**)	55,0	-
OCT/NR-COM-21/18	Fundo Rotativo de Desenvolvimento por meio da Equidade de Gênero, Promoção Cultural, Ação Social e Esporte.	(*)	145,0	50,7
OCT/NR-BOL-22/18	Fortalecimento Institucional ao Vice Ministério de Planejamento e Coordenação para a Avaliação de Meio Termo do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2016-2020.	(*)	65,0	-

OCT/NR-RED-SUR-23/18	Melhoria das Atividades de Programação e Avaliação de Operações de Crédito Soberano com Financiamento Ex-terno.	(*)	53,0	-
OCT/NR-PAR-24/19	Fortalecimento Institucional da Secretaria Nacional de Turismo para a execução do projeto PAR-025 Melhoria da Infra-estrutura Predial e de Conectividade da Rota dos Jesuítas do Paraguai.	(**)	85,0	55,1
OCT/NR-PAR-25/19	Fortalecimento Institucional do Vice Ministério da Pecuária para a formulação do Projeto de Melhoria da Produtividade e Genética da Pecuária no Paraguai.	(*)	60,0	-
OCT/NR-PAR-26/19	Estudo Técnico de Viabilidade Econômica e Socioambiental e Documento SNIP para o Programa de Obras Complementares (Corredor Puerto Antequera)	(*)	25,0	-
OCT/NR-CAINCO-27/19	Programa de Serviços de Inovação para o Desenvolvimento do Ecossistema de Empreendimento de Santa Cruz, Bolívia.	(*)	30,0	-
OCT/NR-ARG-28/19	Seminário Internacional sobre o Papel dos Bancos de Desenvolvimento na América Latina.	(*)	23,0	-
OCT/NR-ARG-29/19	Gestão de catástrofes: Sistema de Comunicação de Alto Risco para a Zona de Desastre Natural na Província de Salta.	(**)	104,0	5,6
OCT/NR-BOL-30/19	Ajuda Humanitária: Emergência Ambiental na Bolívia.	(*)	100,0	-
OCT/NR-ILAT-31/19	Aliança BID-CAF-FONPLATA (Gestão 2019)	(*)	68,0	-
OCT/NR-ARG-32/19	Fortalecimento Institucional do Processo de Transição Política, Econômica e Financeira na Argentina.	(**)	200,0	115,5
OCT/NR-BOL-33/20	Fortalecimento Institucional do Governo de Transição do Estado Plurinacional da Bolívia.	(*)	75,0	-
OCT/NR-PAR-34/20	Apoio à Elaboração de Respostas de Política Econômica para Promover a Reativação da Economia e o Restabelecimento das Condições de Crescimento Econômico Sustentável.	(**)	160,0	113,0
OCT/NR-COVID-35/20	Fundo Especial de Ajuda Humanitária COVID-19.	(**)	1.500,0	-
OCT/NR-BOL-36/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Bolívia”.	(**)	200,0	-
OCT/NR-ARG-37/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Argentina”.	(**)	200,0	-
OCT/NR-PAR-38/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Paraguai”.	(**)	200,0	5,5
OCT/NR-URU-39/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Uruguai”.	(**)	200,0	-
OCT/NR-BRA-40/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Brasil – Itajaí”.	(**)	100,0	-
OCT/NR-BRA-41/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Brasil – Corumbá”.	(**)	50,0	-
OCT/NR-BRA-42/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Brasil – Ponta Porã”.	(**)	50,0	-
OCT/NR-BRA-43/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Brasil – Criciúma”.	(**)	100,0	-
OCT/NR-BRA-44/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Brasil – Vila Velha”.	(**)	50,0	-
OCT/NR-BRA-45/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Brasil – Joinville”.	(**)	100,0	-
OCT/NR-BOL-46/20	Ajuda Humanitária COVID-19 “Bolívia – Departamento de Santa Cruz”.	(*)	120,0	-
OCT/NR-URU-47/20	Fortalecimento Institucional da Secretaria de Inteligência Estratégica do Estado.	(**)	120,0	75,3
OCT/NR-ILAT-48/20	Aliança ILAT Gestão 2020.	(**)	65,0	54,7
OCT/NR-ILAT-49/20	Plano de Trabalho Anual 2021 para a Aliança ILAT.	(**)	200,0	200,0
TOTAL			5.102,0	675,4

(*) Concluídas
(**) Em execução

Nota: O Fundo Especial para Ajuda Humanitária COVID-19, de USD 1,5 milhão, foi aprovado por meio de OCT/NR-COVID-35/20.

COOPERAÇÃO TÉCNICA
OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS - IIRSA

Em milhares de dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2020.

CÓDIGO	ITEM	STATUS	TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OCT/NR-ATN-SF-9229-RG	Participação do BID e do FONPLATA na IIRSA. Apoio à Implementação da Estratégia de Divulgação e de Participação da Iniciativa IIRSA.	(*)	20,0	-
OCT/NR-IIRSA-04/2002	Participação do FONPLATA na IIRSA Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.	(*)	1.759,3	-
OCT/NR-IIRSA-08/2015	Participação do FONPLATA na IIRSA Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.	(*)	200,0	-
OCT/NR-IIRSA-09/2016	Participação do FONPLATA na IIRSA Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.	(*)	198,3	48,9
OCT/NR-IIRSA-COSIPLAN-15/2017	Participação do FONPLATA na IIRSA Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.	(*)	191,5	-
OCT/NR-COSIPLAN IIRSA-20/18	Financiamento de Atividades da Iniciativa IIRSA.	(**)	92,1	26,3
TOTAL			2.461,2	75,2

(*) Concluídas
(**) Em execução

ANEXO II.

Demonstrações financeiras do exercício 2020 e parecer dos auditor independentes



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FONPLATA
BANCO MULTILATERAL DE DESENVOLVIMENTO

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado do exercício
Demonstração dos resultados abrangentes
Demonstração dos fluxos de caixa
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Notas explicativas das demonstrações financeiras

\$ = Em milhares de dólares americanos

A versão original das demonstrações financeiras, em anexo, foi devidamente assinada e arquivada no Banco. Poderá ser encaminhada em formato digital a pedido dos interessados.



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

25 de fevereiro de 2021

Para a Assembleia de Governadores
FONPLATA - Banco Multilateral de Desenvolvimento
Santa Cruz de la Sierra

Relatório de auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras que estão anexadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do FONPLATA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Informação auditada

As demonstrações financeiras do FONPLATA compreendem:

- Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020.
- Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Demonstração dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Notas explicativas as demonstrações financeiras, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Independência

Somos independentes em relação ao FONPLATA, de acordo com o Código de Ética Profissional do Contador emitidas pelo Comitê de Ética Internacional, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers S.R.L. Santa Cruz – Bolivia Edif. Omnia Dei Piso 1, Equipetrol Norte Calle Dr. Viador Pinto esquina calle I, T: (591-3) 3444311, F: (591-3) 3444312, www.pwc.com/bo



Nossa abordagem de auditoria

Sumário

Materialidade	Materialidade geral: US \$ 000 12.500, calculado com base em 0,75% do total de ativos do FONPLATA.
Principais assunto de auditoria	- Implementação de um novo sistema administrativo e contábil. - Emissão de títulos e instrumentos de hedge. - Avaliação da carteira de crédito.

Como parte do planejamento de nossa auditoria, determinamos a materialidade e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Em particular, consideramos as áreas nas quais a administração fez julgamentos subjetivos, por exemplo, estimativas contábeis significativas que envolveram fazer suposições e considerar eventos futuros que, por sua natureza, são incertos. Como em todas nossas auditorias, também abordamos o risco de violação de controles internos por parte da administração, incluindo, entre outros assuntos, a consideração de se há evidência de viés que represente um risco de distorção relevante devido a fraude.

Desenvolvemos o escopo de nossa auditoria para realizar trabalho suficiente que nos permita expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis como um todo, levando em consideração a estrutura do FONPLATA, os processos e controles contábeis e o setor em que o FONPLATA opera.

Materialidade

O escopo de nossa auditoria foi determinado pela aplicação de nossa materialidade. Uma auditoria é projetada para obter segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. A incorrecção pode surgir devido a fraude ou erro. Os erros são considerados materiais se, individualmente ou de forma agregada, for razoável esperar que eles influenciem as decisões econômicas que os usuários poderiam tomar com base nas demonstrações financeiras.

De acordo com nossos critérios profissionais, usamos certos limites quantitativos para determinar a materialidade, incluindo a materialidade geral para as demonstrações contábeis como um todo, conforme apresentado na tabela a seguir. Esses aspectos, juntamente com certas considerações qualitativas, nos ajudaram a determinar o escopo de nossa auditoria, bem como a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria e avaliar o efeito de erros, individualmente e de forma agregada, nas demonstrações contábeis como um todo.

Materialidade geral	US\$'000 12.500.
Como foi determinado	Calculada com base em 0,75% do total de ativos da FONPLATA.
Critérios utilizados para a seleção da base de cálculo da materialidade	Considerando que o FONPLATA é um Banco Multilateral de Desenvolvimento que tem o objetivo de identificar oportunidades de investimento ou projetos de interesse para o desenvolvimento da região, a materialidade foi calculada com base no total de ativos, considerando nossa avaliação na qual identificamos que este componente das demonstrações financeiras é o mais previsível e aplicável às operações da FONPLATA.



Principais assuntos de auditoria

As principais assuntos da auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre elas, e não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

<i>Principais assuntos de auditoria</i>	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<u>Instrumentos de cobertura</u> Durante o exercício de 2019, o FONPLATA, por meio do Credit Swiss & UBS, emitiu com sucesso título de dívida de cinco anos, com cupom anual fixo de 0,578%, denominado em francos suíços no valor de CHF 150 milhões (ISIN CH0463112042). A emissão deste título constitui o acesso formal do FONPLATA aos mercados de capitais. A receita líquida proveniente da colocação do título no mercado será utilizada para desembolsos em empréstimos aprovados. Como parte da estratégia de gestão de risco, em relação à emissão deste título, o FONPLATA assinou Contrato Mestre e realizou <i>swap</i> cambial e de taxas de juros com o JP Morgan Chase, NA (JPM), de acordo com os regulamentos da <i>International Swaps and Derivatives Agreement Association, Inc.</i> (ISDA). A operação de <i>swap</i> efetivou-se em 13 de março de 2019. Os termos do Contrato Mestre celebrado com o JPM estabelecem a compensação e liquidação no caso de descumprimento de qualquer parte. Durante o exercício de 2020, o FONPLATA captou depósitos do Banco Central do Uruguai (BCU) no valor total de US\$ '000 130.000, que rendem juros a uma taxa fixa. Em 5 de maio de 2020, o banco contratou duas operações de <i>swap</i> de taxas juros, transformando a taxa do passivo resultante em taxa Libor de 6 meses.	Avaliamos esta transação por meio dos seguintes procedimentos de auditoria: - Verificamos a origem contratual da transação e os fluxos de caixa por ela gerados. - Verificamos as variações nas taxas de câmbio e taxas originadas na transação e na cobertura (<i>hedge</i>) com informações do Banco, da JP Morgan e das cotações de mercado. - Avaliamos o risco de distorção relevante na contabilização dos instrumentos financeiros da transação. - Realizamos procedimentos de confirmação de saldo. - Avaliamos, quando necessário, os indicadores de perdas por desvalorização dos instrumentos financeiros e sua adequada contabilização e exposição nas demonstrações financeiras.
<u>Avaliação da carteira de empréstimos</u> Conforme descrito nas notas explicativas das demonstrações financeiras, o Banco apura perdas por desvalorização de acordo com as políticas estabelecidas pela IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total para provisão para desvalorização do valor	Avaliamos a provisão para perdas esperadas por meio dos seguintes procedimentos de auditoria: - Avaliamos se as técnicas e metodologia de modelagem seguem as políticas contábeis do FONPLATA e os requisitos do IFRS 9.



<i>Principais assuntos de auditoria</i>	<i>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</i>
recuperável da carteira de empréstimos era de US\$ '000 9.741. O referido saldo inclui todos os empréstimos que se encontram na etapa 3, de acordo com as normas e políticas contábeis aplicáveis. As principais áreas de julgamento na determinação desta provisão incluem: - A interpretação dos requisitos para determinar as perdas por desvalorização de acordo com a aplicação da IFRS 9, que se reflete no modelo de perda de crédito esperada. - A identificação de empréstimos com deterioração relevante de sua qualidade de crédito. Estimativas utilizadas no modelo de perda de crédito esperada, como a condição financeira da contraparte, fluxos de caixa futuros esperados e a menor nota de classificação de risco determinada por três agências de classificação de risco utilizadas pelo FONPLATA (Moody's, Fitch e S&P).	- Para todos os tomadores de recursos, verificamos se o saldo do empréstimo pendente usado no modelo corresponde ao saldo de sua conta individual. - Para todos os tomadores de recursos, verificamos se os saldos individuais de cada tomador foram confirmados no fechamento e se as contas individuais foram verificadas com documentação comprobatória (cobranças e desembolsos). - Verificamos se a nota de classificação de risco incluída no modelo do Banco coincide com o relatório emitido pelas agências de classificação de risco, Moody's, Fitch e S&P, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. - Recalculamos a provisão para perdas esperadas de acordo com as políticas contábeis do FONPLATA e a norma contábil aplicável. Verificamos, ainda, o modelo de perda de crédito esperada, incluindo o cálculo e a aprovação do modelo, monitoramento/validação contínua, governança do modelo e precisão matemática. - Avaliamos e testamos as estimativas utilizadas pela administração, focando especialmente: i) as principais estimativas usadas no modelo, ii) a fonte dos dados usados para determinar as estimativas, iii) testes de sensibilidade nas estimativas, e iv) as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
<u>Empréstimos sem garantia soberana</u> Em 12 de maio de 2020, a Diretoria Executiva do Banco aprovou a primeira operação desta nova linha de financiamento, inicialmente destinada ao financiamento de bancos de desenvolvimento. A operação foi uma linha de crédito rotativo, sem garantia soberana, outorgada ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) no montante de US\$ '000 36.000, com 8 anos de prazo. Da mesma forma, em 15 de setembro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou uma linha de crédito	Avaliamos os empréstimos sem garantia soberana por meio dos seguintes procedimentos de auditoria: - Solicitamos confirmações de saldo de todos os tomadores de recursos. Embora não tenhamos recebido resposta a todos os nossos pedidos de confirmação, os procedimentos alternativos listados abaixo foram aplicados a todos os tomadores de recursos.



<i>Principais assuntos de auditoria</i>	<i>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</i>
rotativo sem garantia soberana para o Banco Nacional de Fomento (BNF) do Paraguai no montante de US\$ '000 36.000 com prazo de 8 anos e 2 anos de carência.	- Verificamos a origem contratual das transações. - Verificamos os desembolsos do empréstimo. - Recalculamos os juros acumulados.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do FONPLATA de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o FONPLATA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do FONPLATA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluído, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do FONPLATA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidencias de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar duvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do FONPLATA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidencias de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o FONPLATA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiencias significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

PricewaterhouseCoopers S.R.L.


Sergio Fischer
Sócio



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de dólares americanos)

	Em 31 de dezembro de			
	2020		2019	
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa – Nota 8.1		32.037		37.413
Investimentos				
A valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Nota 8.2	321.061		142.860	
A custo amortizado – Nota 8.3	85.722	406.783	188.647	331.507
Carteira de empréstimos – Nota 8.4		1.237.031		920.387
Juros acumulados				
Sobre investimentos – Nota 8.3	1.821		658	
Sobre empréstimos – Nota 8.4	10.600	12.421	11.088	11.746
Outros ativos				
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 9.1	5.934		5.721	
Diversos – Nota 9.2	762	6.696	893	6.614
Total do ativo		1.694.968		1.307.667
PASSIVO E PATRIMÔNIO				
Passivo				
Derivativos para proteção do fluxo de caixa – Nota 8.5 (ii)	5		1	
Dívidas – Nota 8.5	568.324		264.708	
Outros passivos – Nota 9.3	1.982		2.590	
Fundos especiais – Nota 8.6	15.066	585.377	12.230	279.529
Total do passivo		585.377		279.529
Patrimônio				
Capital – Nota 10.1				
Autorizado	3.014.200		3.014.200	
Menos o exigível	(1.665.000)		(1.665.000)	
Capital em dinheiro	1.349.200		1.349.200	
Capital em dinheiro a ser integralizado	(432.318)	916.882	(483.651)	865.549
Reserva geral – Nota 10.3		155.751		132.443
Outras reservas – Nota 10.2		1.044		1.838
Resultados acumulados – Nota 10.3		35.914		28.308
Total do patrimônio		1.109.591		1.028.138
Total do passivo e patrimônio		1.694.968		1.307.667

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de dólares americanos)

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
RECEITAS – Nota 11		
Carteira de Empréstimos		
Juros	36.438	41.841
Outras receitas de empréstimos	6.670	4.836
	<u>43.108</u>	<u>46.677</u>
Investimentos		
Juros e rendimentos	7.876	7.564
Outras receitas de investimentos	19	16
	<u>7.895</u>	<u>7.580</u>
Outras receitas	100	162
Receitas financeiras	<u>51.103</u>	<u>54.419</u>
DESPESAS		
Juros e custo da dívida	(8.627)	(8.442)
Receitas financeiras líquidas	<u>42.476</u>	<u>45.977</u>
Provisão para perdas por desvalorização dos investimentos – Notas 8.3 (ii) e 8.7	-.-	(52)
Provisão para perdas por desvalorização dos empréstimos	2.498	(8.136)
Receitas depois da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos	<u>44.974</u>	<u>37.789</u>
Despesas administrativas – Nota 12	(9.060)	(9.481)
Receita líquida	<u>35.914</u>	<u>28.308</u>
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
Receita líquida	35.914	28.308
Rubricas que podem ser reclassificadas na DRE		
Alterações no valor justo dos investimentos	(2.417)	412
Ganhos em operações de proteção de fluxo de caixa	1.651	515
Rubricas que não serão reclassificadas na DRE		
Reavaliação técnica de propriedades	(28)	(27)
Resultado abrangente	<u>35.120</u>	<u>29.208</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de dólares americanos)

	Em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Empréstimos		
Caixa recebido das amortizações	77.057	77.211
Caixa recebido de juros e outros encargos	44.488	45.676
Desembolsos	(392.094)	(214.298)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(270.549)</u>	<u>(91.411)</u>
Outros fluxos operacionais		
Pagamento de salários, auxílios e outras despesas de pessoal	(6.817)	(6.606)
Pagamento de despesas administrativas	(2.060)	(413)
Aumento de saldos com provedores, fundos especiais e outros	1.099	(1.821)
Caixa líquido de outras atividades operacionais	<u>(7.778)</u>	<u>(8.840)</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>(278.327)</u>	<u>(100.251)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa recebido de dívida contratada	292.884	186.046
Garantia recebida em derivativos para proteção	17.644	5.900
Amortizações e serviços da dívida	(14.631)	(12.716)
Caixa líquido do endividamento para financiamento de empréstimos	<u>295.897</u>	<u>179.230</u>
Cobrança de subscrições de capital em dinheiro	51.333	48.015
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>347.230</u>	<u>227.245</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cobrança de juros e outros de investimentos	6.732	7.119
Compra de investimentos	(80.449)	(151.848)
Despesas de capital	(562)	(273)
Fluxo de caixa utilizado em atividades de investimento	<u>(74.279)</u>	<u>(145.002)</u>
Diminuição de caixa e equivalente de caixa no exercício	<u>(5.376)</u>	<u>(18.008)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	<u>37.413</u>	<u>55.421</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>32.037</u>	<u>37.413</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



FONPLATA – Banco de Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de dólares americanos)

	<u>Capital em</u> <u>dinheiro</u>	<u>Reserva geral</u>	<u>Reserva de</u> <u>alterações no</u> <u>valor dos</u> <u>investimento</u> <u>s a valor justo</u>	<u>Reserva de</u> <u>alterações no</u> <u>valor das</u> <u>operações de</u> <u>proteção do fluxo</u> <u>de caixa</u>	<u>Reserva de</u> <u>reavaliação de</u> <u>propriedades</u>	<u>Resultados</u> <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2019	817.534	107.871	126	-,-	812	26.572	952.915
Aumento de capital – em dinheiro	48.015	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	48.015
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva geral	-,-	24.572	-,-	-,-	-,-	(24.572)	-,-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FECTO)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(1.500)	(1.500)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(500)	(500)
Receita líquida do ano	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	28.308	28.308
Resultado abrangente do ano	-,-	-,-	412	515	(27)	-,-	900
Saldos em 31 de dezembro de 2019	865.549	132.443	538	515	785	28.308	1.028.138
Aumento de capital – em dinheiro	51.333	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	51.333
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva geral	-,-	23.308	-,-	-,-	-,-	(23.308)	-,-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FECTO)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(3.500)	(3.500)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(1.500)	(1.500)
Receita líquida do ano	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	35.914	35.914
Resultado abrangente do ano	-,-	-,-	(2.417)	1.651	(28)	-,-	(794)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	916.882	155.751	(1.879)	2.166	757	35.914	1.109.591

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(em milhares de dólares americanos)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, doravante e para todos os efeitos denominado “FONPLATA” ou “O Banco”, é um banco de desenvolvimento multilateral, com personalidade jurídica internacional, com duração indefinida, que se rege pelas disposições de seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e tem escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos nas cidades de Assunção, República do Paraguai, desde 1989, Buenos Aires, República Argentina, desde meados de 2018, e Montevideú, República Oriental do Uruguai, desde dezembro de 2019, e está prestes a abrir um escritório em Brasília, no Brasil, no final de fevereiro de 2021, como parte da estratégia para estabelecer fortes laços de trabalho e de relacionamento com seus países membros.

O Banco é formado pelos governos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, doravante denominados “membros fundadores”, com base no Tratado da Bacia do Prata, assinado em 23 de abril de 1969, que possibilitou sua consolidação e entrada em vigor em 14 de outubro de 1976, quando começou a vigorar seu convênio constitutivo.

Foi criado por seus membros fundadores com firme espírito de cooperação e solidariedade, convencidos de que unicamente por meio da ação conjunta seria possível atingir o desenvolvimento harmônico, inclusivo e sustentável, de forma a favorecer melhor inserção na região e no mercado mundial.

A relação entre os membros fundadores do Banco é muito próxima por causa dos ecossistemas que compartilham, quais sejam: os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre e outros sistemas de comunicação.

Algumas das principais funções do Banco são: a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidária de seus países membros; o financiamento de estudos de pré-investimento para identificar oportunidades de investimento ou projetos que venham a potencializar o desenvolvimento e a integração de seus países membros nos âmbitos regional e global; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica, bem como toda função propícia para o melhor cumprimento de seus objetivos.

Em 9 de novembro de 2018, a Assembleia de Governadores, reafirmando seu apoio à gestão e ao crescimento contínuo do Banco, aprovou alterações ao Convênio Constitutivo para modernizá-lo e potencializar sua capacidade e sua relevância como parceiro eficaz de seus países membros, contribuindo para seu desenvolvimento e sua integração nos âmbitos regional e global. As alterações aprovadas abrangem vários aspectos: i) alteração de sua natureza jurídica de “fundo” para “banco multilateral”; ii) mudança subsequente em sua denominação, para ser reconhecido formalmente como “FONPLATA” ou “O Banco”; iii) alteração de seu objeto para ampliar seu alcance, passando do conceito estritamente geográfico para outro que abrange a região de seus países membros e sua integração no mercado global; iv) ampliação dos membros a partir de seus membros “fundadores”, reconhecendo a possibilidade de participação no capital de outros países ou órgãos “não fundadores”; v) denominação do capital como “capital autorizado” com valor inicial de US\$ 3.014.200, composto de 301.420 ações, com valor nominal de US\$ 10 cada, com direito a um (1) voto por ação na série de ações classe “A”, correspondente aos membros fundadores. Além disso, foi determinado que ações classe “B”, destinadas a membros não fundadores, também comporiam o capital autorizado. O capital autorizado inicial constitui-se em sua totalidade de ações classe “A”, compostas de 134.920 ações de capital em dinheiro, totalizando US\$ 1.349.200, e 166.500 ações de capital exigível, no total de US\$ 1.665.000.



As ações classe “B” serão emitidas, após o aumento do capital autorizado e do número que corresponder à percentagem de participação, no momento da incorporação de novos membros.

Ambas as séries de ações serão emitidas a partir do momento em que as alterações ao Convênio Constitutivo entrarem em vigor nos países membros fundadores, isto é, trinta dias depois de realizadas as comunicações de confirmação pelos países membros fundadores.

Em 31 de dezembro de 2020, e na data da emissão destas demonstrações financeiras, as alterações ao Convênio Constitutivo aprovadas pela Assembleia de Governadores ainda não tinham sido confirmadas pelas autoridades de um dos cinco países membros.

No que diz respeito a seu funcionamento, o Banco está altamente focado no planejamento estratégico e na gestão por resultados. O Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2022, que foi atualizado para o período 2018-2022 e aprovado pela Assembleia de Governadores em agosto de 2017, constitui o instrumento de planejamento estratégico desenhado para conduzir, supervisionar e prestar contas a respeito do grau de alcance dos resultados da gestão do Banco. Complementarmente, o Banco elabora um Documento de Programas e Orçamento (DPP, na sigla em espanhol), que inclui os resultados a serem atingidos em período de três anos, bem como as atividades necessárias e seus custos, formando assim o orçamento de despesas administrativas e o orçamento de investimentos de capital. Os DPP para os períodos 2019-2021 e 2020-2022 foram aprovados pela Assembleia de Governadores em 30 de novembro de 2018 e em 29 de novembro de 2019, respectivamente. Em 20 de novembro de 2020, baseada na recomendação da Diretoria Executiva, a Assembleia de Governadores aprovou o DPP para o período 2021-2023.

Em 14 de março e 2 de dezembro de 2019, o Banco assinou os convênios que reconhecem sua jurisdição e imunidades, direitos e obrigações como banco multilateral de desenvolvimento para realizar suas atividades na República Oriental do Uruguai e na República Argentina, respectivamente (“Convênio Sede”).

As demonstrações financeiras do exercício 2020 foram revisadas pelo Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva e, com base nessa revisão, a Diretoria Executiva recomendou sua aprovação à Assembleia de Governadores em 2 de março de 2021.

NOTA 2 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DURANTE O EXERCÍCIO

As transações detalhadas a seguir impactaram significativamente a posição financeira e o desempenho do Banco durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020:

- Como antecipado na Carta do Presidente do Banco publicada no Relatório Anual 2019, o novo coronavírus (COVID-19) atingiu e continua a atingir ampla e profundamente a economia mundial e as economias regionais, com alto custo em vidas humanas e afetando seriamente as formas de vida, a interação humana e o ambiente e as condições de trabalho.
- Desde meados de março, quando os países começaram a fechar suas fronteiras e deram a ordem a seus habitantes de não saírem de casa, num esforço para conter a propagação da pandemia na sua população, o Banco fechou sua sede principal, bem como os escritórios regionais. No entanto, graças ao investimento realizado em tecnologia da informação, o Banco passou sem qualquer impacto em sua produtividade e eficácia, da modalidade de trabalho presencial para a de trabalho à distância, podendo nosso quadro de pessoal trabalhar de casa. Dessa forma, cuidou da saúde de seus funcionários e continuou a atender às necessidades de seus países membros, apoiando seus esforços para neutralizar os efeitos imediatos da pandemia.



- O efeito imediato da pandemia gerada pela COVID-19 para o Banco foi uma redução nas taxas de juros. Em particular, na taxa de juros Libor de 6 meses, que é a taxa de referência usada nos empréstimos outorgados aos países membros e que, portanto, afeta diretamente o montante de juros acumulados sobre os empréstimos. O efeito desta redução na receita líquida foi compensado por um aumento no saldo de empréstimos a pagar, equivalente a 33,6%, no que diz respeito à carteira de empréstimos bruta em 2019 (US\$ 1.251.495, em 31 de dezembro de 2020, comparado a US\$ 936.458, em 31 de dezembro de 2019), produto do aumento de 83% no montante dos desembolsos em empréstimos vigentes no valor de US\$ 392.094 (2019 – US\$ 214.298). Além disso, a redução das receitas por empréstimos foi parcialmente compensada pela redução nos custos dos empréstimos, que são contratados com base na taxa de juros Libor de 6 meses. Nos casos nos quais os empréstimos foram contratados com taxa fixa, cumprindo suas políticas de administração de riscos que requerem minimizar a exposição ao risco de taxa de juros e moeda, usando operações de *swap*, a taxa fixa foi trocada por dívida à taxa Libor de 6 meses, igualando assim a taxa com a qual são remunerados os ativos financeiros do Banco. Assim, o Banco administra de forma eficaz dos fluxos de caixa, eliminando a exposição ao risco de juros. Vide notas 4.10; 6; e 8.5-(ii) para mais detalhes.
- O efeito na receita líquida como resultado de ajustes de estimativas relacionadas: (i) à melhora na classificação de risco de crédito de um país membro, que permitiu reduzir, em setembro de 2020, o grau de provisão para perdas potenciais em empréstimos em US\$ 6.878, com o consequente aumento na receita líquida; e (ii) à reversão da provisão para perdas em títulos da República Argentina, classificados como investimentos mantidos até seu vencimento e, portanto, mensurados ao custo amortizado e reduzidos a seu valor real de mercado por meio de provisão. Estes títulos foram trocados como parte do acordo entre a República Argentina e os detentores de seus títulos em 15 de agosto de 2020. No início de setembro de 2020, o Banco recebeu em troca novos títulos no valor nominal dos títulos a serem trocados e os classificou em sua carteira de investimentos disponíveis para venda. Estes investimentos são inicialmente avaliados no valor de custo e, depois, no valor de mercado, registrando-se as variações subsequentes em outros resultados abrangentes. Na hora da troca, o Banco fez a reversão do montante da provisão para perdas esperadas em títulos para US\$ 3.852. Isso contribuiu para aumentar a receita líquida do exercício. Vide notas 8.3-(ii) e 8.7 para mais detalhes.
- Quanto às operações, o Banco focou suas ações no apoio imediato aos países membros na resposta às necessidades ingentes associadas à pandemia, disponibilizando recursos adicionais ao seu programa regular de empréstimos no montante de US\$ 120.800, por meio das seguintes ações:
 - Aprovação, por meio do Programa de Cooperação Técnica (PCT), de US\$ 1.500 em recursos não reembolsáveis de cooperação técnica a serem distribuídos entre os 5 países membros para arcar com os custos de equipamentos de biossegurança para a proteção, suprimentos médicos e equipes para combater a COVID-19. O total desembolsado sob esta cooperação técnica em 2020 foi de US\$ 1.370.
 - Desembolso de US\$ 72.000 em vários financiamentos diretamente desenhados para responder à crise da COVID-19, como parte da linha de emergência aprovada pela Diretoria Executiva (RDE N.º 1454/20).
 - Desembolsos de US\$ 2.600 realizados com base na cláusula de emergência estabelecida nos contratos de empréstimo em vigor. Esta cláusula prevê a possibilidade de realocar até 5% dos recursos aprovados para o financiamento de forma a ajudar os países membros a mitigar emergências. Estes recursos foram usados pelos países membros para a aquisição de equipamentos e suprimentos médicos, bem como para a realização de outras atividades ligadas à mitigação da COVID-19.
 - Redirecionamento de fundos não desembolsados em contratos de empréstimo em vigor, no total de US\$ 44.800, que foram usados na luta contra a COVID-19.



- O aumento na demanda de recursos pelos países membros para financiar atividades diretamente ligadas à mitigação da pandemia decorrente da COVID-19 determinou um aumento nos desembolsos de empréstimos que, em 31 de dezembro de 2020, totalizaram US\$ 392.094, ultrapassando em US\$ 122.000 a meta estabelecida para o período 2020-2022 no DPP, que era de US\$ 250.000 a US\$ 270.000.
- No final de 2019, a Assembleia de Governadores aprovou a política de afetação de recursos de financiamento para possibilitar o financiamento de empresas estatais sem garantia de risco soberano, nos âmbitos nacional, federal e subnacional. Com base nesta aprovação, ainda em 2019, a Diretoria Executiva aprovou novo instrumento de empréstimo para o financiamento de operações sem garantia soberana (SGS). Em 12 de maio de 2020, a Diretoria Executiva aprovou a primeira operação sob esta nova linha de financiamento, inicialmente voltada para o financiamento de bancos de desenvolvimento. Trata-se de linha de crédito rotativo sem garantia soberana outorgada ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) no montante de US\$ 36.000, com prazo de 8 anos. Em 21 de maio de 2020, o Banco desembolsou a totalidade do montante aprovado. A vigência desta primeira fase é de 5 anos, com 2 anos de carência, e prevê amortização semestral do principal, juros e comissões. Os juros tomam por base a taxa LIBOR de 6 meses, que é a taxa de referência para todas as operações de empréstimo do Banco, mais *spread* fixo determinado a partir da classificação de risco de crédito atribuída pelo Banco no momento da concessão do financiamento. Além disso, em 15 de setembro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou linha de crédito rotativo sem garantia soberana para o Banco Nacional de Fomento (BNF) do Paraguai no montante de US\$ 36.000, com prazo de 8 anos e 2 anos de carência. Este empréstimo foi totalmente desembolsado em 15 de dezembro de 2020.
- Com vistas a cumprir sua política de liquidez e responder ao aumento da demanda de desembolsos via empréstimos, o Banco decidiu usar a parcela não desembolsada de linhas de crédito em vigor contratadas com outras instituições multilaterais e bilaterais, bem como adquirir empréstimos, por meio de notas promissórias, com alguns bancos centrais de seus países membros. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o banco captou US\$ 292.883 das seguintes fontes:

Entidade	Dívida em 31 de dezembro de 2019	Amortização do principal e ajustes de valor justo	Fundos captados em 2020	Dívida em 31 de dezembro de 2020
	\$	\$	\$	\$
Corporação Andina de Fomento (CAF)	10.667	(5.333)	64.000	69.334
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	60.215	-.-	27.883	88.098
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	5.000	-.-	15.000	20.000
Banco Europeu de Investimento (BEI)	-.-	-.-	6.000	6.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO)	5.536	-.-	-.-	5.536
Diferido	(194)	(88)	-.-	(282)
Subtotal multilaterais e outros	81.224	(5.421)	112.883	188.686
Emissão títulos CHF	148.809	-.-	-.-	148.809
Diferido	(693)	113	-.-	(580)
Ajustes valor justo	5.385	16.028	-.-	21.413
Subtotal títulos	153.501	16.141	-.-	169.642
Banco Central da Bolívia (BCB) – Libor de 6 meses	30.000	-.-	50.000	80.000
Banco Central do Uruguai (CBU) – Taxa fixa	-.-	-.-	130.000	130.000
Diferido	(17)	13	-.-	(4)
Subtotal bancos centrais	29.983	13	180.000	209.996
Total dívidas	264.708	10.733	292.883	568.324



- Em 31 de dezembro de 2020, o Banco mantinha negociações com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) para obter linha de crédito no montante máximo de US\$ 300.000, a ser usada para o financiamento de desembolsos em empréstimos a países membros. Além disso, o Banco negocia com a Agência Multilateral de Garantias de Investimento (MIGA, na sigla em inglês), do Banco Mundial, para obter garantia para empréstimo com o J.P. Morgan Chase, NA (JPM), no montante de US\$ 120.000. Finalmente, o Banco está considerando, ainda, a emissão de novo título a ser lançado no mercado suíço de valores. Espera-se que estes financiamentos sejam formalizados no primeiro semestre de 2021.
- Como parte de sua estratégia de gestão de riscos de exposição a mudanças nas taxas de juros e nas taxas de câmbio, o Banco outorga todos seus empréstimos em dólares americanos, cobrando juros com base na Libor de 6 meses, e contrata a maioria de suas dívidas em dólares americanos e com base na Libor de 6 meses, minimizando, assim, o risco de exposição. No entanto, quando emite dívida em moedas diferentes do dólar americano ou contrata dívida a taxas diferentes da Libor de 6 meses, o Banco se utiliza de derivativos, por meio de operações de *swap*, de forma a compensar o risco assumido com a obrigação original. Em vista disto, e com relação às notas promissórias assinadas com o BCU pela captação de depósitos a prazo fixo no total de US\$ 130.000 com juros a taxa fixa, em 5 de maio de 2020, o Banco contratou duas operações de *swap*, passando o passivo resultante para a taxa Libor de 6 meses, que é a taxa de referência dos empréstimos outorgados pelo Banco a seus países membros. Dessa forma, o Banco minimiza o risco de mudanças na taxa de juros associada aos depósitos captados do BCU.
- O Banco classificou estes derivativos como instrumentos de proteção dos fluxos de caixa conforme a IFRS 9. Consequentemente, os derivativos são mensurados pelo valor justo, usando o método de fluxos descontados de fundos e apresentados nas demonstrações financeiras sob demais ativos e passivos, junto com a garantia constituída ou recebida da contraparte. Esta modalidade de apresentação nas demonstrações financeiras ampara-se no Contrato Mestre ISDA de compensação, que estabelece o direito de compensar as posições no balanço. Vide notas 4.10; 6; e 8.5-(ii).
- O uso de derivativos pelo Banco tem como único objetivo reduzir o risco de exposição a mudanças nas taxas de juros e nas taxas de câmbio, não sendo utilizados para fins especulativos.
- A partir da assinatura do acordo entre o Banco e o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para a administração dos fundos deste último em dezembro de 2019, o Banco assumiu o papel de agente fiduciário do FOCEM, atividade que começou a realizar a partir de 24 de julho, data na qual foi recebida a primeira transferência de fundos. Essa função abrange, inicialmente, o investimento dos fundos recebidos, auferindo, em troca, comissão baseada no retorno obtido. O Banco mantém os fundos de forma totalmente separada em seus registros, mas utiliza as mesmas políticas, critérios de investimento e procedimentos de controle. A assinatura deste acordo abre as portas para alavancar a complementaridade entre os projetos apoiados pelo FOCEM e pela agenda para a integração e o desenvolvimento do Banco e é resultado da credibilidade e do prestígio do Banco na região.

NOTA 3 – DETERMINAÇÃO DA RECEITA

O Banco gera a maior parte de suas receitas como resultado da concessão de empréstimos com garantia soberana a seus países membros e, a partir de 2020, uma pequena parte, da aprovação de empréstimos a bancos públicos nos âmbitos nacional e subnacional dos países membros. Os fatores a seguir afetam diretamente o crescimento da carteira de empréstimos e determinam a geração de receitas por empréstimos:

- A capacidade de empréstimo, que equivale a 3 vezes o valor do patrimônio;
- O montante dos desembolsos dos empréstimos;
- O montante de amortizações do principal recebido durante o ano; e
- A taxa Libor de 6 meses e a taxa de retorno operacional ou *spread*.



A receita de investimentos está diretamente relacionada aos investimentos das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa), com vistas a reduzir os custos para manter a liquidez exigida. O Banco mantém liquidez para poder cumprir seus compromissos de desembolsos de empréstimos, o pagamento de suas obrigações por dívidas contraídas e, também, para arcar com seus custos de funcionamento durante período de 12 meses (vide Nota 6.5).

O quadro a seguir mostra a média dos ativos e passivos financeiros e as despesas administrativas, discriminando as receitas, despesas e a receita líquida:

	31 de dezembro de					
	2020			2019		
	Saldo médio	Receitas	Retorno %	Saldo médio	Receitas	Retorno %
Empréstimos a receber	1.093.976	43.108	3,94	867.915	46.677	5,38
Investimentos	403.870	8.057	1,99	302.024	7.828	2,59
Ativos financeiros	1.497.846	51.165	3,42	1.169.939	54.505	4,66
Dívidas	(416.516)	(8.627)	(2,07)	(172.201)	(8.442)	(4,90)
Ativos financeiros líquidos	1.081.330	42.538	3,93	997.738	46.063	4,62
Provisões e outros encargos ¹	-,-	2.244	0,20	-,-	(8.424)	(0,84)
Despesas administrativas	-,-	(8.868)	(0,82)	-,-	(9.331)	(0,94)
Ativos líquidos	1.081.330	35.914	3,32	997.738	28.308	2,84
Patrimônio	1.068.865	-,-	3,36	990.526	-,-	2,86

¹ Inclui a participação na receita de investimento dos fundos especiais no valor de US\$ 162, perda (2019 - US\$ 152, perda); outras receitas no valor de US\$ 104, ganho líquido (2019 - US\$ 162, ganho líquido); depreciação do exercício no valor de US\$ 321, (2019 - US\$ 314); provisão para perdas potenciais em empréstimos de US\$ 2.498, recuperação líquida do exercício (2019 - US\$ 8.136, encargo líquido do exercício); e diferenças cambiais de US\$ 129, ganho líquido (2019 - US\$ 164, ganho líquido). O montante estabelecido para 2019 inclui, também a provisão para perdas esperadas por desvalorização de investimentos em títulos da República Argentina no valor de US\$ 52, encargo líquido do exercício.

NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente para todos os anos apresentados.

4.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento das Normas Internacionais de Contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, na sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações do IFRS (IFRIC, na sigla em inglês) aplicáveis às entidades sujeitas às normas IFRS e que cumprem as normas emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, na sigla em inglês).

O Banco apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme a ordem de liquidez. Ativos e passivos são apresentados de acordo com sua realização financeira nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (correntes) e para além de 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não correntes), conforme a Nota 13.



(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Investimentos disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, mensurados a custo amortizado e ajustados a valor justo, por meio da aplicação de provisão para perdas potenciais por desvalorização esperadas naqueles casos nos quais este último for menor.
- Propriedades mensuradas pelo valor justo.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

O quadro abaixo apresenta um resumo das novas normas internacionais de contabilidade (IFRS), bem como de alterações das normas em vigor, que começaram a ser aplicadas pelo Banco a partir de 1 de janeiro de 2020. As normas e alterações abaixo arroladas excluem as seguintes normas internacionais de contabilidade, que não se aplicam às atividades do Banco: IFRS 11, Negócios em Conjunto; IAS 12, Tributos sobre o lucro; e Mudanças, Remensurações e Acordos em Planos de Benefícios – Alterações à IAS 19.

As seguintes normas e alterações são aplicáveis pela primeira vez na gestão anual iniciada em 1 de janeiro de 2020:

Norma	Requisitos relevantes	Entrada em vigor
IAS 1 e IAS 8, definição de materialidade	Estas alterações à IAS 1, “Apresentação de Demonstrações Financeiras”, e à IAS 8, “Políticas contábeis, mudanças de estimativas contábeis e erros”, e alterações a outras IFRS, abrangem: i) uso consistente de definição de materialidade por meio das IAS e da estrutura conceitual para informações financeiras; ii) esclarecimento e explicação da definição de materialidade; e iii) algumas das orientações incluídas na IAS 1 sobre informações imateriais.	1 de janeiro de 2020
Alterações às IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juros de referência (IBOR)	Estas alterações trazem isenções ligadas às reformas das taxas de juros de referência. Trata-se de isenções à aplicação da contabilização de operações de cobertura (<i>hedge</i>), de forma que a reforma da IBOR não implique, em geral, a descontinuidade da contabilização de operações de cobertura. Porém, qualquer ineficácia da operação de cobertura deveria continuar a ser registrada na demonstração de resultados. Considerando o uso na indústria e a natureza das operações de cobertura baseadas em contratos que envolvem a IBOR, as isenções propostas terão impacto na maioria das organizações.	1 de janeiro de 2020
Alterações à IAS 1 - Apresentação e classificação dos passivos nas demonstrações financeiras	Estas alterações pontuais à IAS 1, “Apresentação das demonstrações financeiras”, esclarecem a apresentação do passivo, classificado seja como corrente ou não corrente, dependendo da existência ou não de direitos de terceiros no encerramento do período contábil. A classificação não é atingida pelas expectativas da entidade ou por fatos posteriores à data de encerramento do período (por exemplo, a obtenção de uma exceção ou o descumprimento de cláusula contratual). A alteração esclarece, ainda, o significado atribuído pela IAS 1 quando faz referência ao cancelamento de passivo.	1 de janeiro de 2021



A maioria das alterações acima referidas não tiveram impacto significativo nos montantes reconhecidos em períodos anteriores e não se espera que tenham impacto significativo nos resultados nem na posição financeira de períodos futuros.

4.2 Informações sobre segmentos

Baseado na análise de suas operações, o Banco determinou que tem apenas um segmento operacional, que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países membros.

O Banco avalia periodicamente seu desempenho e sua posição financeira de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

4.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações que os constituem, são mensurados usando o dólar americano, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera o Banco (“moeda funcional”).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Ganhos ou perdas por transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar americano e, em geral, referem-se a despesas administrativas incorridas na sede principal do Banco, ou em seus escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos em Assunção, Paraguai, Buenos Aires, Argentina, e Montevidéu, Uruguai. Ganhos ou perdas por diferenças cambiais associados a despesas administrativas são apresentados na demonstração de resultados em base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos financeiros, tais como investimentos e empréstimos, são denominados em dólares americanos, com exceção dos títulos denominados em francos suíços que foram trocados por dólares americanos, o Banco não mantém passivos financeiros em moedas diferentes do dólar americano, portanto, não há diferenças cambiais a eles relacionadas.

Com exceção de pequeno número de bens e serviços relativos a despesas administrativas denominadas em moedas diferentes da moeda funcional, a maioria das despesas operacionais do Banco são incorridas na moeda funcional e registradas ao seu valor justo. Essas quantias são traduzidas para a moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data na qual é estabelecido seu valor justo. As diferenças cambiais em ativos e passivos mensurados a valor justo são apresentadas junto com ganhos e perdas ao valor justo.

4.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e de investimentos a custo amortizado é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva. As outras receitas relativas à gestão de empréstimos, que consistem em taxas de administração e comissões de compromisso, são determinadas de acordo com o que estabelece a IFRS 15.

O Banco reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é possível que os benefícios econômicos sejam favoráveis. O Banco baseia suas estimativas nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de tomador de recursos e as especificações de cada um dos acordos assinados.



4.5 Arrendamentos

Contratos de arrendamento por prazos de até 12 meses que não incluem opção de compra são reconhecidos como despesa com base no método da linha reta ao longo do prazo do contrato respectivo.

Todos os contratos de arrendamento são inicialmente reconhecidos como ativo, com base no direito de uso, e como passivo pelo valor total do arrendamento a ser pago ao longo do contrato. O direito de uso é mensurado inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento somado a quaisquer custos indiretos incorridos. Depois do início do arrendamento, o arrendatário deve mensurar o ativo de direito de uso do bem arrendado com base no modelo baseado em custos.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa e depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de três meses, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de alterações no valor.

4.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, é mensurada a seu custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, vide Nota 8.4.

4.8 O modelo de negócios e seu efeito em ativos e passivos financeiros

A classificação, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco são determinadas por seu modelo de negócios. A arquitetura do modelo de negócios foi desenhada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados em melhorar a integração e o desenvolvimento socioeconômico. O Banco, como qualquer outro banco de desenvolvimento multilateral (BDM), financia seu programa de empréstimos por meio de uma combinação de fundos provenientes de subscrições de capital em dinheiro integralizadas por seus países membros, capital autogerado por acumulação de receitas líquidas e realizadas e dívidas assumidas por meio da emissão de títulos e empréstimos contratados com outros BDM e instituições financeiras internacionais. O capital do Banco é composto por capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar. O capital a realizar é subscrito e comprometido pelos países membros, que assumem o compromisso de integralizar esse capital no caso de emergência ou catástrofe que impeça o acesso do Banco aos mercados de capitais ou de captar financiamentos de outros BDMs, agências ou instituições bilaterais da cooperação internacional para cumprir suas obrigações financeiras.

Um dos elementos-chave no modelo de negócios do Banco é sua habilidade de manter sua relevância. A relevância do Banco é medida por meio de sua capacidade de mobilizar recursos, tanto por meio de seus financiamentos como de recursos de cooperação técnica, suficientes para ajudar seus países membros com suas necessidades de desenvolvimento.

Para cumprir sua missão, os BDMs devem aumentar continuamente seu capital por meio do aumento de sua capacidade de empréstimo ao longo do tempo. Com esse propósito, em média, a cada 5 a 7 anos, os BDMs podem realizar aumento de capital consistente em capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar e, em alguns casos, também por meio da adição de novos membros.



Nos BDMs, a capacidade de empréstimo é determinada por meio da combinação de capital realizado em moeda conversível mais a soma do capital a realizar subscrito e comprometido pelos países membros cujas moedas são conversíveis, líquido do volume de empréstimos a receber e a desembolsar, como é o caso dos BDMs mais antigos e maduros com membros no âmbito mundial, ou por meio da aplicação de multiplicador sobre o patrimônio, como é o caso das instituições mais jovens e regionais, como o Banco.

No caso do Banco, a capacidade de empréstimo é medida com base em multiplicador de três vezes o montante do patrimônio.

Com base na sua estrutura de capital, pela qual no final do período de subscrição e integralização do segundo aumento de capital, atingirá em torno de 45% de capital a pagar em dinheiro e 55% de capital a realizar, o Banco precisa captar recursos de terceiros para financiar parte dos desembolsos de empréstimos outorgados. A capacidade de endividamento do Banco também é determinada com base em multiplicador de duas vezes o montante do patrimônio mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos outorgados a seus países membros. Todos os ativos e passivos financeiros são contratados e denominados em dólares americanos e incorrem em juros com base na taxa Libor de 6 meses, mais *spread*. No âmbito da política prudencial de administração de riscos do Banco, nos casos nos quais as dívidas são contratadas em moedas diferentes do dólar americano e com taxas de juros diferentes da Libor de 6 meses, o Banco usa derivativos com o único propósito de minimizar o risco de exposição a diferenças cambiais e a variações nas taxas de juros e não para fins especulativos. Os derivativos são classificados como instrumentos de proteção (*hedge*) dos fluxos de caixa das dívidas contraídas.

O Banco mantém liquidez com vistas a garantir sua habilidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para dar conta das despesas operacionais e dos investimentos de capital planejados que se espera incorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício fiscal. As disponibilidades são investidas apenas para reduzir os custos de manter o nível de liquidez requerido pelas políticas do Banco.

As principais divulgações que fazem parte integral destas demonstrações financeiras apresentam informações específicas a respeito de cada um dos ativos e passivos financeiros importantes do Banco, bem como informações adicionais a respeito de seu modelo de negócios e como este modelo determina a forma pela qual ativos e passivos são classificados, medidos, reconhecidos e divulgados, assim como o momento oportuno para fazê-lo.

(i) Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos foram adquiridos. O Banco classifica seus investimentos em duas carteiras diferentes. Uma na qual os investimentos podem ser vendidos a qualquer tempo antes do vencimento de seu contrato e outra na qual os investimentos são adquiridos com a intenção de serem mantidos até seu vencimento contratual. A classificação dos investimentos em qualquer uma das carteiras é determinada com base nas exigências do processo de planejamento da liquidez e outros fatores importantes. O Banco determina a classificação de seus investimentos no momento de sua aquisição e reconhecimento.

Os investimentos mantidos até seu vencimento são mensurados ao menor valor entre seu custo amortizado e seu valor justo, e estão sujeitos a revisão, no mínimo anualmente, de forma a validar a razoabilidade. Os investimentos classificados para venda são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A Nota 8 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativo financeiro.



O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mantidos a custo amortizado (carteira de empréstimos e investimentos): são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes apenas do pagamento do capital e dos juros, não sendo classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, e são mensurados pelo custo amortizado. Os saldos destes ativos são ajustados pela provisão para perdas esperadas, sendo reconhecidos e apurados conforme descrito nesta nota.
- Ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes de capital e juros e da venda dos ativos não classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” e são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- O Banco não detém ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Os derivativos como resultado da operação de *swap* são contraídos como parte da estratégia integral de riscos para a cobertura do risco da taxa de juros e taxa de câmbio de moeda estrangeira e são associados à captação de dívida em moedas diferentes do dólar americano ou que cobram juros com base em taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo do Banco, que é a Libor de 6 meses. Os derivativos foram classificados como instrumentos de proteção dos fluxos de caixa esperados e são considerados totalmente efetivos. Considerando o direito do Banco de compensação no caso de descumprimento pela contraparte, as alterações no valor justo dos derivativos contratados são apresentadas de forma líquida, junto com a garantia recebida da contraparte, fazendo parte do ativo, sob o título “derivativos” no balanço patrimonial. O título é mostrado ao custo amortizado no saldo de dívida no balanço patrimonial. As alterações no valor justo da operação de *swap* fazem parte de outros resultados abrangentes (vide notas 2; 4.10 e 8.5-(ii)).

(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros diferentes dos empréstimos podem ser reclassificados em categoria diferente de “investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, com base no modelo de negócios usado para gerir os ativos financeiros ou com base nas características dos fluxos de caixa contratuais associados a esses ativos.

As reclassificações são realizadas ao valor justo na data da reclassificação. O valor justo torna-se o custo ou custo amortizável, se aplicável, e não é possível realizar reversões posteriores dos ganhos ou perdas do valor justo contabilizado antes da data de reclassificação. As taxas de juros efetivas dos ativos financeiros reclassificados na categoria de “valores mantidos a seu custo amortizado” são determinadas na data da reclassificação. Os aumentos adicionais estimados no fluxo de caixa são ajustados pela taxa de juros efetiva de forma prospectiva.

(iii) Reconhecimento e baixa

A geração, compra e venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Banco gera, compra ou vende os ativos. Os ativos financeiros são baixados no momento da extinção dos direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros ou da transferência dos benefícios ou riscos da propriedade desses ativos.



Quando os investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, os ajustes no valor justo acumulados na reserva do patrimônio são reclassificados na demonstração de resultados como ganhos ou perdas com investimentos.

(iv) Mensuração

No início da transação, o Banco mensura os ativos financeiros ao valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os investimentos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e as perdas e ganhos como resultado de alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes até o momento de sua realização, quando perdas e ganhos são reclassificados como parte do lucro operacional. Os juros que venham a ser gerados dos ativos financeiros avaliados ao valor justo mantidos a seu custo amortizado e empréstimos, apurados usando o método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como parte das receitas operacionais.

A Nota 8.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Desvalorização

O Banco avalia a possibilidade de desvalorizações potenciais de um ativo financeiro específico ou de um grupo de ativos financeiros. O Banco determina a adequação de sua provisão para risco de perdas potenciais em empréstimos, usando metodologia modelada com base nas boas práticas desenvolvidas pelos principais BDM, que trabalharam em colaboração com as agências líderes de classificação de risco. A metodologia usada quantifica a perda esperada com base nos seguintes fatores: (i) a exposição máxima ao risco de descumprimento (*default*), (ii) a probabilidade de descumprimento e (iii) a percentagem máxima de perda esperada. Embora o Banco aplique a mesma fórmula, os valores que assume cada fator são diferentes para a carteira de empréstimos outorgados com garantia soberana e sem garantia soberana.

Para a carteira de empréstimos com garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de risco de descumprimento (*default*) pelos países membros com base na classificação mais recente de risco de crédito atribuída por três das agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas, multiplicada pela percentagem de perda máxima esperada. A percentagem usada é a mesma para toda a carteira de empréstimos com garantia soberana.

Para empréstimos sem garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de descumprimento (*default*), usando a classificação de risco de crédito mais recente emitida por uma das agências reconhecidas internacionalmente, e ajustada pela classificação desenvolvida internamente pelo Banco. O impacto ou perda máxima esperada é calculado com base em percentagem, seguindo as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia para sistemas internos de classificação de risco de crédito.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.



Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuïrem e essa diminuição estiver relacionada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento da desvalorização (como uma melhoria na capacidade creditícia do devedor), a desvalorização antes contabilizada pode reverter-se com efeito na demonstração do resultado do exercício.

A acumulação de juros e comissões por empréstimos é descontinuada uma vez transcorridos mais de 180 dias do vencimento do serviço do empréstimo sem que ele tenha sido pago. O montante de juros e comissões a receber por empréstimos declarado em estado de moratória manter-se-á dessa forma até que o empréstimo seja declarado quitado pelo Banco. Para quitar o empréstimo é necessário que o tomador de recursos pague a totalidade dos montantes devidos ao Banco e confirme ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o descumprimento em tempo e forma de suas obrigações referentes a empréstimos outorgados pelo Banco.

A Nota 8.4 – (iii) apresenta explicação detalhada desta metodologia, bem como da determinação da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos.

A desvalorização esperada no valor de investimentos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) faz parte do valor de mercado. No entanto, o Banco avalia potenciais perdas por desvalorização no valor dos investimentos fazendo a revisão das mudanças na classificação de risco de crédito do emissor, de forma a avaliar se elas são temporárias ou mostram desvalorização permanente. Nesse caso, o Banco ajustará o valor justo reconhecendo uma provisão regularizadora do valor do investimento com encargo no resultado do exercício.

Para investimentos mantidos até o vencimento, mensurados ao custo amortizado, o Banco estima as perdas por desvalorização esperadas por meio da comparação do preço bruto e o preço de mercado para cada investimento mantido em carteira, referente a seu valor contábil, reconhecendo as perdas potenciais por desvalorização com base na diferença entre o valor contábil e o preço de mercado, na medida em que o último seja inferior ao valor contábil.

Exceto pela determinação da adequação do montante da provisão para perdas esperadas em empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana, para o que o Banco usa metodologia específica modelada com base na metodologia adotada pelos principais BDMs, tal como é explicado no parágrafo (v) acima, e para os efeitos de estimar o montante de perdas de crédito esperadas (PCE) em outros ativos financeiros, e de acordo com suas políticas, o Banco classifica seus instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), numa das seguintes etapas:

Etapas 1: inclui os instrumentos cujo risco de incobrabilidade não aumentou de forma significativa desde seu reconhecimento inicial e cuja imparidade a incorrer for igual à perda de crédito esperada (PCE) nos próximos 12 meses.

Etapas 2: inclui ativos cuja qualidade de crédito sofreu imparidade e estão expostos à PCE até seu vencimento.

Etapas 3: inclui ativos que atingiram ou estão prestes a atingir seu vencimento, cuja qualidade de crédito sofreu desvalorização significativa, bem como compromissos de empréstimo ou garantias financeiras cujo desembolso é provável e sua cobrança, duvidosa.

Classificação em etapas: Imediatamente depois do reconhecimento inicial de um ativo financeiro, a determinação da deterioração de sua qualidade de risco de crédito e de seu grau é estimada com base nos seguintes critérios:



- O prazo contratualmente estabelecido para as amortizações de principal ou de juros venceu há mais de 180 dias;
- Há queda significativa na classificação de risco de crédito do ativo; e
- A qualidade de crédito do ativo sofreu deterioração.

(vi) Realização de receita

Os ganhos oriundos dos juros são contabilizados usando o método da taxa de juros efetiva. Se houver empréstimos em estado de não acumulação de receita, eles serão considerados créditos com redução ao valor recuperável. Considera-se que um empréstimo sofre desvalorização quando a análise das informações disponíveis e dos eventos atuais mostram que há certa probabilidade de que o Banco não possa recuperar o montante total de capital e juros devidos de acordo com os termos do contrato de empréstimo. Quando um empréstimo sofre desvalorização, o Banco reduz o valor contábil desses ativos ao valor recuperável, sendo os fluxos de caixa futuros estimados descontados da taxa de juros original e revertido o efeito do desconto contra as receitas financeiras. Os ganhos com os juros sobre empréstimos com desvalorização são contabilizados usando a taxa de juros efetiva original.

4.9 Propriedades e equipamentos

As propriedades são contabilizadas por seu valor contábil, que incorpora o resultado de reavaliações, que, por sua vez, é contabilizado em resultados abrangentes e acumulado nas reservas no patrimônio. Na medida em que o aumento do ativo por reavaliação tenha sido anteriormente revertido com efeito na demonstração de resultados, o aumento posterior deve ser contabilizado também com efeito na demonstração de resultados. As diminuições que venham a reverter os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos são contabilizadas, inicialmente, nos outros resultados abrangentes na medida em que existam excedentes por reavaliação atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são contabilizadas na demonstração de resultados.

Os equipamentos são contabilizados ao custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são contabilizados como ativo separado, se houver alguma probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e quando seus custos puderem ser avaliados de forma confiável. Os valores contábeis de qualquer componente são contabilizados como item separado. Na hora de serem substituídos, faz-se sua baixa pelo custo líquido da depreciação acumulada. Os custos de consertos e manutenções são contabilizados na demonstração de resultados no período ou nos períodos nos quais são incorridos.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo Banco são apresentados na Nota 9.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se for o caso, no final de cada gestão. Os valores contábeis dos ativos são ajustados a seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassar seu valor recuperável estimado.

Perdas ou ganhos sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil com o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na demonstração de resultados. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Banco transferir os montantes incluídos nas outras reservas para os resultados acumulados.



4.10 Passivo financeiro

Os passivos financeiros consistem em dívidas contraídas para financiar desembolsos esperados em empréstimos e instrumentos derivativos contratados, que fazem parte integral da estratégia de proteção do Banco, para administrar de forma eficaz o risco de variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar americano. O valor justo dos instrumentos classificados para a proteção de fluxos de caixa é explicado na Nota 8.5 e as mudanças na reserva para alterações no valor justo que fazem parte de outros resultados abrangentes são incluídas na Demonstração das Alterações no Capital Próprio e são explicadas na Nota 10.2-(ii).

No início da operação de cobertura, o Banco documenta o objetivo de administração de riscos e sua estratégia, bem como a relação econômica entre os instrumentos de proteção contratados e os ativos e passivos a serem protegidos, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa dos instrumentos de proteção contratados irão compensar as alterações nos fluxos de caixa dos ativos e passivos protegidos.

A seguir, incluímos uma explicação das dívidas contratadas e dos instrumentos financeiros derivativos contratados como parte das operações de proteção e das políticas contábeis utilizadas em relação a eles.

Dívidas: São reconhecidas, inicialmente, por seu valor ou preço de compra líquido das despesas incorridas na transação. Depois, as dívidas são avaliadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor deste passivo reconhecido inicialmente e o valor pago efetivamente é contabilizada na demonstração de resultados com base no método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de proteção: Os derivativos são usados unicamente como proteção contra os riscos de exposição a mudanças nas taxas de juros e nas taxas cambiais (vide junto com as Notas 2; e 8.5-(ii)). Os derivativos comportam risco de mercado e de crédito. O risco inerente de mercado de instrumento derivativo consiste na variação potencial da taxa de juros, da taxa de câmbio ou outros fatores e está relacionado com a natureza e o tipo de instrumento, o volume de transações, seu teor e outros termos próprios de cada contrato, bem como a volatilidade do valor nocional base do contrato.

O risco inerente de crédito é a possibilidade de que a contraparte não cumpra seu compromisso de integralizar a garantia ajustada no contrato para recuperar o saldo devido.

O Banco mitiga o risco de crédito em seus instrumentos financeiros derivativos por meio de sua política de unicamente fazer este tipo de transação com contrapartes que tenham classificação de risco de crédito igual ou superior a “A” (ou seu equivalente) e da assinatura de Acordo Mestre ISDA, que inclua a compensação de saldos com suas contrapartes.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos classificados para a proteção de itens específicos é explicado na Nota 8.5. Os movimentos na reserva para alterações no valor de ativos para operações de cobertura de fluxos de caixa na Demonstração das Alterações no Patrimônio Próprio são apresentados na Nota 10.2-(ii).

O Banco documenta formalmente sua relação e seu objetivo de gestão de riscos, bem como sua estratégia de proteção para a contratação do instrumento financeiro derivativo, incluindo o grau de eficácia do instrumento derivativo para compensar os riscos a serem protegidos. Além disto, o Banco documenta o resultado desta estimativa de eficácia, que é realizada de forma prospectiva e retrospectiva, incluindo descrição do método usado para medir o grau de ineficácia do instrumento derivativo.

Este processo inclui relacionar todos os derivativos designados como proteção do valor justo ou proteção de moedas diferentes do dólar com os ativos e passivos específicos no balanço patrimonial com compromissos vinculantes específicos ou com transações projetadas.



A partir do início da estratégia de proteção e de forma contínua, o Banco monitora se os derivativos utilizados para proteção são altamente eficazes para compensar as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa dos itens a serem protegidos, dos compromissos vinculantes ou das transações projetadas, conforme o caso.

As alterações no valor justo do instrumento derivativo, que é altamente eficaz e foi designado e classificado como proteção dos fluxos de caixa, são registradas em outros resultados abrangentes como ganho ou perda, na medida em que o derivativo é eficaz como instrumento de proteção, até o momento em que as receitas nos fluxos de caixa provenientes do item a ser protegido sejam afetadas pela variabilidade do valor justo.

A parte ineficaz das alterações no valor justo do instrumento derivativo classificado como proteção dos fluxos de caixa é incluída na demonstração de resultados como custos de empréstimos incorridos no período.

O Banco descontinua o tratamento de contabilidade de proteção quando é determinado que esse tratamento deixou de ser eficaz para compensar as alterações nos fluxos de caixa do item protegido no momento do vencimento do derivativo, quando é vendido, rescindido ou executado, ou o ativo protegido ou o passivo expira, é vendido, rescindido ou executado, ou o derivativo não é designado como instrumento de proteção porque é pouco provável que uma transação projetada venha a ocorrer, ou se a Administração determinar que a designação de derivativo como proteção de um item já não é apropriada.

4.11 Outros passivos e obrigações

Estes montantes representam passivos referentes a bens e serviços fornecidos ao Banco antes da data de encerramento, que ainda não foram pagos. As obrigações de outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Estes passivos são contabilizados inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.12 Fundos especiais

Estes montantes representam passivos referentes a investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. Estes passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos quando os Fundos especiais solicitam dinheiro em espécie ao Banco. Estes passivos são contabilizados inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.13 Outros benefícios a funcionários

Estes montantes representam as obrigações com o quadro de pessoal do Banco, sob o Fundo de Pensão (PAC). Este passivo é pago aos funcionários no momento do encerramento do vínculo empregatício com a instituição. A contribuição realizada anualmente pelo Banco sobre a poupança voluntária dos funcionários está sujeita à retenção com base no tempo de serviço dos participantes. Os montantes retidos em conformidade com os percentuais de retenção estabelecidos no PAC são diferidos e reconhecidos nos resultados do período, na medida em que os funcionários cumprem o tempo de serviço exigido para usufruir da totalidade do benefício oferecido pelo PAC. A nota 8.6 – c) inclui explicação detalhada do passivo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, ligado ao benefício oferecido pelo PAC.

4.14 Capital

O capital autorizado consiste em ações de capital a pagar em dinheiro e em ações de capital exigível. O capital a pagar em dinheiro representa a porção do capital autorizado que deve ser subscrito e integralizado pelos países membros.



NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, que exigem que a Presidência Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam os montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são razoáveis nas circunstâncias atuais.

Esta nota oferece panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, respectivamente, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam as demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam a elaboração das demonstrações financeiras do Banco estão relacionadas à:

- Estimativa da provisão para perdas por desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 8.3 – (ii).
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 8.4 – (iii).
- Estimativa da eficácia dos derivativos mantidos para a proteção de fluxos de caixa – Nota 8.5 – (ii).

NOTA 6 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do Banco a riscos financeiros e como esses riscos poderiam impactar seu desempenho financeiro futuro.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
Risco de mercado – Moeda estrangeira	Com exceção da emissão do título denominado em francos suíços, em 13 de março de 2019, data na qual foi efetivamente protegido por meio de operação de <i>swap</i> , como é informado nas Notas 2; 4.10; e 8.5 – (ii), 99,95% dos ativos e passivos financeiros do Banco são denominados em dólares americanos (moeda funcional).	Orçamento de fluxo de caixa	Todas as transações de empréstimos e investimentos, bem como os passivos de relevo apresentados nas demonstrações financeiras, foram ajustados ou contratados em dólares americanos. O Banco contratou operação de <i>swap</i> para compensar o risco de exposição à variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio do franco suíço. Neste sentido, celebrou Contrato Mestre executável sob a convenção da ISDA, que lhe confere o direito à compensação de saldos.



Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
			Esta operação de instrumentos financeiros derivativos faz parte integral da estratégia de gestão de riscos do Banco, desenhada com vistas a minimizar a exposição a riscos financeiros. Portanto, estes instrumentos financeiros derivativos foram desenhados para a proteção dos fluxos de caixa esperados.
Risco de mercado – Risco de taxa de juros	Risco de exposição a flutuações das taxas de juros aplicáveis aos empréstimos a seus países membros e às dívidas contraídas para financiar desembolsos em empréstimos. Conforme explicado nas Notas 2; 4.10; e 8.5 – (ii), em 13 de março de 2019, com relação à emissão de título com prazo de 5 anos, denominado em francos suíços, com cupom à taxa fixa (0,578%), o Banco contratou operação de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros com o JPM. Em 5 de maio de 2020, o Banco contratou duas operações de <i>swap</i> com o JPM, com vistas a trocar a taxa de juros a ser paga ao BCU em compensação pelos fundos tomados a prazo fixo no valor de US\$ 50.000, e US\$ 80.000, respectivamente, pela taxa Libor de 6 meses. O Contrato Mestre ISDA, celebrado com o JPM, confere ao Banco o direito de compensação de saldos.	Análise de sensibilidade.	O Banco estabeleceu políticas para a determinação da taxa de juros sobre os empréstimos e dívidas com vistas a reduzir o risco de variação. Além disso, o Banco tem um coeficiente baixo de alavancagem financeira, que contribui para diminuir ainda mais o risco de exposição a mudanças nas taxas de juros. A exposição potencial a risco de taxa de juros, como resultado da emissão do título denominado em francos suíços, é efetivamente administrada por meio da operação de <i>swap</i>, que substitui de forma efetiva a dívida denominada em francos suíços por dívida denominada em dólares americanos, e a taxa de juros fixa por taxa variável baseada na Libor de 6 meses, mais <i>spread</i> fixo. A taxa Libor de 6 meses é a mesma que o Banco aplica em todas as suas operações de empréstimos com seus países membros. Desta forma, elimina-se a



Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
			exposição ao risco de variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio.
Risco de mercado – Preço das ações	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Todos os investimentos consistem em títulos e certificados de depósito, que, de acordo com o modelo de negócios do Banco, são classificados ou como investimentos disponíveis para a venda ou a serem mantidos até seu vencimento.	Análise de sensibilidade baseada em mudanças na taxa de juros para títulos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e com base em mudanças na classificação de risco de crédito do emissor para títulos mantidos até seu vencimento, mensurados ao custo amortizado.	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, investimentos a valor de mercado, investimentos ao custo amortizado.	- Análise de duração - Análise do risco de crédito.	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para investimentos a valor de mercado e investimentos ao custo amortizado.
Risco de liquidez	Outros passivos e obrigações com fundos especiais	Orçamento de fluxo de caixa	Disponibilidade de recursos necessários para cumprir as obrigações.

O Banco administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos. Esta política abrange os riscos financeiros de mercado e taxa de juros, os riscos operacionais e os riscos estratégicos. A gestão integral de riscos do Banco está focada em garantir que os riscos sejam mantidos permanentemente nos parâmetros estabelecidos. Esses parâmetros são estabelecidos nas políticas financeiras da instituição e refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. Quanto à gestão integral de riscos, ela está focada em evitar os riscos que vão além da tolerância a risco da Instituição e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Seguindo as boas práticas internacionais com relação à gestão de riscos, o Banco adotou a classificação de riscos e as definições do Office of the Comptroller of the Currency (OCC – Escritório Controlador da Moeda, dos EUA) e Basileia II.

A estratégia integrada de gestão de riscos do Banco baseia-se na projeção de seus fluxos de caixa e equivalentes nos prazos curto, médio e longo, bem como na projeção de seu balanço patrimonial e receitas. Estas projeções são permanentemente revisadas e ajustadas aos valores reais obtidos e monitorados para projetar o montante de aprovações de empréstimos, desembolsos de empréstimos, dívidas para financiá-los, compromissos e obrigações, bem como o pagamento das despesas administrativas a serem incorridas para alcançar a receita líquida esperada e as exigências de liquidez.



6.1 Risco de moeda

A totalidade dos ativos financeiros e cerca de 99,9% de seu passivo são denominados em dólares americanos, moeda funcional da instituição. Portanto, as demonstrações financeiras do Banco não estão expostas a risco significativo diante de potenciais variações nas taxas de câmbio.

6.2 Risco de taxa de juros

A taxa de juros aplicada aos empréstimos do Banco tem um componente fixo (*spread*) e um variável (taxa LIBOR de 6 meses). O *spread* fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando a atingir equilíbrio entre a acumulação de capital de longo prazo, de forma a garantir a autossustentabilidade do Banco, e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para seus países membros. O Banco aplica modelo de gestão de receita líquida como ferramenta para administrar os resultados, que responde a horizonte de planejamento de médio e longo prazos. O modelo possibilita, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para dar conta de todos os fins estabelecidos em suas políticas financeiras e realizar, oportunamente, os ajustes no *spread* fixo diante de mudanças significativas nos pressupostos e estimativas utilizados. Esta exposição é medida e avaliada regularmente pela Instituição para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

Em conformidade com a política de gestão de receitas e encargos financeiros, o Banco estabelece anualmente um *spread* fixo aplicável a novas operações de empréstimos para o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, a Diretoria Executiva aprovou estrutura de taxas de juros por meio da qual as taxas de juros são estabelecidas de acordo com a duração dos empréstimos (Resolução 1431/2019 da Diretoria Executiva, de 29 de fevereiro de 2019).

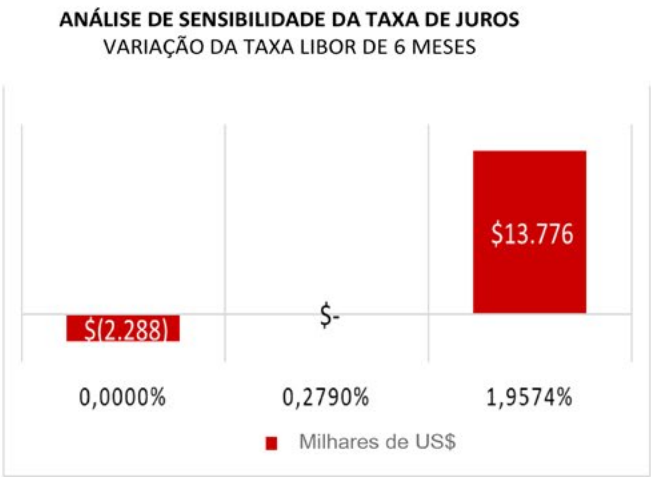
Em março de 2017, a Diretoria Executiva do Banco aprovou, por meio da RDE 1390, a criação de linha de crédito para empréstimos com base na taxa Libor de 6 meses mais *spread* variável. Em março de 2018, por meio da RDE 1411, a Diretoria Executiva aprovou a diminuição das taxas desta linha de *spread* variável. Até 31 de dezembro de 2020, nenhum empréstimo foi aprovado sob esta modalidade de *spread* variável.

O Presidente Executivo está habilitado para estabelecer taxas com *spreads* fixos diferenciados para empréstimos com prazos inferiores a 15 anos. Neste sentido, para incentivar os tomadores de recursos a tomarem empréstimos com prazos menores, foram aprovadas taxas operacionais diferenciadas.

Para o Banco, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa Libor de 6 meses. O Banco realiza análise de sensibilidade para determinar a variação nos resultados ou no patrimônio como resultado de mudanças na Libor de 6 meses.

Com base no Orçamento de Despesas Administrativas e Investimentos de Capital aprovado pela Assembleia de Governadores para 2020, a análise de sensibilidade foi apurada considerando a taxa Libor de 6 meses equivalente a 28 pontos base com variação positiva de 168 pontos base e negativa de 28 pontos base.

O resultado dessa análise apresenta a LIBOR de 6 meses máxima equivalente a 196 pontos base, e a mínima, a 0 pontos base. De acordo com a análise, ainda, se ocorrer a variação positiva de 168 pontos base ou negativa de 28 pontos base, respectivamente, a receita líquida futura poderia aumentar US\$ 13.776 ou diminuir US\$ 2.288, respectivamente, conforme apresentado no gráfico a seguir.



6.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do Banco em decorrência de mudanças nas condições do mercado. O Banco administra os riscos de mercado, que impactam principalmente suas carteiras de investimentos e de empréstimos, por meio de medidas diversas para garantir que a exposição a riscos seja mantida dentro dos limites estabelecidos em suas políticas.

Conforme descrito nas Notas 4.8, 8.2 e 8.3, o Banco investe seus ativos líquidos de acordo com sua política de investimentos, que restringe a elegibilidade para investimento ao nível de classificação de risco de crédito que garanta manter classificação média mínima da carteira de investimentos não inferior a “AA”.

Os investimentos do Banco visam assegurar o financiamento de desembolsos de empréstimos, o serviço e amortização de suas dívidas e o pagamento de suas despesas de funcionamento. Consequentemente, o Banco classifica seus ativos de investimento em duas carteiras diferentes, de acordo com seu propósito:

- Investimentos destinados a satisfazer a programação normal dos desembolsos, serviços e amortizações de dívida e o pagamento de despesas administrativas, que fazem parte da programação de médio prazo, de acordo com o fluxo de caixa estimado necessário em cada período. Estes investimentos são designados como investimentos a serem mantidos até o vencimento e mensurados ao custo amortizado e ajustados a seu valor justo, no caso de desvalorização, por meio de provisão para perdas por desvalorização.
- Em cumprimento a seus princípios de gestão prudencial, o Banco mantém margem adicional de liquidez com o objetivo de poder responder a mudanças inesperadas na demanda de desembolsos e para responder proativamente a mudanças súbitas nas taxas de juros. Estes investimentos são classificados como investimentos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Conforme assinalado na Nota 8.7, o Banco usa metodologia para a determinação do valor justo baseada em três níveis, conforme a disponibilidade de determinado valor de mercado. Com base nesta metodologia, o Banco faz a análise de sensibilidade de suas carteiras de investimentos diante do risco de preço, como resultado de mudanças na taxa de juros, para instrumentos cujo vencimento, medido a partir de sua data de emissão, seja superior a 12 meses e que sejam classificados como investimentos disponíveis para venda, mensurados ao



valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e com base na deterioração da classificação de risco de crédito do emissor, para os investimentos designados para serem mantidos até seu vencimento e mensurados ao custo amortizado ou valor justo, o que for menor.

O próximo quadro apresenta a exposição máxima a risco de perdas por alterações no preço dos investimentos classificados como investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), como resultado de variação de 100 pontos base na taxa de juros, e de perdas por desvalorização de um nível para a classificação de risco de crédito do emissor, para investimentos designados para serem mantidos até seu vencimento, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Carteira	Análise de sensibilidade dos investimentos em 31 de dezembro de					
	2020			2019		
	Valor contábil ⁱ \$	Perda máxima \$	Variação %	Valor contábil ⁱ \$	Perda máxima \$	Variação %
Investimentos disponíveis para venda até 12 meses – VJORA	89.839	375	0,42	75.484	282	0,37
Mantidos até seu vencimento até 12 meses – Custo amortizado	33.108	8	0,02	66.750	6	0,01
Certificados a prazo fixo e depósitos a prazo	51.316	-,-	-,-	40.220	-,-	-,-
Total até 12 meses	174.263	383	0,22	182.454	288	0,16
Investimentos disponíveis para venda por mais de 12 meses – VJORA	231.222	3.336	1,44	67.376	751	1,11
Mantidos até seu vencimento superior a 12 meses – Custo amortizado	1.298	-,-	-,-	81.677	181	0,22
Total superior a 12 meses	232.520	3.336	1,43	149.053	932	0,63
Total	406.783	3.719	0,91	331.507	1.220	0,37

ⁱ O valor contábil corresponde ao valor justo, para os investimentos disponíveis para venda, e a custo amortizado, para investimentos mantidos até o vencimento. A totalidade dos investimentos designados como disponíveis para venda e a maior parte dos investimentos mantidos até seu vencimento são negociados no mercado, portanto, seu valor justo é determinado com base no mercado (Nível 1). Para os investimentos mantidos até o vencimento que não são negociados regularmente no mercado, há transações recentes que oferecem base razoável para estimar seu valor justo a fim de compará-lo com seu custo amortizado (Nível 2), não existindo títulos de investimento para os quais seja preciso aplicar modelos de avaliação (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, o custo amortizado de cada instrumento de investimento classificado na carteira de investimentos como mantidos até o vencimento era inferior ao valor justo ou valor de mercado correspondente.

6.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição de carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital, que relaciona o montante de empréstimos com o total do patrimônio, assegura cobertura razoável de exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

A maioria dos empréstimos outorgados pelo Banco tem garantia de risco soberano dos países membros. No início de 2020 e como resultado da criação de nova linha para o financiamento sem garantia soberana, começando com bancos de desenvolvimento públicos, nos âmbitos nacional ou subnacional, o Banco aprovou e desembolsou totalmente dois financiamentos sem garantia soberana, tal como é explicado nas Notas 2 e 8.4(i), respectivamente.



O Banco tem políticas e regulamentos de empréstimo que estabelecem as ações a serem tomadas com relação aos saldos vencidos e ao descumprimento em empréstimos. Estas políticas e regulamentos fazem parte integral das cláusulas contratuais incluídas em todos os contratos de empréstimo. O Banco usa, também, uma metodologia para determinar a adequação de sua provisão para desvalorização potencial em empréstimos a receber e utiliza diferentes fatores com relação à sua carteira de empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana, como é explicado na Nota 4.8.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir adequada diversificação e combinação de fontes com seus diversos prazos de vencimento. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, a nota de classificação de risco média da carteira de investimentos da Instituição continuava sendo AA-, alinhada com os requisitos da política de investimentos. Constatase, ainda, o cumprimento dos limites estabelecidos na política, mantendo a carteira com rendimento médio superior aos pressupostos que serviram de base para a determinação da receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, realizada como parte do processo anual de programação financeira e orçamento, que é parte integral da política de gestão das receitas e dos encargos financeiros.

6.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da instituição de cumprir suas obrigações sem incorrer em perdas inaceitáveis. A instituição mantém o nível de liquidez mínimo requerido, estabelecido em sua política de liquidez como o necessário para cobrir todas as obrigações, pagamentos e desembolsos por período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, o Banco não tinha assumido compromissos ou obrigações que pudessem gerar exposição a risco de liquidez nos prazos curto ou médio. O quadro a seguir mostra os ativos líquidos e os passivos até 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

	31 de dezembro	
	2020 \$	2019 \$
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	32.037	37.413
Investimentos – Notas 8.2 e 8.3	406.783	331.507
Liquidez bruta	<u>438.820</u>	<u>368.920</u>
Passivo financeiro		
Derivativos para proteção do fluxo de caixa – Nota 8.5 (ii)	5	1
Dívidas – Nota 8.5	568.324	264.708
Outros passivos ¹ – Nota 9.3	1.982	2.590
Fundos especiais – Nota 8.6	15.066	12.230
Total do passivo	<u>585.377</u>	<u>279.529</u>

A cobertura de ativos líquidos em relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a realizar é equivalente a 0,98 em 31 de dezembro de 2020 (2019 – 1,8 anos).



NOTA 7 – GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

7.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de que por ação ou omissão ocorra falha nos processos internos ou sistemas, que possa gerar perdas econômicas e financeiras. O Banco mantém organizados, atualizados e em funcionamento os procedimentos, as políticas e as práticas de gestão de operações, de forma a prevenir os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações e preparar a instituição para enfrentá-los. O Banco conta com governança e sistema de controle interno eficaz, bem como com normas de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais e jurídicos aplicáveis, de acordo com suas políticas e aquelas em vigor em seus países membros.

7.1.1 Mudança esperada na taxa de juros LIBOR de 6 meses à taxa de juros SOFR

Conforme explicado na Nota 6.2, a taxa de juros de referência usada pelo Banco é a taxa USD LIBOR de 6 meses, mais *spread*. A taxa LIBOR de 6 meses é apurada e publicada diariamente pela *ICE Benchmark Administration* (IBA), organização regulada pela *Financial Conduct Authority* (FCA), do Reino Unido. A IBA anunciou que, depois de consultas e da autorização da FCA, a partir de 1 de janeiro de 2021, irá descontinuar a publicação da LIBOR para 7 e 60 dias, respectivamente. Anunciou, ainda, que o resto dos prazos da LIBOR, incluindo a taxa USD LIBOR de 6 meses usada pelo Banco, será descontinuado a partir de 1 de julho de 2023, em consulta e com a autorização do FCA. Esta mudança acarreta implicações para todas as transações que usam a taxa USD LIBOR de 6 meses como componente variável. No caso do Banco, para todas as operações de empréstimo e dívidas contratadas com outros BDM e agências e para a parte variável das operações de *swap* de taxa de juros.

O *Alternative Reference Rates Committee* (ARRC) é a organização encarregada de encontrar uma taxa de juros alternativa para substituir a taxa USD LIBOR. Em 2017, o ARRC, identificou a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) como a taxa para substituir a USD LIBOR. O *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque é o administrador da SOFR e produz e publica a taxa de juros diariamente. O ARRC emitiu recomendações sobre o uso da linguagem de *fallback*, do *spread* USD LIBOR/SOFR e outras.

O Banco adotou a linguagem de *fallback* em todos os contratos de empréstimo aprovados a partir da segunda metade de 2020. A revisão dos sistemas de informação eletrônica e dos procedimentos do Banco mostrou que as mudanças necessárias para adaptar o processo de administração de empréstimos e dívidas à SOFR são mínimas. Em 2021, o Banco colocará o foco na introdução da linguagem de *fallback* nos 75 contratos de empréstimo em vigor emitidos antes de 1 de julho de 2020 e de adesão aos protocolos ISDA com relação à transição da LIBOR. Outras considerações, tais como se o *fallback* será com base na SOFR *overnight* ou a termo, serão abordadas no último trimestre de 2021, segundo o cronograma estabelecido pelo ARRC.

O Banco continuará a acompanhar de perto as orientações emitidas a respeito da substituição da LIBOR pela SOFR de forma a garantir a apropriada mitigação do risco operacional próprio desta mudança.

7.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico - É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da entidade, da tomada equivocada de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento onde atua. O Banco tem Plano Estratégico Institucional (PEI), aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para possibilitar sua mensuração no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui resumo do que foi atingido no exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do Banco resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para



atingi-los, baseados na matriz de resultados estabelecida no PEI. Desta forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo, de forma a avançar na consecução desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para a Instituição, em termos da consecução das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.

Risco de descumprimento - É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa a reputação da entidade. O Banco é pessoa jurídica internacional regida por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos. O Banco conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável por Compliance e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam, de outra forma, desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação - É o risco derivado de opinião pública negativa, que impacta a capacidade da organização de estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade em processo ou gerar perda financeira ou pôr em risco sua competitividade. Por meio da área de comunicações, a Instituição faz o monitoramento regular deste risco e, da área de operações, faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até hoje, não há indícios deste risco para o Banco.

NOTA 8 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do Banco, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pela instituição.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo a avaliação profissional utilizada e as incertezas que afetam as estimativas.

O Banco mantém os seguintes instrumentos financeiros ativos:

		Ativos financeiros ao valor justo por meio de ORA	Ativos financeiros a custo amortizado	Total
	Nota	\$	\$	\$
31 de dezembro de 2020				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	-.-	32.037	32.037
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	321.061	-.-	321.061
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	-.-	87.543	87.543
Carteira de empréstimos ²	8.4	-.-	1.247.631	1.247.631
Total		321.061	1.367.211	1.688.272
31 de dezembro de 2019				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	-.-	37.413	37.413
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	142.860	-.-	142.860
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	-.-	189.305	189.305
Carteira de empréstimos ²	8.4	-.-	931.475	931.475
Total		142.860	1.158.193	1.301.053



¹Inclui juros e outras receitas de investimentos.

²Inclui juros e outras receitas de empréstimos.

O Banco mantém os seguintes passivos financeiros:

	Nota	Passivo financeiro a custo amortizado \$
31 de dezembro de 2020		
Derivativos para a proteção do fluxo de caixa	8.5	5
Dívidas	8.5	568.324
Outros passivos	9.3	1.982
Fundos especiais	8.6	15.066
Total		585.377
31 de dezembro de 2019		
Derivativos para proteção do fluxo de caixa	8.5	1
Dívidas	8.5	264.708
Outros passivos	9.3	2.590
Fundos especiais	8.6	12.230
Total		279.529

A exposição do Banco aos riscos ligados a instrumentos financeiros é apresentada na Nota 8.5 – (ii).

O nível máximo de exposição a risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, corresponde aos saldos acima registrados para cada um dos ativos financeiros mantidos.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

Saldos em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
Saldos em bancos	32.037	19.424
Depósitos a prazo fixo	-,-	17.989
Total	32.037	37.413

(i) Classificação de equivalentes de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalentes de caixa, quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de sua aquisição. Da Nota 4.6 consta a política com relação a caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem à posse de títulos emitidos por organismos multilaterais de desenvolvimento, consistentes em:



	31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
Títulos soberanos	173.514	90.842
Títulos de org. multilaterais de desenvolvimento	132.482	46.978
Setor financeiro	12.969	5.040
Títulos do Tesouro da República Argentina	2.096	-,-
Total	321.061	142.860

Na data da disposição dos investimentos, o saldo reconhecido nas “reservas de investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” faz parte da determinação dos resultados do exercício.

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco não mantém investimentos com coligadas, nem mantinha tais investimentos em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Classificação dos investimentos mensurados a valor de mercado por meio de outros resultados abrangentes

Os investimentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando os fluxos de caixa contratuais desses ativos provêm apenas do capital e dos juros e o objetivo do modelo de negócios do Banco sobre esses ativos é atingido por meio da cobrança dos fluxos de caixa contratuais e da venda desses ativos.

(iii) Desvalorização

Para mais detalhes a respeito das políticas aplicáveis à apuração da desvalorização e à exposição dos ativos financeiros a ela, Vide Nota 4.8.

(iv) Montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes

O Banco reconheceu perda líquida de US\$ 794 em sua demonstração dos resultados abrangentes no ano findo em 31 de dezembro de 2020 (2019 - US\$ 900 ganhos); US\$ 2.417 relativo a perdas por alterações no valor justo de investimentos mantidos para a venda (2019 - US\$ 412 ganhos); US\$ 1.651 de ganhos na valorização de derivativos das operações de *swap* cambial e de taxas de juros (2019 - US\$ 515 ganhos); e US\$ 28 de desvalorização decorrente da reavaliação técnica de propriedades reconhecida em 2018 por US\$ 812 (2019 - US\$ 27).

(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

A Nota 8.7 apresenta informações importantes sobre os métodos e pressupostos usados na determinação do valor justo.

Todos os investimentos ao valor justo são denominados em dólares americanos, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.



8.3 Investimentos a custo amortizado

Os investimentos classificados nesta categoria são certificados de depósitos e investimentos em títulos e obrigações, compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
Investimentos em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito ⁽¹⁾		
Soberanos	28.853	15.420
Organismos multilaterais de desenvolvimento	22.463	24.800
Subtotal	51.316	40.220
Investimentos em outros valores ⁽²⁾		
Títulos soberanos	28.544	97.080
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	1.298	18.831
Títulos do setor financeiro	4.564	29.726
Títulos do tesouro da República Argentina ⁽³⁾	-.-	2.790
Subtotal	34.406	148.427
Capital investido	85.772	188.647
Juros e comissões acumulados a receber	1.821	658
Total	87.543	189.305

- (1) Os investimentos são depósitos a prazo e certificados de depósito, com vencimento original superior a três meses.
- (2) Os investimentos incluem títulos soberanos, de organizações multilaterais de desenvolvimento e outras instituições financeiras cujos títulos comerciais se encaixam no perfil de risco estabelecido para os investimentos do Banco.
- (3) Corresponde a investimento em Títulos PAR e DISCOUNT do Tesouro da República Argentina, recebidos em troca do título BONTE – 04, como parte do programa de conversão da dívida, em 2005. Estes títulos foram trocados ao valor nominal em setembro de 2020 por títulos com vencimentos e taxas diferentes e classificados como investimentos disponíveis para a venda. Vide Nota 8.2-(ii).

(i) Classificação de investimentos a custo amortizado

A instituição classifica como investimentos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é atingido pela obtenção de fluxos de caixa estipulados em contrato, em datas específicas, correspondentes a amortização do capital e pagamento de juros.

Com base nos resultados da estimativa realizada pelo Banco, referente à PCE dos investimentos mantidos ao custo amortizado, a Instituição determinou que seu valor contábil em 31 de dezembro de 2020 é inferior ao valor justo estabelecido com base no preço de mercado, portanto, nenhuma provisão foi realizada (2019 – Nenhuma).

(ii) Desvalorização e exposição ao risco

A partir do anúncio oficial de 4 de agosto de 2020, por meio do decreto 676/2020, a República Argentina aprovou os termos aplicáveis ao programa de troca das diferentes séries de títulos em circulação. Em sua qualidade de detentor das séries de títulos “PAR” e “DISCOUNT”, recebidos em 2005 como parte da troca de dívida realizada naquela ocasião, o Banco participou desta nova proposta de reestruturação de dívida e trocou sua posse de títulos “PAR”, cujo valor nominal na data do acordo de troca era de US\$ 2.279, recebendo US\$ 2.279 em títulos da série USD 2041 L.A. Além disso, trocou sua posse de títulos série “DISCOUNT”, cujo valor nominal na data da troca era de US\$ 2.308, e o capitalizado, de US\$ 3.236, respectivamente, por US\$ 3.236 em valor nominal em títulos da série USD 2038 L.A. Como parte dessa troca e como incentivo para a aceitação antecipada dos termos

32



propostos pelo governo argentino, o Banco recebeu US\$ 218 em valor nominal de títulos da série USD 2029 L.A., em reconhecimento pelo pagamento do cupom não pago de juros acumulados nos títulos entregues em troca em 4 de setembro de 2020 (US\$ 37 correspondentes a juros acumulados no cupom da série “PAR” e US\$ 181, acumulados no cupom da série “DISCOUNT”).

O Banco registrou esta operação de troca, substituindo sua posse de títulos “PAR” e “DISCOUNT” pelas novas séries recebidas em títulos USD 2038 L.A. e USD 2041 L.A., a seu valor nominal, que é o mesmo valor das séries entregues em troca. Consequentemente, esta troca não gerou quaisquer ganhos ou perdas além da reclassificação e o reconhecimento inicial em ORA da reversão do montante da provisão para perdas esperadas em títulos que, na data na qual foram recebidos em custódia, 8 de setembro de 2020, era de US\$ 3.852, compostos por US\$ 2.960 reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 e US\$ 892 reconhecidos entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2020.

Os títulos recebidos em troca foram classificados como investimentos disponíveis para venda e, portanto, avaliados a VJORA, refletindo a intenção do Banco de vendê-los no momento apropriado.

8.4 Carteira de empréstimos

A composição da carteira de empréstimos a receber por país membro é a seguinte:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
País	\$	\$
Argentina	322.860	236.828
Bolívia	331.636	285.885
Brasil	106.045	74.583
Paraguai	179.773	146.028
Uruguai	239.181	193.134
Carteira de empréstimos bruta CGS	1.179.495	936.458
Carteira de empréstimos bruta SGS	72.000	-.-
Total carteira bruta	1.251.495	936.458
Menos: Taxa de administração a creditar	(4.723)	(3.832)
Subtotal carteira de empréstimos	1.246.772	932.626
Menos: Provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos CGS	(8.491)	(12.239)
Menos: Provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos SGS	(1.250)	-.-
Carteira líquida de empréstimos	1.237.031	920.387

Os juros acumulados a receber sobre empréstimos totalizam US\$ 10.600 e US\$ 11.088, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, todos os empréstimos se encontravam em nível 1 da mesma forma que em 2019. O saldo da provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos é o seguinte:

	\$
Provisão no início do exercício	4.103
Aumento na provisão para empréstimos CGS	8.136
Provisão em 31 de dezembro de 2019	12.239
Recuperação da provisão para empréstimos CGS	(3.748)
Provisão para empréstimos SGS	1.250
Provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos, 31 de dezembro de 2020	9.741

33



A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

Prazo de vencimento	31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
Até um ano de prazo	75.667	74.780
Um a dois anos	98.918	70.961
Dois a três anos	127.677	85.498
Três a quatro anos	147.428	90.864
Quatro a cinco anos	136.154	92.959
Mais de cinco anos	665.651	521.396
Total carteira de empréstimos bruta	1.251.495	936.458

(i) Classificação da carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos corresponde quase totalmente a empréstimos outorgados com garantia soberana do país membro e, em menor grau, a empréstimos outorgados sem garantia soberana do país membro.

Os empréstimos com garantia soberana são aqueles nos quais os países membros reconhecem a condição de credor preferencial do Banco.

Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e seus respectivos termos, não constituem instrumentos derivativos. As cobranças de amortizações do principal respondem a montantes estabelecidos e os empréstimos não são comercializados em mercado ativo de valores. Como é explicado na Nota 13, o montante de amortizações do principal a ser recebido nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício é classificado como corrente e o saldo restante, como não corrente. As Notas 4.7 e 4.8 (v) descrevem as políticas contábeis usadas em relação à contabilização da carteira de empréstimos e o reconhecimento de desvalorizações potenciais, respectivamente.

O PEI 2018-2022, entre seus objetivos, inclui atividades de financiamento de pré-investimento, investimento, cooperação técnica e geração de conhecimento nos setores público e privado. Com base nesta premissa, no segundo semestre de 2019, a Assembleia de Governadores aprovou uma alteração na “Política de Apropriação dos Recursos de Financiamento” com vistas a permitir o financiamento de sociedades de economia mista nos países membros nos âmbitos nacional e subnacional, sem garantia soberana (SGS). Baseada nesta alteração, em novembro de 2019, a Diretoria Executiva aprovou a criação de nova linha de financiamento para operações SGS.

Sob esta nova linha de financiamento SGS, o Banco está autorizado para outorgar empréstimos e garantias a sociedades de economia mista e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Para serem elegíveis para o financiamento, essas instituições devem cumprir as exigências de capacidade financeira e liquidez e contar com classificação de risco de crédito estabelecida pelo Banco.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco outorgou e desembolsou totalmente duas operações sob esta nova linha de financiamento SGS. Ambas as operações foram aprovadas por US\$ 36.000 cada uma e desembolsadas totalmente no momento da assinatura do contrato de empréstimo. Estas operações correspondem a linhas de crédito renováveis com vigência máxima de 8 anos, com carência de 2 anos e 5 anos de amortização. Da mesma forma que nos financiamentos outorgados com garantia soberana, estes empréstimos acumulam juros com base na taxa de referência Libor de 6 meses mais um *spread* estabelecido com base na classificação de risco de crédito no momento da aprovação do financiamento. Além disso, estes financiamentos geram comissão de compromisso sobre o saldo desembolsado em cada etapa aprovada dentro da linha de crédito mais uma taxa de administração com base na vigência de cada etapa.



Como parte do processo de solicitação do financiamento, o Banco cobra uma taxa de compensação, não reembolsável, para arcar com o processo de due diligence e a aprovação da linha.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil é próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber destes ativos são próximos ao valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

A provisão para possíveis perdas em empréstimos é mantida em nível considerado adequado pelo Banco, para absorver as perdas eventuais inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

Conforme assinalado na Nota 4.7, a acumulação de juros na carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros acumulados a receber em empréstimos declarados em moratória são registrados no momento da cobrança efetiva, até que esses empréstimos voltem a ser declarados novamente em estado de acumulação de renda. Esta condição exige que a totalidade do principal e dos juros ou comissões devidos pelo tomador de recursos seja quitada, bem como a certeza de que ele tenha superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O Banco não teve e não tem atualmente empréstimos em estado de moratória. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o Banco constitui uma provisão para refletir a potencial incobrabilidade de sua carteira de empréstimos.

Além disso, o Banco mantém políticas de exposição a riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações de mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o Banco usa determinados parâmetros de mensuração, tais como: os montantes de seu patrimônio líquido e o total de sua carteira de empréstimos a receber. O Banco faz revisão trimestral do estado de sua carteira de empréstimos para avaliar desvalorizações que possam afetar sua cobrabilidade total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição a risco de crédito, moeda e taxa de juros foram incluídas nas Notas 4.7 e 6.

8.5 Dívidas

As dívidas incluem empréstimos a receber contratados com outros organismos multilaterais de desenvolvimento (OMD); depósitos a prazo de bancos centrais dos países membros do Banco; títulos e instrumentos financeiros derivativos utilizados como proteção; e garantias recebidas ou pagas em conformidade com o Contrato Mestre ISDA, com direito a compensação e liquidação de saldos para compensar o risco de crédito no evento de descumprimento pela contraparte na operação de *swap* contratada. O valor líquido da operação de *swap* a receber e a pagar, junto com o valor da garantia recebida do JPM, é o saldo líquido a pagar de US\$ 5 e é incluído no passivo “Derivativos para a proteção de fluxos de caixa”, no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 (2019 – US\$ 1 passivo líquido).

O total de dívida em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
Dívida		
Empréstimos e certificados de depósito a custo amortizado	398.968	111.418
Títulos	170.222	154.194
Menos: despesas de emissão de dívida a amortizar	(866)	(904)
Total	568.324	264.708



(i) Empréstimos de OMD e outras instituições e certificados de depósitos a prazo de bancos centrais

O saldo pendente de endividamentos contratados pelo Banco para o financiamento de desembolsos em empréstimos aprovados a seus países membros é o seguinte:

	31 de dezembro	
	2020	2019
	\$	\$
Corporação Andina de Fomento – Vide nota (1) abaixo	69.333	10.667
Depósitos a prazo de Bancos Centrais – Vide nota (2) abaixo	210.000	30.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento – Vide nota (3) abaixo	88.098	60.215
Agência Francesa de Desenvolvimento – Vide nota (4) abaixo	20.000	5.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO) – Vide nota (6) abaixo	5.536	5.536
Banco Europeu de Investimento (BEI)	6.000	-,-
Total	398.967	111.418

Em março de 2018, a Diretoria Executiva do Banco atualizou suas políticas financeiras por meio da RDE 1409. Dentre as alterações realizadas, foram modificadas a metodologia para determinar a capacidade de empréstimo, aplicando múltiplo de três ao patrimônio, e a metodologia para determinar o limite máximo de endividamento, estabelecendo-o como o montante equivalente à soma dos ativos líquidos mais duas vezes o montante do patrimônio.

O Banco desenhou sua estratégia de dívida e de programação financeira, de forma a diversificar as fontes de financiamento e obter um custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

- (1) No âmbito do Convênio Quadro vigente com a Corporação Andina de Fomento (CAF), assinado em 14 de novembro de 2016, foi implementada linha de crédito não comprometida no valor máximo de US\$ 75.000. Com data 19 de dezembro de 2016, o Banco recebeu US\$16.000, alocando esses recursos ao financiamento de desembolsos de empréstimos. Os termos acordados para este financiamento estão baseados na taxa Libor de 6 meses e *spread*. O prazo de vencimento do empréstimo é 5 anos, com carência de dois anos. O capital é pagável em 6 parcelas semestrais iguais e consecutivas de amortização, que incluem os juros respectivos, começando em 19 de junho de 2019 e concluindo em 16 de dezembro de 2021. Durante o exercício, o Banco amortizou US\$ 5.333 deste primeiro trecho de desembolso. Em 12 de junho de 2020, o Banco realizou desembolso contra a linha de crédito não usada no total de US\$ 64.000. Os termos aplicáveis para este novo desembolso preveem pagamento único depois de dois anos com pagamentos semestrais de juros com base na Libor de 6 meses mais *spread*.
- (2) O Banco acordou com os Bancos Centrais de seus países membros a possibilidade de aceitar fundos denominados em dólares americanos a médio prazo. A tabela a seguir mostra a data de captação de fundos, seu vencimento e a taxa de juros aplicável.

Banco Central	Montante	Data de captação	Vencimento	Tipo de taxa de juros
Bolívia	30.000	15/5/2018	14/5/2021	Libor 6 meses mais <i>spread</i>
Bolívia	50.000	6/5/2020	8/11/2021	Libor 6 meses mais <i>spread</i>
Uruguai	50.000	5/5/2020	5/11/2021	Fixa ¹
Uruguai	80.000	5/5/2020	5/5/2023	Fixa ¹
Total	210.000			



¹ De acordo com suas políticas prudenciais de risco, o Banco mudou as obrigações assumidas à taxa fixa por obrigações com base na taxa Libor de 6 meses. Esta operação de derivativos foi realizada no âmbito do Contrato Mestre ISDA assinado com JPM em março de 2018 (vide Notas 2 e 8.5-(ii), para mais detalhes).

- (3) Em 1 de dezembro de 2017, o Banco assinou acordo de financiamento de US\$ 100.000 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O empréstimo está baseado na taxa Libor de 3 meses e prevê prazo de desembolso de 5 anos, período de carência de 5 ½ anos e período de amortização de 25 anos. Ao amparo deste acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto o financiamento retroativo de até US\$ 20.000, com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 15 de junho e 15 de novembro de 2017. Além disso, e para otimizar a gestão de recursos sob esta linha, ambas as partes acordaram que o Banco realizaria os desembolsos a serem requeridos nos empréstimos elegíveis e o BID reembolsaria o Banco no montante desembolsado sob a modalidade de reconhecimento de despesas. Com isto, os fundos tomados pelo Banco sob essa linha de crédito são de disponibilidade livre para o Banco. Em 2 de novembro de 2020, o Banco recebeu US\$ 27.883, (2019 - US\$ 32.305, em dois reembolsos de US\$ 25.648 e US\$ 6.567, respectivamente) a título de reembolso de despesas efetuadas em projetos elegíveis, aumentando assim o montante devido para US\$ 88.098 em 31 de dezembro de 2020 (2019 - US\$ 60.215).

O próximo quadro apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o BID, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimo	31 de dezembro de 2020			A ser financiado pelo FONPLATA
	BID			
	<u>Montante elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>Não desembolsado</u>	
ARG-26/2016 Modernização	750	750	-,-	6.750
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	10.000	2.000	8.000	10.000
ARG-31/2016 BICE 1ª Etapa	14.328	14.328	-,-	5.672
ARG-31/2016 BICE 2ª Etapa	13.881	13.881	-,-	6.119
ARG-35/2017 Infraestr. para a integração	11.500	496	11.004	10.700
ARG-32/2016 Aristóbulo del Valle	20.000	20.000	-,-	45.000
ARG-39/2018 Rodovia 13 Chaco	20.000	3.721	16.279	17.214
BRA-16/2014 Corumbá	10.000	10.000	-,-	30.000
PAR-20/2015 Integração	23.250	22.922	328	46.750
PAR-20/2015 Integração 2ª etapa	-,-	-,-	-,-	70.000
PAR-25/2018 Rotas Jesuíticas	12.000	-,-	12.000	-,-
Projetos pendentes de identificação	(35.709)	-,-	(35.709)	35.709
Total	100.000	88.098	11.902	283.914

Além disso, e ao amparo do acordo de financiamento N.º 4377/OC-RG, o Banco e o BID assinaram a ATN/OC-16469-RG para a Integração Regional da Bacia do Prata: Integração de Corredores Regionais, que prevê a concessão ao Banco de até US\$ 500 em recursos de cooperação técnica. Adicionalmente, e no âmbito dos termos da ATN/OC-16469-RG, o BID aprovou a ATN/OC-1728-RG, descentralizando os recursos reservados para o subcomponente 1.2 no total de US\$ 100. Desse montante, o Banco solicitou desembolsos no total de US\$ 70. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco tinha desembolsado US\$ 64,05 desses recursos em sete parcelas por consultoria de serviços profissionais e desenvolvimento de aplicativos eletrônicos para melhora na administração de operações do Banco. As tarefas realizadas lançaram as bases para um sistema de gestão da documentação. O restante não utilizado, de US\$ 5,94, foi reembolsado ao BID em 28 de janeiro de 2021.



- (4) Em 13 de dezembro de 2017, assinou-se contrato de dívida com a Agência Francesa de Desenvolvimento por \$ 20.000 amortizáveis em 15 anos à taxa Libor de 6 meses mais *spread*. Em 20 de outubro de 2018, o Banco pegou US\$ 5.000 desta linha para serem desembolsados no empréstimo BOL-28/2016 “Colhendo”, que tinha sido aprovado no valor total de US\$ 10.000. O Banco recebeu o restante não desembolsado sob esta linha de crédito, de US\$ 15.000, em 11 de setembro de 2020.
- (5) Além disso, em 6 de julho de 2018, o Banco assinou linha de financiamento de US\$ 60.000 com o Banco Europeu de Investimentos (BEI). O primeiro desembolso sob esta linha de crédito foi recebido em 17 de agosto de 2020, no total de US\$ 6.000.
- (6) Em 17 de dezembro de 2018, o Banco acordou linha de crédito com o Instituto de Crédito Oficial E.P.E. – (ICO), no total de US\$ 15.000, com vigência até 17 de dezembro de 2020. Não foram recebidos fundos adicionais sob esta linha em 2020 (2019 - US\$ 5.536).

O próximo quadro apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o ICO, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimo	31 de dezembro de 2020		
	ICO		
	<u>Montante elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>Não desembolsado</u>
BOL-25 Alcantari	1.674	1.674	-,-
URU-14 Líquidos residuais	3.629	2.129	1.500
ARG-38/2018 Ferroviário	1.733	1.733	-,-
Projetos a serem identificados	7.964	-,-	7.964
Total	15.000	5.536	9.464

(ii) Títulos e instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção de fluxos de caixa

Conforme assinalado nas Notas 2 e 4.10, em 11 de março de 2019, o Banco realizou sua primeira emissão de títulos, um título com prazo de 5 anos, denominado em francos suíços, com vencimento em 11 de setembro de 2024, no total de CHF 150.000, com cupom anual fixo de 0,578%.

Em 11 de março de 2019, o Banco assinou Contrato Mestre ISDA com o JPM, que lhe outorga o direito de compensação e liquidação de saldos. Em 13 de março de 2019, este acordo entrou em vigor e, com isto, também a operação de *swap* contratada.

Em virtude desta transação, o JPM compromete-se a pagar ao Banco CHF 150.000 em 5 anos, com taxa de juros fixa anual de 0,578%, mais um ponto base para cobrir a comissão do agente pagador do serviço da dívida aos portadores dos títulos. Por sua vez, o Banco comprometeu-se a pagar ao JPM US\$ 148.809, no prazo de 5 anos, com taxa de juros variável, baseada na taxa Libor de 6 meses mais *spread* fixo. O *swap* a receber pelo Banco em francos suíços e o valor a pagar ao JPM têm o mesmo vencimento que o título denominado em francos suíços.

Além disso, em 5 de maio de 2020, o Banco contratou duas operações de *swap* com JPM, para trocar a taxa fixa pelo serviço semestral a ser pago ao Banco Central do Uruguai pelos dois certificados de depósito a prazo captados e instrumentados por meio de notas promissórias no total de US\$ 130.000, à taxa variável com base na Libor de 6 meses (vide Notas 2 e 8.5-(i)(2)).



O Contrato Mestre ISDA prevê a compensação entre as partes, no caso de desvalorização do valor justo da operação de *swap*, por meio da constituição de garantia como compensação do risco de crédito. O mecanismo aplicável determina o montante da garantia com base nas diferenças diárias do valor justo de ambas as partes da operação de *swap*, a partir das variações da taxa de juros e da taxa de câmbio. A garantia a integralizar pela parte que estiver em déficit pode consistir em numerário ou letras do Tesouro dos Estados Unidos e é constituída toda vez que esse déficit ultrapassar US\$ 500. O montante da garantia é determinado pelo JPM com base em seu próprio modelo de avaliação. O Banco usa seu próprio modelo de avaliação para monitorar a equidade e a razoabilidade das avaliações realizadas pelo JPM.

Caso a garantia seja integralizada em dinheiro, a parte que a receber estará obrigada a pagar à contraparte juros com base na taxa de juros interbancária publicada pelo Federal Reserve Bank dos Estados Unidos.

Os juros recebidos pelo Banco, devido ao montante de garantia mantido pelo JPM, são reconhecidos como parte das receitas de investimentos. Os juros pagos pelo Banco ao JPM como compensação da garantia recebida fazem parte do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco mantém US\$ 23.584 a título de garantia em dinheiro recebida do JPM, como compensação do risco de crédito diante de eventual descumprimento de suas obrigações (2019 - US\$ 5.900).

No exercício 2020, o Banco não teve necessidade de constituir qualquer garantia com relação aos derivativos contratados com JPM. O total de juros pagos a JPM, com base na taxa de referência da Reserva Federal dos EUA, para operações *overnight* durante 2020, foi de US\$ 30 (2019 - US\$ 2 recebidos de JPM e US\$ 49 pagos a JPM).

Com base na natureza desta transação, o Banco considera que as operações de *swap* de taxa e de *swap* cambial e de taxa de juros realizadas são eficazes para neutralizar tanto os riscos de diferenças cambiais quanto de variações na taxa de juros. Consequentemente, o Banco designou esses derivativos como operações de proteção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com a IFRS 9.

Os ativos e passivos financeiros são expostos líquidos no balanço patrimonial, junto com a garantia paga ou recebida com base no direito decorrente do Contrato Mestre ISDA, que prevê o direito de compensação e liquidação de saldos, ou quando há intenção de quitar com base na posição líquida ou realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos como se tivesse sido executada a opção de compensação (operação de *swap* e garantia) com base no direito de compensação e liquidação emergente do Contrato Mestre ISDA, que não foi executada até 31 de dezembro de 2020 nem de 2019, respectivamente. A coluna “montante líquido” mostra o impacto no balanço patrimonial para o Banco, caso o direito à compensação e liquidação não seja executado.

	<u>Montantes brutos</u>	<u>Montantes brutos compensados no balanço patrimonial</u>	<u>Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial</u>
	\$	\$	\$
Em 31 de dezembro de 2020			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa por receber VJORA	179.475	(179.475)	-,-
Swaps de taxa de juros por receber VJORA	132.360	(132.360)	-,-
Derivativos a receber	311.835	(311.835)	-,-



	<u>Montantes brutos</u> \$	<u>Montantes brutos compensados no balanço patrimonial</u> \$	<u>Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial</u> \$
Passivos financeiros:			
Swaps cambiais e de taxa a pagar a VJORA	(156.261)	179.475	23.214
Swaps de taxa a pagar a VJORA	(131.995)	132.360	365
Garantia	(23.584)	-,-	(23.584)
Derivativos a pagar	(311.840)	311.835	(5)
Exposição líquida de derivativos	(5)	-,-	(5)
Em 31 de dezembro de 2019			
Ativos financeiros:			
Operação de swap a receber a VJORA	165.312	(165.312)	-,-
Derivativos a receber	165.312	(165.312)	-,-
Passivos financeiros:			
Operação de swap a pagar a VJORA	(159.413)	165.312	5.899
Garantia	(5.900)	-,-	(5.900)
Derivativos a pagar	(165.313)	165.312	(1)
Exposição líquida de derivativos	(1)	-,-	(1)

Todos os derivativos são mensurados ao valor justo usando técnicas de avaliação, com base no uso de informações do mercado confiáveis e observáveis na medida do possível, portanto são classificados no nível 2 (vide Nota 8.7).

A dívida a pagar classificada de acordo com sua data contratual de vencimento é a seguinte:

<u>Vencimentos</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até um ano	135.333	5.333
De um a dois anos	66.016	35.333
De dois a três anos	87.330	1.335
De três a quatro anos	177.553	4.573
De quatro a cinco anos	7.760	158.787
Mais de cinco anos	95.198	60.272
Total	569.190	265.633

(iii) Valor justo das dívidas

Os depósitos a prazo obtidos de bancos centrais e os empréstimos contratados com OMD e outras instituições são mantidos a custo amortizado. Estima-se que o valor contábil se aproxima de seu valor justo toda vez que os fluxos de caixa a serem usados para quitar os saldos pendentes são muito semelhantes ao valor contábil da dívida.



Os títulos a pagar e a operação de *swap* cambial e de taxa de juros designada como operação de proteção são mensurados ao valor justo, sendo a parte eficaz da operação de cobertura registrada como parte da reserva de operações de proteção em outros resultados abrangentes e a parte ineficaz da operação de cobertura, como parte do serviço da dívida na demonstração do resultado do exercício.

(iv) Exposição ao risco

As Notas 6 e 7, respectivamente, oferecem informações referentes ao risco de exposição associado às dívidas contraídas.

8.6 Fundos especiais

O saldo que o Banco mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, inclui os seguintes itens:

<u>Fundos especiais</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u> \$	<u>2019</u> \$
FECTO	8.838	6.616
PCT	3.242	3.513
PAC	2.986	2.101
Total	15.066	12.230

A Assembleia de Governadores do Banco pode criar fundos especiais para fins específicos, que são considerados entidades jurídicas separadas e independentes da instituição e cujo controle é exercido diretamente pelos países membros, por meio da Assembleia de Governadores. Portanto, os saldos desses fundos não são consolidados pelo Banco.

Os fundos especiais são financiados por meio da distribuição de parte dos resultados acumulados não alocados ou ganhos retidos mantidos na reserva de capital. No ano de 2014, a Assembleia de Governadores criou e financiou os seguintes fundos especiais:

- a. *Fundo especial de compensação da taxa de operações (FECTO)*, antes denominado FOCOM): O objetivo deste fundo é contribuir para reduzir o custo financeiro derivado dos empréstimos contraídos pelos cinco países membros, incluindo operações que possam ser elegíveis sob a “Linha Verde” ou projetos com impacto ambiental e projetos sob a “Linha de Reativação Econômica”. Para esses efeitos, o FECTO assume o pagamento de uma parte dos juros que, de outra forma, deveriam ser pagos semestralmente pelos tomadores de recursos destes três países membros. O pagamento do benefício outorgado por este fundo é contingente e determinado de forma anual por conta e ordem dos tomadores de recursos. A partir de sua criação em maio de 2014 e até 31 de dezembro de 2018, a Assembleia de Governadores alocou a este fundo o montante acumulado de US\$ 6.510, dos resultados acumulados não alocados no encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2017. Em 9 de agosto de 2019 e 3 de agosto de 2020, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação dos resultados acumulados não alocados em 31 de dezembro de 2018 e de 2019, de US\$ 1.500 e US\$ 3.500, respectivamente, para este fundo.
- b. *Programa de Cooperação Técnica (PCT)*: Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do “Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional” (FONDEPRO) para o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional – foco estratégico do Banco – por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Em 31 de dezembro de 2018, a Assembleia de Governadores havia aprovado US\$ 1.000 de contribuição para este



fundo. Em 9 de agosto de 2019 e em 3 de agosto de 2020, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação dos resultados acumulados não alocados de US\$ 500 e US\$ 1.500, respectivamente, para este fundo.

c. **Fundo de Pensão (PAC):** Conforme explicado na nota 4.13, “Outros benefícios a funcionários”, em 14 de agosto de 2018, a Diretoria Executiva aprovou o Fundo de Pensão (PAC). O PAC foi efetivado em 1 de novembro de 2018, com vigência nos primeiros oito anos do vínculo empregatício do funcionário. O PAC mantém o benefício a título de indenização por conclusão do tempo de serviço, que é melhorado pelo Banco por meio de contribuição de 100% do montante da taxa contribuição dos funcionários participantes para a poupança voluntária.

A poupança voluntária é opcional e os funcionários que resolverem não participar receberão apenas o benefício de indenização. Há um percentual máximo e um mínimo de poupança voluntária, equivalente a um mês de salário por ano de serviço (8,33%) e meio mês de salário por ano de serviço (4,17%), respectivamente.

A escolha do percentual de poupança voluntária é feita anualmente, antes do início de cada gestão. A vigência do PAC é de oito anos, contados a partir da contratação do funcionário. Além disso, e como incentivo para reter o quadro de pessoal, o PAC prevê um período de elegibilidade de quatro anos. Quando ocorre o encerramento da relação de trabalho, os participantes têm direito de resgatar do PAC a totalidade do benefício acumulado a título de indenização, as contribuições realizadas a título de poupança voluntária, incluindo os rendimentos acumulados, e as contribuições do Banco para a poupança voluntária, incluindo, também, os rendimentos acumulados.

Ao longo do período de elegibilidade, o Banco aplica um percentual de retenção, reduzindo o montante disponível para resgate para os participantes com tempo de serviço inferior a quatro anos. Este percentual de retenção é aplicado apenas ao montante correspondente às contribuições feitas pelo Banco com base na poupança voluntária realizada pelos participantes e nos decorrentes rendimentos acumulados. O percentual de retenção aplicável é: 75% no primeiro ano de serviço, 50% no segundo, 25% no terceiro e 0% ao final do quarto ano de serviço, momento no qual o participante passa a ser elegível para resgatar a totalidade dos fundos acumulados em sua conta do PAC na hora do encerramento do vínculo empregatício.

O quadro a seguir apresenta detalhe dos fundos acumulados e do total de fundos disponíveis no PAC em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

	<u>Contribuições para benefício de indenização</u>	<u>Contribuição p/ poupança voluntária de funcionários</u>	<u>Contribuição s FONPLATA s/ poupança voluntária</u>	<u>Total acumulado</u>	<u>Total disponível p/ pagamento de benefícios</u>	<u>Montante diferido</u>
	₹	₹	₹	₹	₹	₹
31 de dezembro de 2020						
Saldos em 31 de dezembro de 2019:	1.393	404	304	2.101	2.035	66
Contrib. p/ benefício no encerramento	423	-.-	-.-	423	423	-.-
Poupança voluntária dos participantes	-.-	322	322	644	620	24
Poupança voluntária adicional dos participantes	-.-	161	-.-	161	161	-.-
Receita acumulada s/ investimentos	-.-	8	6	14	14	-.-
Resgates	(218)	(92)	(47)	(357)	(357)	-.-
Saldo devido ao PAC	1.598	803	585	2.986	2.896	90



	<u>Contribuições para benefício de indenização</u>	<u>Contribuição p/ poupança voluntária de funcionários</u>	<u>Contribuição s FONPLATA s/ poupança voluntária</u>	<u>Total acumulado</u>	<u>Total disponível p/ pagamento de benefícios</u>	<u>Montante diferido</u>
	₹	₹	₹	₹	₹	₹
31 de dezembro de 2019						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.066	51	36	1.153	1.143	10
Contrib. p/ benefício no encerramento	413	-.-	-.-	413	413	-.-
Poupança voluntária dos participantes	-.-	283	283	566	511	55
Poupança vol. adic. dos participantes	-.-	101	-.-	101	101	-.-
Contribuições sobre poupança voluntária	-.-	6	4	10	9	1
Resgates	(86)	(37)	(19)	(142)	(142)	-.-
Saldo devido ao PAC	1.393	404	304	2.101	2.035	66

Os ativos e passivos dos fundos especiais são administrados pelo Banco independentemente da gestão de seus ativos e passivos, aplicando as mesmas políticas, procedimentos e estrutura de controle interno usada na administração dos ativos e passivos ligados ao objetivo da instituição. As receitas acumuladas, atribuíveis a cada um destes fundos, são apuradas com base na proporção de ativos de cada fundo que possam ser investidos com o montante da carteira de investimentos gerida pelo Banco, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício. O investimento dos ativos líquidos dos fundos especiais geridos pelo Banco e as receitas geradas por esses investimentos são contabilizados por meio de contas mantidas para cada fundo especial.

8.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota inclui informações sobre as avaliações e estimativas usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras.

A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos de investimento é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	<u>Nota</u>	<u>Nível 1</u> ₹	<u>Nível 2</u> ₹	<u>Nível 3</u> ₹
31 de dezembro de 2020				
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	321.061	-.-	-.-
31 de dezembro de 2019				
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	142.860	-.-	-.-

Ao longo da gestão não foram mantidos instrumentos financeiros que devessem ser mensurados ao valor justo de forma recorrente, para os quais o Banco tenha tido que usar as metodologias de avaliação estabelecidas nos níveis 2 e 3. No caso de alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do Banco reconhecer o impacto dessas alterações.

- **Nível 1:** O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como investimentos a valor de mercado) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final da gestão. O preço de cotação usado para os ativos financeiros mantidos pela instituição é o preço de mercado. Estes instrumentos são incluídos no nível 1.
- **Nível 2:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na



medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. A Instituição não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

- *Nível 3:* Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou de relevo para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. A Instituição não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

NOTA 9 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros da Instituição, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis aplicadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo as avaliações profissionais utilizadas e as incertezas das estimativas aplicadas.

9.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamentos inclui os seguintes itens:

	Propriedades	Móveis e equipamentos	Obras de Arte	Veículos	Total
	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Valor de origem					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.827	1.661	50	48	6.586
Adições	-,-	235	37	-,-	272
Reclassificação de ativos em trânsito	-,-	(36)	-,-	-,-	(36)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.827	1.860	87	48	6.822
Adições 2020	29	569	-,-	-,-	598
Valor de origem em 31 de dezembro de 2020	4.856	2.429	87	49	7.420
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	181	579	-,-	35	795
Depreciação	166	171	-,-	5	342
Saldo em 31 de dezembro de 2019	347	750	-,-	40	1.137
Depreciação do exercício 2020	166	178	-,-	5	349
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2020	513	928	-,-	45	1.486
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2020	4.343	1.501	87	3	5.934
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2019	4.480	1.146	87	8	5.721

O valor líquido resultante de escritórios, estacionamentos e espaços para armazenamento que fazem parte da sede central do Banco incluem o montante de uma reavaliação técnica reconhecida em 31 de dezembro de 2018, de US\$ 812. Esta reavaliação teve como resultado o reconhecimento de reserva de reavaliação técnica incluída em outros resultados abrangentes. O montante desta reserva é reduzido por meio da depreciação e poderia ser ajustado com base em reavaliações técnicas posteriores.



(ii) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

A propriedades são reconhecidas a seu valor justo com base em avaliações periódicas realizadas por perito independente, com exceção da depreciação desses ativos. Os outros ativos incluídos neste item são reconhecidos a seu valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

Item	Vida útil
Propriedades:	
Terrenos	Não são amortizados
Edifícios	40 anos ou o valor que venha a surgir da reavaliação técnica, aquele que for inferior
Equipamentos e móveis:	
Melhorias em imóveis arrendados	Termo do contrato
Móveis e equipamentos	8 a 10 anos
Equipamentos de computação e aplicativos	4 a 7 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizados

Na Nota 4.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas às propriedades e equipamento.

(iii) Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas, se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo

Se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico, os saldos teriam sido os seguintes:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
	US\$	US\$
Custo histórico	4.043	4.014
Depreciação acumulada	(457)	(319)
Total	3.586	3.695

9.2 – Diversos

Este item inclui saldos menores a receber como resultado de empréstimos ao pessoal e adiantamentos de despesas a serem informadas; adiantamentos a provedores; despesas pagas antecipadamente e depósito de caução de aluguel do escritório de ligação em Assunção, Paraguai.

Em 20 de novembro de 2020, o Banco assinou contrato de arrendamento de 3 anos para contar com espaço suficiente para o desenvolvimento normal de suas atividades em Montevidéu, República Oriental do Uruguai. O contrato de arrendamento prevê pagamentos mensais de arrendamento de US\$ 2,5 a partir de 1 de fevereiro de 2021 até 1 de janeiro de 2024, data de vencimento do contrato. O Banco não tem direito de adquirir as unidades alugadas no final do contrato. Os pagamentos mínimos mensais estão sujeitos a ajuste anual de 4%. Além disso, nos termos do arrendamento, o Banco acordou pagar ao proprietário o montante de US\$ 26 a título



de readequação das unidades. Conforme exigido pela IFRS 16, este contrato foi reconhecido como arrendamento financeiro, resultando no reconhecimento de montante de US\$ 114 em outros ativos e passivos, respectivamente. Este montante é composto por US\$ 88 correspondentes ao valor presente dos pagamentos mínimos mensais de aluguel descontados com base na taxa de 4% usada pelo proprietário para o ajuste anual, que representa razoavelmente o custo de captação de fundos do proprietário; e US\$ 26, a serem pagos ao proprietário para arcar com os custos de readequação para adaptar as unidades às necessidades do Banco.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o total de diversos a receber é de US\$ 762 e US\$ 893, respectivamente.

9.3 – Outros passivos

Este item inclui juros e comissões acumulados a pagar por dívidas assumidas, bem como saldos menores a pagar a provedores e reembolsos ao pessoal. Ainda, e conforme assinalado na Nota 9.2, inclui o reconhecimento da parte não amortizada do passivo contraído pelo contrato de arrendamento com relação ao escritório de ligação em Montevideú, República Oriental do Uruguai. A composição de outros passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
Juros e comissões acumulados por dívidas	1.633	2.342
Contas a pagar e acréscimos	235	248
Parte não amortizada de arrendamentos financeiros	114	-,-
Total	1.982	2.590

NOTA 10 – PATRIMÔNIO

10.1. Capital

Em 28 de janeiro de 2016, a 14 Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de US\$ 1.375.000, passando o capital de US\$ 1.639.200 para US\$ 3.014.200. Em 31 de dezembro de 2018, os países membros subscreveram a totalidade de seus compromissos de capital exigível.

O novo aumento de capital efetivou-se em 2017 com o processo de subscrição pelos países membros de suas cotas de capital a ser pago em dinheiro, totalizando US\$ 550.000 e do compromisso da totalidade do capital exigível, totalizando US\$ 825.000. O capital a ser pago em dinheiro será integralizado em oito parcelas entre 2018 e 2024. No caso do Brasil, o prazo de integralização vence em 2026. No final do processo de integralização do capital a ser pago em dinheiro, este capital totalizará US\$ 1.349.200. O capital exigível, que é de US\$ 1.665.000, foi totalmente subscrito e autorizado pelos países membros em 31 de dezembro de 2017. O pagamento do capital exigível subscrito ocorrerá quando for requerido, depois da aprovação pelos Governadores, quando necessário para cumprir com as obrigações financeiras do Banco, se o Fundo não tiver condições de satisfazê-las com recursos próprios.

Eis a composição do capital do Banco por país membro em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente:



31 de dezembro de 2020 e 2019:

País membro	Capital subscrito		Capital autorizado		Total	% Caixa
	Caixa	Exigível	Caixa	Exigível		
	\$	\$	\$	\$		\$
• Argentina	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,30%
• Bolívia	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,10%
• Brasil	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,30%
• Paraguai	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,10%
• Uruguai	149.904	184.990	149.904	184.990	334.894	11,10%
	1.349.200	1.665.000	1.349.200	1.665.000	3.014.200	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco recebeu contribuições de capital a ser integralizado em dinheiro das parcelas acordadas com seus países membros no total de US\$ 51.333 (2019 - US\$ 48.016).

O montante de capital a ser pago em dinheiro, subscrito e ainda não subscrito, incluindo o novo aumento de capital, bem como o capital exigível subscrito, autorizado e ainda não autorizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, é o seguinte:

31 de dezembro de 2020:

País membro	Capital subscrito em dinheiro		Total ⁱ
	Caixa ⁱ	A integralizar ⁱ	
	\$	\$	\$
• Argentina	325.076	124.668	449.744
• Bolívia	108.349	41.555	149.904
• Brasil	266.759	182.985	449.744
• Paraguai	108.349	41.555	149.904
• Uruguai	108.349	41.555	149.904
Total	916.882	432.318	1.349.200

31 de dezembro de 2019:

País membro	Capital subscrito em dinheiro		Total ⁱ
	Caixa ⁱ	A integralizar ⁱ	
	\$	\$	\$
• Argentina	299.411	150.333	449.744
• Bolívia	99.793	50.111	149.904
• Brasil	266.759	182.985	449.744
• Paraguai	99.793	50.111	149.904
• Uruguai	99.793	50.111	149.904
Total	865.549	483.651	1.349.200



31 de dezembro de 2020 e 2019:

Capital subscrito exigível ⁱ	
País membro	Autorizado ⁱⁱ
	\$
• Argentina	555.014
• Bolívia	184.991
• Brasil	555.014
• Paraguai	184.991
• Uruguai	184.990
Total	1.665.000

ⁱ Em 31 de dezembro de 2018, os países membros tinham subscrito e autorizado o total de sua participação no capital exigível.

ⁱⁱ Devido a arredondamento em milhares de dólares americanos, os montantes parciais não concordam com o total.

10.2. Outras reservas

Conforme explicado na Nota 8.2 (iv), outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, incluem:

- (i) Reserva para alterações no valor justo de investimentos – VJORA: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta reserva diminuiu US\$ 2.417 e aumentou US\$ 412, em decorrência dos resultados não realizados por ajuste a valor justo dos investimentos disponíveis para venda, com saldo de US\$ 1.879 de perda e de US\$ 538 de ganhos, respectivamente.
- (ii) Reserva para alterações no valor justo dos derivativos mantidos para proteção: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta reserva aumentou US\$ 1.651 e US\$ 515, como resultado de alterações na mensuração de derivativos contratados para a cobertura dos fluxos de caixa, com saldo de ganhos de US\$ 2.166 e US\$ 515, respectivamente.
- (iii) Reserva para reavaliação de propriedades: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta reserva diminuiu US\$ 28 e US\$ 27, respectivamente, como resultado da depreciação do exercício, para o total acumulado de US\$ 757 e US\$ 785, respectivamente.

10.3. Lucros acumulados e reserva geral

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2020 totalizam US\$ 35.914 e correspondem exclusivamente ao resultado do exercício (2019 – US\$ 28.308).

As políticas do Banco preveem que os Resultados Acumulados não Alocados sejam usados para assegurar a preservação do valor do patrimônio no tempo e, também, para financiar o Fundo Especial Compensação da Taxa de Juros (FECTO) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT). A Nota 8.6 apresenta informações sobre a alocação de recursos a estes dois fundos com base nas receitas retidas e não alocadas em 31 de dezembro de 2019, aprovada pela Assembleia de Governadores.

O montante da reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, é o seguinte:



	Reserva de capital
	\$
Saldo em 31 de dezembro de 2018	107.871
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2019:	
De resultados acumulados	24.572
Saldo em 31 de dezembro de 2019	132.443
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2020:	
De resultados acumulados	23.308
Saldo em 31 de dezembro de 2020	155.751

NOTA 11 – RECEITAS

A composição da receita líquida é a seguinte:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
Receitas de empréstimos:		
Juros	36.438	41.841
Comissão de compromisso	4.563	3.052
Taxa de administração	2.107	1.784
Subtotal	43.108	46.677
Receitas de investimentos:		
Juros	8.038	7.812
Outros	19	16
Receitas de investimentos, bruto	8.057	7.828
Participação de fundos especiais – Nota 8.6	(162)	(248)
Receitas de investimentos, líquido	7.895	7.580
Outras receitas	100	162
Total de receita	51.103	54.419

NOTA 12 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o Banco adotou sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos para elas requeridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco atingiu uma percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 76% e 81%, respectivamente. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:



	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
	₹	₹
Classificação das despesas		
Despesas de pessoal	6.917	6.701
Despesas de serviços	185	682
Serviços profissionais	459	554
Classificação de risco de crédito	152	112
Auditores externos	68	60
Despesas administrativas	961	1.094
Serviços financeiros	126	128
<i>Total do orçamento administrativo executado</i>	<u>8.868</u>	<u>9.331</u>
Classificação de outras despesas		
Depreciação	321	314
Diferenças cambiais – lucros	(129)	(164)
<i>Total de despesas administrativas</i>	<u>9.060</u>	<u>9.481</u>

NOTA 13 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os quadros abaixo apresentam análise dos ativos e passivos em função do momento no qual se espera que sejam recuperados ou pagos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente:

	Corrente (< 1 ano)	Não corrente (> 1 ano)	Total
	₹	₹	₹
31 de dezembro de 2020			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	32.037	-,-	32.037
Investimentos			
A valor justo	152.856	168.205	321.061
A custo amortizado	85.722	-,-	85.722
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	72.829	1.164.202	1.237.031
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	1.821	-,-	1.821
Juros e comissões de empréstimos	10.600	-,-	10.600
Outros ativos			
Propriedade e equipamentos, líquido	-,-	5.934	5.934
Diversos	643	119	762
Total de ativos	<u>356.508</u>	<u>1.338.460</u>	<u>1.694.968</u>
PASSIVOS			
Derivativos para a proteção de fluxos de caixa	5	-,-	5
Dívidas	135.333	432.991	568.324
Outros passivos	1.895	87	1.982
Fundos especiais	3.066	12.000	15.066
Total passivos	<u>140.299</u>	<u>445.078</u>	<u>585.377</u>



	Corrente (< 1 ano)	Não corrente (> 1 ano)	Total
	₹	₹	₹
31 de dezembro de 2019			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	37.413	-,-	37.413
Investimentos			
A valor justo	142.860	-,-	142.860
A custo amortizado	185.857	2.790	188.647
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	73.148	847.239	920.387
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	658	-,-	658
Juros e comissões de empréstimos	11.088	-,-	11.088
Outros ativos			
Propriedade e equipamentos, líquido	-,-	5.721	5.721
Diversos	819	74	893
Total de ativos	<u>451.843</u>	<u>855.824</u>	<u>1.307.667</u>
PASSIVOS			
Derivativos	1	-,-	1
Dívidas	5.333	259.375	264.708
Outros passivos	2.590	-,-	2.590
Fundos especiais	1.830	10.400	12.230
Total passivos	<u>9.754</u>	<u>269.775</u>	<u>279.529</u>

NOTA 14 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no “Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países Membros”, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países membros, o Banco pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos, ações, valores e bônus, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

O referido Acordo determina, igualmente, que o Banco e seus bens estão isentos, no território dos países membros, de todo imposto direto e direitos aduaneiros, no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda nem de outros impostos indiretos. No entanto, os países membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizerem, para seu uso oficial, aquisições de alto custo em cujo preço o imposto estiver incorporado.

De forma complementar, tanto o Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quanto os Convênios de Sede, assinados com o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Paraguai, estabelecem que as propriedades, bens e ativos do Banco estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, estaduais, municipais ou de qualquer outro tipo.



NOTA 15 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

(a) Descrição do segmento

O Banco, com base em análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional, pois não administra suas operações alocando seus recursos em função da contribuição de operações individuais para geração de receita líquida. O Banco não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou serviços prestados, seu processo de preparação ou o método para elaborar suas operações de empréstimos ou prestar serviços a seus países membros. Todas as operações desenvolvidas pela Instituição são realizadas pela administração central e não mantém atividades operacionais em outras áreas geográficas. As operações realizadas pelo banco consistem em outorgar financiamento a seus países membros, considerados segmentos para os efeitos desta nota: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(b) Ativos por segmentos

A composição da carteira de empréstimos por país é a seguinte:

	Carteira bruta	Comissões a pagar	Desvalorização	Carteira de empréstimos	Juros e comissões a receber	Total
	\$	\$	\$	\$	\$	\$
31 de dezembro de 2020:						
Argentina	322.860	(1.470)	(4.922)	316.468	3.152	319.650
Bolívia	331.636	(672)	(2.068)	328.896	2.948	331.844
Brasil ¹	142.045	(1.275)	(1.135)	139.635	1.119	140.754
Paraguai ¹	215.773	(833)	(670)	214.270	1.428	215.698
Uruguai	239.181	(473)	(946)	237.762	1.953	239.715
Total	1.251.495	(4.723)	(9.741)	1.237.031	10.600	1.247.631
31 de dezembro de 2019:						
Argentina	236.828	(1.103)	(9.356)	226.369	2.866	229.235
Bolívia	285.885	(974)	(1.914)	282.997	4.066	287.063
Brasil	74.583	(433)	(317)	73.833	794	74.627
Paraguai	146.028	(967)	(379)	144.682	1.438	146.120
Uruguai	193.134	(355)	(273)	192.506	1.924	194.430
Total	936.458	(3.832)	(12.239)	920.387	11.088	931.475

¹ Inclui US\$ 72.000 de saldos de dois empréstimos aprovados e totalmente desembolsados em 2020 (2019 - US\$ 0); comissões não pagas de US\$ 173 e US\$ 196 (2019 - US\$ 0), juros e comissões pagos de US\$ 145 e US\$ 41, para o Brasil e para o Paraguai (2019 - US\$ 0), respectivamente. A provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos SGS é de US\$ 1.250 (2019 - US\$ 0). Vide Nota 8.4, para mais detalhes.

A composição da carteira bruta por país e sua distribuição por tipo de projeto é a seguinte:

	Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística	Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo	Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico	Empréstimos os SGS	Total
	\$	\$	\$	\$	\$
31 de dezembro de 2020:					
Argentina	135.379	65.511	121.970	-.-	322.860
Bolívia	314.653	-.-	16.983	-.-	331.636
Brasil ¹	88.172	-.-	17.873	36.000	142.045
Paraguai ¹	165.772	14.001	-.-	36.000	215.773
Uruguai	210.754	15.000	13.427	-.-	239.181
Total	914.730	94.512	170.253	72.000	1.251.495



	Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística	Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo	Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico	Empréstimos os SGS	Total
	\$	\$	\$	\$	\$
31 de dezembro de 2019:					
Argentina	91.679	69.794	75.355	-.-	236.828
Bolívia	267.644	-.-	18.240	-.-	285.884
Brasil	53.198	-.-	21.385	-.-	74.583
Paraguai	131.028	15.000	-.-	-.-	146.028
Uruguai	178.365	-.-	14.770	-.-	193.135
Total	721.914	84.794	129.750	-.-	936.458

¹ O montante registrado como “Total” inclui US\$ 72.000 de empréstimos a receber, outorgados sem garantia soberana, cuja classificação não responde a nenhuma das classificações aplicáveis a empréstimos com garantia soberana (vide Nota 8.4, para mais detalhes).

O saldo a desembolsar em empréstimos corresponde exclusivamente a empréstimos em estado de execução da carteira de empréstimos com garantia soberana. Sua distribuição é a seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	\$	\$
Argentina	287.539	350.657
Bolívia	116.716	143.567
Brasil	180.737	142.925
Paraguai	250.413	221.911
Uruguai	57.067	115.684
Total	892.472	974.744

Além disso, os empréstimos aprovados pelo Banco e pendentes de desembolso, porque o contrato de empréstimo não foi assinado ou não foi ratificado pelo Poder Legislativo do país membro, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	\$	\$
Argentina	85.000	20.000
Bolívia	-.-	-.-
Brasil	94.877	58.247
Paraguai	276.246	212.000
Uruguai	21.000	-.-
Total	477.123	290.247

O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2020	2019		
	Saldo médio	Retorno médio	Saldo médio	Retorno médio
	\$	%	\$	%
Carteira de Empréstimos	1.093.977	3,94%	867.915	5,38%



(c) Receitas por segmentos

As receitas de juros e outras são apresentadas a seguir:

	Juros sobre empréstimos	Outras receitas operacionais	Total
	\$	\$	\$
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:			
Argentina	9.940	1.934	11.874
Bolívia	10.584	1.070	11.654
Brasil ¹	4.065	1.286	5.351
Paraguai ¹	5.061	1.678	6.739
Uruguai	6.788	702	7.490
Total	36.438	6.670	43.108
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019:			
Argentina	10.517	1.847	12.364
Bolívia	11.982	1.037	13.019
Brasil	3.538	631	4.169
Paraguai	6.586	1.027	7.613
Uruguai	9.218	294	9.511
Total	41.841	4.836	46.677

¹ Inclui juros acumulados, no total de US\$ 785 e US\$ 41, e outros encargos, no total de US\$ 334 e US\$ 84, correspondentes a empréstimos SGS outorgados a bancos públicos de desenvolvimento no Brasil e no Paraguai, respectivamente.

NOTA 16 – ENTIDADES RELACIONADAS

Conforme assinalado nas Notas 1 e 6.4, o Banco outorga financiamentos com garantia soberana a seus cinco países tomadores de recursos, que, por sua vez, são seus donos e acionistas, bem como financiamentos sem garantia soberana a bancos de desenvolvimento em que o poder público seja sócio majoritário e entidades e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento às políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria Executiva ou o Presidente Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o Banco não realiza transações com seus países membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

Os saldos e as referentes às mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FECTO, o PCT e o PAC, como é explicado em maior detalhe nas notas 4.12, 4.13 e 8.6, respectivamente.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar materialmente as Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

NOTA 18 – FATOS POSTERIORES

Com data de 3 de fevereiro de 2021, o Banco formalizou com sucesso os termos e condições com o Credit Suisse para a emissão pública no mercado de capitais suíço de títulos em Francos Suíços no valor de CHF 200.000, com vencimento de 5½ anos e taxa fixa a ser paga anualmente, com cupom de 0,556%. Em conformidade com suas



políticas de gestão de riscos e de forma simultânea, o Banco contratou derivativo de moeda e taxa de juros com o Credit Suisse, com o qual assinou contrato ISDA, transformando a obrigação em passivo denominado em dólares americanos no valor de US\$ 222.668, com cupom semestral de juros com base na taxa Libor de 6 meses, mais *spread* fixo. Esta transação foi realizada pelo Banco para proteger os fluxos de caixa de empréstimo e dívida, de acordo com a IFRS 9.

O Banco avaliou a existência de fatos posteriores à data das demonstrações financeiras até 25 de fevereiro de 2021, data na qual as demonstrações financeiras ficaram prontas para serem emitidas, e não foram identificados outros eventos além da emissão do título acima referido com possível impacto significativo nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO III.

Apoio a iniciativas de desenvolvimento humano



Como parte da política de relacionamento com os seus países membros e no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa, o FONPLATA – Banco de Desenvolvimento fomenta e apoia diferentes iniciativas de Desenvolvimento Humano. Durante o ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID-19 em nível mundial, o primeiro trimestre do ano foi caracterizado por ritmo elevado de atividades presenciais e, posteriormente, pela reconfiguração de ações adequadas ao novo contexto.

Copa Tahuichi FONPLATA 2020 e apoio ao futebol feminino juvenil

No âmbito do nosso *Programa de Desenvolvimento para Equidade de Gênero, Promoção Cultural, Ação Social e Esporte*, em 2020, e pelo terceiro ano consecutivo, apoiamos o Mundialito Paz e Unidade – Copa Tahuichi, que desde 2020 também leva o nome do FONPLATA.

A Copa Tahuichi – FONPLATA 2020 foi disputada em Santa Cruz de la Sierra e contou com a participação de 430 equipes de futebol feminino e masculino, congregando mais de 5 mil desportistas entre 5 e 19 anos que competiram em 14 categorias durante 7 dias. Nosso Banco atribui ao esporte papel relevante para o desenvolvimento social, principalmente no que se refere à inclusão e integração de crianças e jovens. Dentre as ações de promoção cabe destacar a renovação do financiamento de 50 bolsas integrais para meninas e adolescentes, que se beneficiam de treinamento diário, complemento nutricional diário e capacitações periódicas em psicologia do esporte e oficinas de cuidado do meio ambiente. Além disso, adaptando-nos à nova realidade, foram realizadas de forma semipresencial oficinas de autoestima, palestra para adolescentes *Conheça seu corpo, vamos falar de sexualidade* e treinamentos virtuais.



Fórum de Integração e Desenvolvimento

Nos dias 5 e 6 de março foi realizado, em Montevidéu, Uruguai, o Fórum de Integração e Desenvolvimento, organizado pelo FONPLATA – Banco de Desenvolvimento e pela LatinFinance. Com grande público, o evento reuniu autoridades do setor público e representantes do setor privado, dos bancos de desenvolvimento, de organismos internacionais, além de investidores em diálogo de alto nível. O encontro envolveu a revisão dos principais temas relativos à integração na América Latina, especialmente no marco da então recente renovação de autoridades em alguns países do Cone Sul e a oportunidade de renovar o compromisso e traçar linhas de ação compartilhadas para a consolidação de um futuro inclusivo, com menos pobreza, mais oportunidades e melhor qualidade de vida para os habitantes de nossos países. Durante os dois dias do Fórum, líderes econômicos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai conversaram com altos representantes de organismos internacionais e agências nacionais de desenvolvimento, como AFD, ALADI, ALIDE, Banco Mundial, BID, BEI, BDMG do Brasil, CAF, CEPAL, FONPLATA, PNUD, União Europeia, entre outros.

Ciclo “Líderes para Inovação” da INNOVA Santa Cruz – CAINCO

Entre os meses de maio e julho aconteceu o ciclo de webinars “Líderes pela Inovação”, organizado pela agência INNOVA Santa Cruz da Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz – Bolívia, sob os auspícios do FONPLATA. De acordo com as circunstâncias causadas pela pandemia, este ciclo, que inicialmente seria presencial, foi adaptado para o modo virtual em quatro sessões: “Estratégia para digitalização e análise de dados”, de responsabilidade da empresa de serviços profissionais CPA Ferrere do Uruguai; o fórum “Desafios do Futuro”, a cargo do renomado jornalista espanhol Iñaki Gabilondo; “Introdução à tecnologia de blockchain e seu uso em empresas e governo”, conduzida pela PowerLedgers; e “Inteligência Artificial: Como melhora a produtividade da empresa”, a cargo da diretora do Programa de Mestrado em Ciência de Dados do Uruguai (UTEC – Uruguai e MIT – EUA) e diretora executiva da empresa Áurea, Virginia Robano.

Conversa online: “Estratégias municipais contra a COVID-19 e o papel dos Organismos Multilaterais”

Em agosto, por meio da apresentação de suas Secretarias de Saúde, os municípios brasileiros de Corumbá e Ponta Porã compartilharam suas experiências em workshop transmitido pelos canais do FONPLATA no Facebook e no YouTube. Ambos os municípios foram beneficiários de cooperação técnica não reembolsável de nosso Banco para enfrentar o avanço e as consequências da pandemia. O objetivo do encontro foi divulgar as principais experiências, boas práticas e visões de futuro à luz das condições impostas pelo novo normal em função da pandemia de COVID-19. Conforme destacado por esses municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, a contribuição de nossas cooperações técnicas foi utilizada para a aquisição de equipamentos de adaptação de unidades de terapia intensiva (UTI), insumos para realização de exames e de proteção e treinamento de pessoal em seus sistemas de saúde.

Apoio à Cultura na Bolívia

Em 2020, diversas atividades culturais foram apoiadas em nosso país sede. Em outubro foi a vez do Festival Posoka Gourmet, evento gastronômico-cultural de organização público-privada que se realizou virtualmente para apostar na revalorização da riqueza das Missões Jesuíticas na cidade boliviana de San José de Chiquitos, declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade, com ênfase nas tradições culinárias locais. Além disso, entre 2 e 6 de dezembro, patrocinamos a 21ª edição da Feira Internacional do Livro de Santa Cruz de la Sierra. O evento foi realizado de forma semipresencial e reuniu os amantes da literatura em torno de atividades virtuais e presenciais em três espaços, de acordo com a capacidade e medidas de segurança permitidas pelas autoridades. Por sua vez, ao longo do ano, o FONPLATA continuou a apoiar o Manzana 1 Espacio de Arte para a realização de atividades presenciais

e virtuais. Trata-se de instituição de referência da cultura boliviana que promove espectro variado de eventos e exposições relacionadas com diferentes expressões artísticas como escultura, pintura, fotografia, vídeo, design gráfico, história em quadrinhos (HQ), desenho, instalações, moda, costumes, entre outros.

Comitê de Voluntariado e Responsabilidade Social Corporativa

Entre as atividades mais importantes realizadas em 2020 destaca-se a doação de recursos para hospitais do Departamento de Santa Cruz de la Sierra, por meio do Centro de Participação e Desenvolvimento Humano Sustentável (CEPAD), para a compra de insumos para atender às necessidades ocasionadas pela COVID-19. Por outro lado, em apoio à infância e à educação, foram adquiridos uniformes escolares para o Centro Luz de Mundo, localizado na área Plan 3000 da cidade de Santa Cruz de la Sierra.



SEDE

Santa Cruz de la Sierra, Bolívia

Telefone: +591 3 315 9400 • Fax: +591 3 3371713
Av. San Martín N° 155, Bairro Equipetrol,
Edificio Ambassador Business Center, 3° andar

ESCRITÓRIOS OPERATIVOS

Buenos Aires, Argentina

Telefone: +54 11 5671 5058
Bartolomé Mitre 836, C1036AAP

Assunção, Paraguai

Telefone: +595 21 453 320
Independencia Nacional esq. Fulgencio R. Moreno, 15° andar,
Edificio El Productor, 1229

Montevideu, Uruguai

Telefone: +598 9233 9348
Plaza Independencia 759, edificio Victoria Plaza Office
Tower, 11° andar

WEBSITE

www.fonplata.org

CONTACTO

contacto@fonplata.org

FONPLATA



FOTOGRAFIA

Capa: Vendedora durante a pandemia de COVID-19/ FONPLATA

Contracapa: Melhorias no Acesso ao Setor Portuário de Montevideu -
Uruguai / Cortesia ANP

FONPLATA (p. 4 y 5, 6, 9, 10, 25, 27, 60 y 61, 66, 68, 76 y 77, 142, 143)

Cortesia AySA – Argentina (p. 56, 59)

Cortesia DVBA – Argentina (p. 140 y 141)

Cortesia Ministério de Obras Públicas – Argentina (p. 21, 62)

Cortesia FPS – Bolívia (p. 23, 64)

Cortesia Câmara Departamental do Livro de Santa Cruz – Bolívia (p. 145)

Cortesia MOPC – Paraguai (p. 29, 34)

Cortesia ANP – Uruguai (p. 70)

Cortesia OSE – Uruguai (p. 18, 31)



FONPLATA

Banco de Desenvolvimento